

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Psicanálise com crianças -

Rumo ao Fantasma:

Do Outro ao *a*

Marcelo Pio da Costa

Prof. Doucteur Daniela Chatelard

Orientadora

Tese apresentada ao programa de Pós Graduação
em Psicologia Clínica e Cultura, em cumprimento
às exigências para obtenção do grau de doutor

Brasília

Outubro de 2012

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**Psicanálise com crianças -
Rumo ao Fantasma:
Do Outro ao *a***

Esta Tese foi aprovada pela seguinte banca examinadora:

Presidente – Docteur Daniela Chatelard
Membro - Prof. Dra. Eliane Schermann
Membro - Prof. Dra. Terezinha de Camargo Viana
Membro - Prof. Dra. Márcia Maesso
Membro – Prof. Dra. Eliane Rigotto Lazzarini
Suplente – Prof. Dra. Dione Zavaroni

Agradecimentos

- Agradeço à professora Daniela Chatelard por ter me acolhido como seu orientando num momento difícil da tese, da mesma forma por ter possibilitado uma orientação bastante fluida e prazerosa. Quando iniciamos a orientação, ainda anterior à qualificação, com uma dificuldade grande em escrever, ela me disse:

- Marcelo, vamos fazer da mesma forma que as crianças, vamos brincar de escrever.
- Agradeço também a Elisa Helena Maya Fruet por ter feito a correção da tese de livre e espontânea vontade. Esta ajuda, bastante providencial, tornou a tese mais leve e clara, facilitando a leitura e a compreensão do conteúdo.
- Obrigado a Cristiane, minha mulher, pela paciência e compreensão neste período de introspecção durante a escrita.

Resumo

Esta tese defende a ideia de que a psicanálise com crianças, a partir de seu arcabouço teórico e de suas intervenções clínicas, opera a instalação do fantasma fundamental proposto por Lacan, levando a criança rumo à normalidade psíquica tal como Freud a concebe.

Operações como recalque, alienação e separação, instaladas ao longo do processo de estruturação do sujeito pela linguagem, são responsáveis pela determinação do sujeito frente ao enigma do desejo do Outro e encontram na fantasia, decorrente da existência do fantasma, uma ficção sobre esta pergunta.

A instalação do Outro, como lugar de encontro da linguagem com o organismo neonatal, e a posição de objeto causa de desejo, pequeno a, são lugares possíveis para o analista na condução das análises das crianças com transtornos no processo de estruturação.

Palavras-chaves: Complexo de Édipo, Metáfora Paterna, Fantasma, Fantasia, Alienação, Separação.

Abstract

This thesis defends the idea that psychoanalysis with children, based on its theoretical framework and its clinical interventions, brings about the installation of the fundamental phantasm proposed by Lacan, taking the child to psychological normality as conceived by Freud.

Operations such as compression, alienation and separation, when they install themselves during the process of the subject's structuring by language, are responsible for the determination of the subject vis à vis the enigma of the desire for the Other and find in phantasy, as a consequence of the existence of the phantasm, a fiction about this question.

The installation of the Other, as the meeting point of the language with the neonatal organism, and the position of the object that causes desire, small a, are possible places for the analyst in conducting analyses of children with disturbances in their structuration process.

Keywords: Oedipus complex, Paternal metaphor, Phantasm, Phantasy,

Alienation, Separation.

Índice de figuras

FIG. 1- Esquema dos três tempos do Édipo. In LACAN, 1999, [1958]:	29
FIG. 2 – Esquema L. (LACAN, 1999 [1957/58], p.163)	66
FIG. 3 – Eixo Imaginário do esquema L. (LACAN,1999, p 163).	68
FIG. 4 – Eixo simbólico do esquema L. (LACAN,1999, p 163).....	68
FIG. 5 – Eixo simbólico do esquema L. (LACAN,1999, p 163).....	71
FIG. 6 - Tetraedro sobre a origem do sujeito mítico. Lacan, J. O Ato Psicanalítico. Inédito. 1967.....	82
FIG. 7 – Grafo 01 – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:819-68.....	84
FIG. 8 – Grafo 02 – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:822.....	86
FIG. 9 – Grafo 03 – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:829.....	88
FIG. 10 – Matrizes Linguísticas.(grifo nosso). Jerusalinsky, A. Saber falar. Como se adquire a língua? Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2008:142.....	90
FIG. 11 – Grafo Completo – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:831.....	91
FIG. 12 – Matrizes Linguísticas.(grifo nosso). Jerusalinsky, A. Saber falar. Como se aquire a língua? Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2008:142.....	136

Índice

Introdução.....	9
Apresentação do projeto.....	13
Especificação do tema.....	15
Metodologia.....	16
PARTE 1: Fantasia e fantasma em Freud e Lacan	
Capítulo I - O complexo de Édipo.....	19
1.1 A dissolução do complexo de Édipo 1924 e Feminilidade 1932	21
1.2 A Metáfora Paterna	26
Capítulo II - Complexo de Édipo e Metáfora Paterna: O nascimento da fantasia.....	41
2.1 A fantasia, uma complexidade em Freud	44
2.2 Sintoma e Fantasia	53
2.3 O caso Schreber (1911). Considerações sobre a fantasia e o delírio.	56
2.4 Uma criança é espancada	59
Capítulo III - Fantasia em Lacan – uma visão imaginárias.....	65
3.1 A fantasia como um véu frente ao real	69
3.2 A montagem da fantasia - os fracassos da fantasia	75
3.3 A fantasia entre o Gozo fálico e a significação fálica	78
Capítulo IV - O fantasma lacaniano	80
4.1 O sujeito e o objeto – Alienação e separação	92
PARTE 2: A clínica psicanalítica com crianças	
Capítulo V – Estruturação e desenvolvimento	100
Capítulo VI – Quatro conceitos indicadores do fantasma: Narcisismo, estágio do espelho, Fort-da e das-Ding.	111
6.1 “O estágio do espelho como formador da função do eu” [jê].....	113
6.2 O Fort-da.....	115
6.3 Das Ding – Uma realidade Muda	116

6.4 O Outro como Ding – A mãe como das Ding	118
Capítulo VII – A operação da metáfora paterna e a construção do fantasma	120
7.1 A metáfora paterna é o equivalente ao Édipo em Freud	122
7.2 A castração é ofertada pelo Outro ou uma escolha do sujeito?	125
7.3 As estruturas clínicas são não decididas na infância	130
7.4 O lugar do analista: Outro ou <i>a</i>	144
Capítulo VIII - Autismo e Psicose – <i>Nascimento do Outro</i>	150
8.1 A posição do analista e a construção do fantasma no caso Nádia	151
8.2 Sobre o Autismo, Psicose e Psicossomática numa relação com a Holófrase.....	156
Conclusão	168
Bibliografia	170

Introdução

As ideias de Lacan revolucionaram a psicanálise de tal maneira que não apenas a teoria sobre o inconsciente freudiano tomou outra forma como, também, a própria prática clínica, principalmente a que cuida das crianças.

Com a introdução de conceitos como objeto *a* e gozo, alguns princípios passaram a vigorar no campo psíquico, onde antes a concepção evolucionista possuía uma maior relevância.

Lacan, com toda sua sagacidade e dedicação à causa freudiana, introduziu a linguagem como estrutura do inconsciente, que passou a funcionar sob as leis da metáfora e da metonímia, antes condensação e deslocamento.

Autores como Ferdinand de Saussure, Jacobson e Peirce ajudaram a constituir o sujeito do inconsciente tal como Lacan o formulou, sempre com a ideia de que a linguagem constitui o sujeito.

Da mesma forma, alguns filósofos, como Merleau Ponty e Heidegger, que contribuíram para o diálogo, proposto por Lacan, entre filosofia e psicanálise. Acrescente-se os matemáticos, como Fibonacci e Pascal, e teremos uma pequena ideia do que Lacan construiu na psicanálise.

Porém, diante de todo este arcabouço intelectual da psicanálise lacaniana, recorto dois itens mencionados acima, o gozo e o objeto *a*, a fim de iniciar a discussão que irá acontecer ao longo desta tese.

Com a introdução do conceito de objeto *a*, Lacan abre espaço para se pensar uma posição infantil própria do humano, a saber, a posição de objeto. Desta forma, Lacan não apenas inventa um conceito para se pensar o humano, como também rompe com o pensamento em vigor na sua época, quando a psicanálise dava à criança um tratamento analítico-educacional, sustentado nas ideias de Anna Freud e Melanie Klein.

Trazendo brevemente algumas ideias destas duas autoras a fim de colocá-las em diálogo com as ideias de Lacan, cito Anna Freud quando se refere ao método analítico dispensado às crianças, que se aproximava ao método educativo. No livro *O tratamento*

psicanalítico de crianças (1926), a autora comenta: “O analista, em consequência, combina em sua própria pessoa duas funções difíceis e diametralmente opostas: tem de analisar e educar” (Anna Freud, 1926, p.81).

Melanie Klein, por sua vez, marcando fortemente uma oposição ao texto de Anna Freud, afirma e demonstra, pela análise de crianças muito novas, que “mesmo um menino de três anos já deixou atrás de si a parte mais importante da evolução do complexo de Édipo” (Klein, 1927, p.209). E, sobre a posição do analista na condução de uma psicanálise com crianças, afirma que “...o analista de crianças deve ter a mesma atitude inconsciente que exigimos de um analista de adultos, se desejamos que a análise tenha êxito. Esta atitude deve capacitá-lo a querer realmente só analisar e não desejar moldar e dirigir a mente de seus pacientes” (Klein, 1927, p.230).

Não aprofundando muito as ideias de cada autora, mas apenas trazendo à discussão a concepção do campo analítico com crianças e a posição do analista na condução das análises de crianças, inicio a questão sobre o que é a psicanálise com crianças e o que esperar de uma psicanálise com crianças. Da mesma forma, posiciono as ideias de Lacan no centro desta temática e sustento que é a partir destas ideias que podemos falar em psicanálise com crianças sem ferir a ética da psicanálise:

“No fundo, o que a psicanálise depois de Lacan introduz com a criança nada mais é que a categoria de gozo, um outro nome para o inútil. Calcular seu ato pelo gozo introduz a questão da ética: isso supõe, certamente, o desejo do analista, isto é, pôr em funcionamento um lugar onde o analista possa acolher a criança sem gozar às suas custas, mesmo quando esta última se oferece a este gozo.” (SAURET, 1997, p.42).

O desejo do analista estaria presente na condução das análises de crianças assim como está nas de adultos, pois o que está em questão é o sujeito e não o desenvolvimento.

Teríamos duas psicanálises? Uma para adultos e outra para crianças? Penso que não. A psicanálise, sendo apenas uma a partir de sua Ética introduzida por Lacan, convoca uma concepção de sujeito encontrada tanto na criança como no adulto. Porém, no caso das crianças, possui uma especificidade - não se confundindo com especialidade: “a de que este sujeito encontra-se em estruturação, em vias de ter seu desejo sustentado pelo fantasma. Entende-se que uma definição das condições da

psicanálise com crianças seria uma delimitação estratégica, que leva em conta a especificidade de seu objeto – o sujeito em constituição no tempo da infância” (Petri, 2008, p.33).

Esta especificidade não divide a psicanálise em duas, pelo contrário, ela delimita um campo de atuação e dirige seu olhar para as condições necessárias à estruturação subjetiva e opera com os mesmos operadores clínicos de qualquer psicanálise dita lacaniana: “O lugar central atribuído ao desejo é o que define a psicanálise” (Petri, 2008, p.35).

Esta tese tem como objetivo responder à pergunta sobre o fazer do psicanalista com crianças. O que, realmente, faz um psicanalista ao aceitar uma criança em tratamento? A impossibilidade de delimitar um diagnóstico estrutural na infância apresenta ao analista a possibilidade de se deparar com o sujeito se constituindo numa estrutura cujo desejo não vem articulado falicamente, como na neurose.

Desta forma, estaria a psicanálise capacitada, tanto teórica quanto clinicamente, a operar a posição do sujeito, que se encontra como objeto do fantasma do Outro, e levá-lo até uma possível posição desejante?

Foi fazendo esta pergunta em minha prática clínica com crianças que resolvi escrever esta tese, onde o fantasma ocupa o lugar de resposta possível a esta pergunta, sendo ele, sua construção, o fazer do psicanalista no atendimento às crianças.

Para tanto, parti de Freud, buscando os textos em que ele discorre sobre a fantasia, iniciando com a noção de lembrança encobridora até chegar à fantasia como o brincar do adulto, como produtora de sintomas neuróticos e como cicatriz do complexo de Édipo.

Sempre com a noção do que Freud considera como psiquismo normal, retirada de seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) e de “A dissolução do complexo de Édipo” (1925), onde considera o complexo de Édipo como o divisor entre o normal e o patológico, busquei na fantasia (Em Freud), cicatriz do Édipo, o ponto fundamental a ser sustentado por toda a tese e me perguntei por que vias a fantasia é instalada na subjetividade humana.

Foi com Lacan que encontrei as respostas para minhas perguntas iniciais, assim como com outros autores, como Vorcaro, Jerusalinsky, Petri, Lefort, Bergès dentre outros, que me ajudaram a dar corpo a esta hipótese.

Ao longo do caminho percebi alguns problemas que acho importante dividir com o leitor. A obra freudiana tomada como referencia para esta tese é da Editora Imago, tradução direta do inglês e não aceita por algumas universidades devido a falhas na tradução.

Não foi exigência desta Universidade a referencia em alemão ou mesmo em espanhol da obra freudiana, de maneira que optei pela versão em português devido a minha dificuldade em compreender textos de tamanha profundidade em outra língua. Esta opção pode vir a ser questionada na defesa desta tese e, por isso, prefiro alertar o leitor de antemão.

Seguindo a explicação acima, alguns textos em língua francesa poderiam ter sido usados para uma melhor fundamentação das minhas ideias, não fosse a minha barreira em ler neste idioma. Para minimizar esta perda recorri a autores que beberam nestas fontes e segui seus passos sempre que achei conveniente.

Além disso, situo minhas ideias sobre a fantasia, em grande maioria, nos textos de Lacan da década de cinquenta e sessenta, não deixando de lado preciosas contribuições tardias do mesmo autor.

Por fim, concluí esta tese com a certeza de que poderia ter ido mais longe e explorado alguns conceitos que, para um leitor mais exigente, poderão fazer falta, como eu mesmo senti. O aprofundamento nas questões referidas ao recalque originário, ao traço unário e ao desejo do analista não foi feito, uma vez que esta tese tem como objetivo tentar provar a sustentabilidade da ideia fundamental – de que o fantasma é construído no trabalho psicanalítico com crianças - e isto, sim, considero que foi feito; mas aquelas questões foram abordadas ao longo do trabalho ainda que tangencialmente.

Como o tema é de importância ímpar para minhas práticas de docência e clínica, me proponho a aprofundar as questões referidas acima no futuro, em outro momento de minha vida acadêmica.

Apresentação do projeto

Não era possível definir com certeza, na época em que Freud inventou a psicanálise, qual seria o seu alcance como tratamento das neuroses nos dias de hoje. Tampouco era possível saber em que serviços de saúde ou instituições escolares, e até mesmo Universidades, a psicanálise estaria incluída, fosse como tratamento auxiliar da medicina em hospitais públicos ou privados, fosse como disciplina obrigatória na formação dos professores que atendessem ao que é conhecido hoje como ensino fundamental e, também, como disciplina obrigatória na formação dos profissionais da área de saúde em suas formações acadêmicas.

Na época em que a psicanálise foi inventada havia a pretensão de que seu saber pudesse acrescentar algo mais ao que se sabia sobre as formações da mente, mas às ideias freudianas foram levantadas altas resistências, principalmente por parte do saber científico, que não a reconhecia como ciência, apontando a ausência de padrões e métodos que pudessem ser aplicados a todos os indivíduos de forma equivalente, obtendo, assim, resultados comparáveis.

A psicanálise hoje, no cenário mundial, possui diferentes inserções quanto a sua prática e sua transmissão. Há países onde a inserção da psicanálise como tratamento e ensino é completamente nula; países que adotam a psicanálise como mais uma abordagem terapêutica, porém, mantendo-a longe dos círculos científicos, e outros países que inserem a psicanálise no quadro de disciplinas optativas e/ou obrigatórias na formação acadêmica de alguns profissionais das áreas da saúde, como a psicologia, por exemplo. Além disso, também se encontra a psicanálise inserida no quadro de saúde mental e até mesmo oferecendo seus serviços como auxílio ao tratamento de pacientes internados, sejam eles acometidos de transtornos físicos ou mentais.

Se por um lado a psicanálise não está incluída nos serviços de saúde ofertados à população, prática exercida em diversos países, por outro ela encontra-se inserida no quadro de formação de alguns profissionais de saúde mental, de professores do ensino fundamental e, também, como disciplina obrigatória/optativa de alguns cursos universitários, o que evidencia uma relação bastante estreita entre psicanálise e cultura,

onde a primeira, a psicanálise, necessita de alicerces específicos da cultura para sua sobrevivência.

É fundamental destacar o crescimento do alcance psicanalítico no que se refere não à aceitação deste saber nos círculos científicos, mas ao tratamento das questões psíquicas para além dos quadros neuróticos propostos por Freud na época da invenção da psicanálise.

Como forte exemplo deste crescimento a psicanálise encontra-se inserida nos quadros das disciplinas que cuidam de transtornos do desenvolvimento, elaborando pesquisa e propondo tratamentos a crianças, adolescentes e adultos com quadros clínicos que vão desde paralisia cerebral até síndromes caracterizadas por alterações genéticas.

Além dos itens citados acima, a psicanálise vem se propondo a incluir a escuta do sujeito em populações antes consideradas fora do alvo psicanalítico como, por exemplo, bebês. É a partir de questões desafiadoras da infância e adolescência, muitas delas que marcam um limite do saber médico atual, como o autismo e as psicoses, que a psicanálise oferece seu saber sobre a constituição psíquica e marca um diferencial no que diz respeito ao olhar que tem sobre o transtorno, a saber, suas causas psíquicas, não se deixando contaminar apenas pelas visões genéticas e/ou neurológicas.

Este breve apanhado de ideias tem como objetivo introduzir a questão a ser explorada neste trabalho sobre o tratamento de crianças com transtornos no desenvolvimento, em abordagem psicanalítica, onde o que se coloca em questão é a constituição psíquica e não apenas o desenvolvimento nos seus aspectos físicos, motores, neurológicos.

A constituição psíquica é um dos pilares tanto da teoria psicanalítica como do tratamento psicanalítico, seja com bebês em seus processos de aquisição de linguagem, seja com crianças em seu pertencimento a um sexo, seja com adolescentes em seu estado limite ou com adultos na sua relação com o gozo fixo no sintoma ou na fantasia. Como a psicanálise trata o sujeito e não a criança, o adolescente ou o adulto, ela está autorizada a intervir nas formações sintomáticas desses sujeitos em qualquer etapa de suas vidas. Na verdade, é a psicologia, com sua visão desenvolvimentista, que propõe teoria e tratamento para as diferentes fases do desenvolvimento. A psicanálise, a partir

de Lacan e do estruturalismo de Ferdinand de Saussure, trata do sujeito no campo da linguagem.

Especificação do tema

Desta forma, o tema que esta tese se propõe a abordar diz respeito à constituição psíquica, não para explicar seus fundamentos, o que já está detalhadamente explicado na teoria de Lacan, mas para responder a pergunta sobre a possibilidade de o tratamento analítico operar apropriadamente a constituição psíquica, ou seja, a constituição do fantasma.

Se é possível pensar com Freud, em sua teorização sobre o conflito edípico, que a neurose se dá a partir desse conflito, então, não seria errado supor que o tratamento psicanalítico com sujeitos recém-nascidos e/ou com crianças muito pequenas, não tendo completado ainda dois ou três anos, apenas se sustenta se oferecer a possibilidade de introduzir o complexo de Édipo no processo de estruturação psíquica destes sujeitos.

Esta tese tem como objetivos:

- 1) Defender a ideia de que a psicanálise com crianças deve ser considerada como a constituição psíquica em formação e sua maior meta é a constituição do fantasma ao final do processo analítico.
- 2) Trazer à luz a problemática do conceito de fantasia nos principais textos de Freud, necessitando do conceito de fantasma em Lacan para dar consistência ao mesmo.
- 3) Defender a ideia de que a metáfora paterna em Lacan é o equivalente ao complexo de Édipo em Freud e, portanto, a constituição do fantasma será possível se a metáfora paterna for operada em análise com o analista encarnando o lugar de grande Outro barrado ou objeto *a* de acordo com o momento subjetivo do sujeito.
- 4) Trazer à luz a problemática atual sobre a metáfora paterna e os personagens edípicos que a encarnam, defendendo a tese de que a mesma necessita da consistência da diferença sexual para obter seu maior alcance.

Não é do interesse desta tese a repetição do pensamento freudiano ou lacaniano, nem de qualquer outro autor que se proponha a este mesmo tema, muito menos fazer uma exegese sobre o conceito de fantasia nestes dois autores, o que deixaria de fora o caráter original deste trabalho. O objetivo é poder levantar a problemática sobre a constituição da fantasia no processo analítico, tendo o analista como operador da metáfora paterna cujo lugar é a própria encarnação do Grande Outro primordial barrado.

Metodologia

Para que seja possível esta empreitada se faz necessária a utilização da teoria psicanalítica de Freud e Lacan, assim como de alguns psicanalistas que voltaram sua prática ao atendimento de crianças e adolescentes.

Por mais que seja imprescindível o saber produzido por Freud e Lacan, ambos não se caracterizaram por construir uma clínica específica de crianças. Outros autores se dedicaram mais a este tema e serão aproveitados como instrumento para o aprofundamento das ideias aqui utilizadas, assim como alguns autores servirão a este tema como opositores às mesmas ideias, a fim de proporcionar um diálogo fértil e consistente.

Na tentativa de tornar o trabalho o mais rico possível será utilizada a apresentação de casos clínicos, tanto publicados como ainda não publicados, que fazem parte da prática clínica do dia-a-dia dos psicanalistas. Para enfatizar este ponto, alguns esclarecimentos tornam-se necessários.

É comum reconhecer os casos clínicos de Freud como a forma como ele conseguiu transmitir a psicanálise para seus interlocutores. Dora, Schreber, o homem dos ratos, o homem dos lobos, Hans e outros demais, foram demasiadamente trabalhados ao longo dos anos por diversos psicanalistas. De todos eles, apenas Hans é considerado o caso emblemático de uma psicanálise com crianças, apesar de Freud fazer alusão à formação sintomática dos outros casos, que iniciaram na infância.

Até mesmo em Lacan encontra-se pouca referência a casos clínicos conduzidos por ele, mostrando sua preferência por examinar de perto os casos ofertados por Freud quando de seu interesse em falar sobre os sintomas da infância.

Portanto, é de extrema importância recorrer aos autores que, baseados na leitura de Freud e Lacan, ofertaram, como produção psicanalítica, alguns casos clínicos com bebês e crianças e considerá-los matéria prima para este trabalho. Apesar destes autores não terem o reconhecimento da comunidade psicanalítica como um todo, devido aos rompimentos entre as escolas de psicanálise, eles serão considerados fundamentais no processo de elaboração deste trabalho. São eles: Jean Bergès, Gabriel Balbo, Françoise Dolto, Alfredo Jerusalinsky e outros.

Sobre esse último, Alfredo Jerusalinsky, seu trabalho com crianças autistas e psicóticas será bastante explorado, além da sua prática interdisciplinar na condução, ainda vigente, destes casos, pois apresenta algo bastante inovador na condução da cura com crianças com transtornos no desenvolvimento.

PARTE 1: Fantasia e fantasma em Freud e Lacan

CAPÍTULO I - O complexo de Édipo

O complexo de Édipo é um dos grandes conceitos da teoria psicanalítica desde sua invenção por Sigmund Freud. De forma brilhante, Freud busca na literatura aquilo que seria necessário para teorizar um drama e que teria como marca a universalidade. Este drama era composto dos conflitos psíquicos surgidos no ínterim da relação da criança com seus pais e revelava a maior de todas as proibições impostas pela cultura, o incesto.

Freud descobre o desejo incestuoso como uma peça estrutural da composição subjetiva do ser humano e apresenta a infância como sendo o momento do nascimento deste desejo. Além disto, Freud indica por que caminhos este desejo desabrocha na vida das pessoas, não sendo possível atribuir seu surgimento a partir de pressupostos exclusivamente genéticos.

É o campo da relação que está sendo destacado: os cuidados dados ao bebê por sua mãe. É daí que Freud parte e inventa toda a psicanálise que se conhece até sua morte. É claro que é sabido que Freud inicia a sua pesquisa sobre o inconsciente a partir dos sintomas histéricos e sua relação com a sexualidade. Porém, uma das suas grandes descobertas é o desejo incestuoso recalcado que retorna como sintoma somático ou ideativo, caracterizando a neurose como a máxima expressão do sofrimento psíquico normal, o conflito decorrente da luta de forças antagônicas, a saber, desejo e realidade.

Não é fácil delimitar na teoria freudiana das neuroses onde começam e onde terminam seus comentários sobre o complexo de Édipo, pois a ideia de um Édipo conceitual só é dada posteriormente por Jacques Lacan em *O Seminário, livro 05 As formações do inconsciente* (1958). Porém, não é difícil encontrar na teoria freudiana os textos que indicam como Freud pensou o Édipo, tanto para o menino quanto para a menina, e concluir que o Édipo é muito mais do que uma paixão pela mãe, como o senso comum costuma pensar.

É muito importante ressaltar a importância de começar esta tese a partir da noção de Édipo em Freud, uma vez que é objetivo da mesma defender a ideia de que o tratamento psicanalítico com crianças se configura numa operação do próprio complexo de Édipo em tempo real. Diferentemente de uma análise “tradicional”, ou seja, uma

análise de um paciente adulto num quadro neurótico, cuja fantasia marca sua passagem pelo complexo de Édipo, a análise de uma criança muitas vezes se dá por não se encontrar indícios do complexo em andamento ou de sua breve chegada.

Por mais que a psicanálise não seja uma teoria sobre a infância nem sobre o sexual, mas sim, uma teoria sobre o sujeito do inconsciente e o gozo, incluir crianças no tratamento analítico implica levar em consideração novos aspectos que vão na contramão daquilo que poderia ser nomeado de psicanálise tradicional como fora sugerido acima.

A partir da decisão de aceitar em tratamento um sujeito que ainda não se constituiu como tal é estritamente importante que este tratamento tenha como ponto de partida possibilitar o surgimento deste drama que será aprofundado a seguir, ou seja, o próprio complexo de Édipo. Se o conceito de Édipo, segundo Lacan, é o conceito vigente para se pensar a cultura, então, uma psicanálise que inclua crianças em seu campo de tratamento deve operar com as ferramentas que proporcionem esta concepção, a saber, a normatização: “o complexo de Édipo tem uma função normativa, não simplesmente na estrutura moral do sujeito, nem em suas relações com a realidade, mas quanto à assunção de seu sexo” (Lacan, *O Seminário, livro cinco, As formações do inconsciente*, 1999, [1958], p. 171).

Esta normatização a que se refere Lacan está diretamente associada à possibilidade do sujeito se reconhecer em um sexo e assumir uma posição viril ou feminina de acordo com o sexo em questão:

“A questão da genitalização é dupla, portanto. Há, por um lado, um salto que comporta uma evolução, uma maturação. Por outro, há no Édipo assunção do próprio sexo pelo sujeito, isto é, para darmos os nomes às coisas, aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril e com que a mulher assuma um certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher. A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do ideal do eu – ele não tem outro sentido” (Lacan, 1999, [1958], p. 171).

Para aprofundar este ponto e reconhecer que estas ideias já estavam no texto freudiano se faz necessário selecionar alguns textos da obra freudiana para especificar melhor o que se quer buscar. São eles: “A dissolução do complexo de Édipo” (1924) e a “Sexualidade feminina” (1932).

1.1 – “A dissolução do complexo de Édipo” (1924) e “Feminilidade” (1932)

Por mais que Freud se refira ao Édipo em diversas partes da sua obra, neste texto, “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), ele é mais específico quanto ao tema em questão e é Lacan quem recomenda a leitura a fim de aprofundar e conceituar o Édipo como um drama que leva o sujeito à normatização:

“Leiam o artigo de Freud sobre o declínio do complexo, *Der untergang des Oedipuskomplex*, de 1924, a explicação que ele fornece sobre a identificação terminal que constitui sua solução. É na medida que o pai é amado que o sujeito se identifica com ele e que encontra a solução terminal do Édipo numa composição do recalque amnésico com a aquisição, nele mesmo, do termo ideal graças ao qual ele se transforma no pai. Não estou dizendo que desde logo e imediatamente ele seja um pequeno macho, mas ele pode tornar-se alguém, já está com seus títulos de propriedade no bolso, com a coisa guardada, e, quando chegar o momento, se tudo correr bem, se o gato não comê-lo, no momento da puberdade, ele terá seu pênis prontinho, junto com seu certificado – Aí está papai que no momento certo o conferiu a mim” (Lacan, 1999, [1958], p. 177).

A primeira citação recortada do texto freudiano diz respeito ao que Freud considera como o divisor de águas naquilo que seria considerado normal ou patológico, evidenciando a noção de normatização que o complexo de Édipo exerce nos sujeitos em estruturação:

“Plausivelmente podemos supor que chegamos aqui à linha fronteira – nunca bem nitidamente traçada – entre o normal e o patológico. Se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma repressão do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico” (Freud, 1988 [1924], p. 197).

É esta ideia que leva Lacan a afirmar o complexo de Édipo como um normatizador, como um mecanismo capaz de levar o pequeno amante, como sugere Freud, à identificação a um sexo, tendo diferenças entre o complexo no menino e na menina.

Tanto no menino quanto na menina o complexo de Édipo se instaura e a ameaça de castração apresenta uma forma particular com que ambos os sexos respondem a ela.

No menino a escolha é narcísica. O menino, diante da ameaça de perder seu precioso pênis, dá as costas ao complexo voltando sua atenção para seu órgão sexual:

“Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo” (Freud, 1988 [1924], p. 196).

Freud ainda mostra o caminho por onde este processo toma forma e sugere o abandono das catexias de objeto em detrimento das identificações:

“As catexias de objetos são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade dos pais ou do pai é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal” (Freud, 1988 [1924], p. 196).

Desta repressão o que surge é uma afeição ao pai decorrente da dessexualização e da sublimação das pulsões sexuais oriundas do complexo de Édipo, levando a criança ao que é denominado de período de latência:

“As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em partes são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo processo, por um lado, preservou o órgão genital – afastou o perigo de sua perda e, por outro, paralisou-o, removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança” (Freud, 1988 [1924], p. 196).

Na menina, apesar de ser possível reconhecer um complexo de Édipo, um superego, um período de latência, uma organização fálica e um complexo de castração, este processo ocorre de maneira diferente à do menino. A primeira diferença está na aceitação do complexo de castração como um fato consumado dada a visão da diferença anatômica entre os sexos. Tomando emprestado o título do texto freudiano de 1924: “Dá-se assim a diferença essencial de que a menina aceita a castração como um fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência” (Freud, 1988 [1924], p. 198).

A segunda diferença está na ameaça da menina sofrer uma perda de amor. Segundo Freud o complexo de Édipo na menina é mais simples do que no menino e raramente vai além de assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina em relação ao pai.

Dessa identificação com a mãe e da nova posição feminina em relação ao pai resulta uma compensação por ter “perdido” seu pequeno pênis. O complexo de Édipo na menina culmina no desejo de dar um filho ao pai, deslocando o desejo de ter um pênis para o de ter um bebê:

“A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza – ao longo de uma equação simbólica, poder ai dizer – do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar lhe um filho. Tem-se a impressão que o complexo de Édipo é então gradativamente abandonado de vez que este desejo jamais se realiza” (Freud, 1988 [1924], p. 198).

Neste texto, “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), existem dois pontos relevantes para iniciar a discussão proposta por esta tese. O primeiro mostra de forma bastante clara a proposta de Freud, o motivo pelo qual Freud busca o mito e o introduz na psicanálise. O segundo esclarece as consequências do complexo, seus efeitos.

O motivo pelo qual o complexo de Édipo foi introduzido na psicanálise não pode ser outro se não o de determinar um antes e um depois do complexo. O complexo é um drama, ou um romance, como sugere Freud, que leva o sujeito de um estado a outro, de um lugar a outro, de uma posição subjetiva a outra. Ele introduz, definitivamente, a divisão psíquica no sujeito ao fazer recalcar o desejo incestuoso pela mãe. O recalque, operação edípica por excelência, funda aquilo que pode ser considerado o inconsciente, mesmo sabendo que o inconsciente não é apenas o recalcado quando retorna. Se existe o inconsciente é porque existe o desejo incestuoso e, portanto, segundo as leis da cultura, isto não pode ser tolerado. É o romance edípico que executa este recalque e possibilita transitar na civilização como um igual, um sujeito adequado às normas comuns, capaz de conter seus impulsos na relação com o semelhante.

O segundo, o efeito do complexo, acusa a incompletude do motivo do complexo. Não é suficiente, para os fins almejados pela psicanálise, que o complexo de Édipo seja criado para levar um sujeito a uma posição subjetivamente adequada às normas da

cultura, pois certamente muitos sujeitos respondem adequadamente a esta primeira questão. Mas é fundamental assumir a real função do Édipo, como diz Lacan, tomando seu maior alcance na escolha de uma posição sexual viril para o menino e feminina para a menina.

O Édipo freudiano indica a heterossexualidade como uma norma a ser alcançada, assumindo o desejo de ter um bebê na menina como sexualidade normal, referencia adotada por Freud no seu texto de 1932, “Feminilidade”.

Neste texto, Freud aprofunda ao máximo o saber sobre o feminino embora este máximo possua um limite. Por mais que este limite esteja posto no texto freudiano, sua ideia de um complexo de castração na menina como porta de entrada do Édipo está bastante clara, assim como a noção de uma função biológica natural do ser mulher, embora a noção psíquica em alguns casos não acompanhe este natural biológico a que Freud se refere. A mulher é um tornar-se mulher:

“De acordo com sua natureza peculiar, a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher, seria uma tarefa difícil de cumprir, mas se empenha em indagar como é que uma mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde criança dotada de disposição bissexual” (Freud, 1988 [1932], p.117).

Continuando a exploração do texto, Freud dá ênfase ao que ele chama de feminilidade ao colocar a inveja do pênis na menina como estruturante do seu complexo de Édipo. É a partir da inveja do pênis e do reconhecimento de que fora castrada que o desejo de ter um bebê pode ser lançado num futuro próximo. A equação pênis = bebê é o equivalente da sexualidade normal proposta por Freud. Em suas palavras:

“Como veem, pois, atribuímos às mulheres um complexo de castração. E por boas razões o fazemos, embora seu conteúdo não possa ser o mesmo que o dos meninos. Nestes, o complexo de castração surge depois de haverem constatado, à vista dos genitais femininos, que o órgão, que tanto valorizam, não acompanha necessariamente o corpo. Nisto, acodem à lembrança do menino as ameaças que provocou contra si, ao brincar com esse órgão; começa a dar crédito a elas e cai sob influencia do temor da castração, que será a mais poderosa força motriz do seu desenvolvimento subsequente. O complexo de castração nas meninas também inicia ao verem elas os genitais do outro sexo. De imediato percebem a diferença e, deve-se admiti-lo, também a sua importância. Sentem-se injustiçadas, muitas vezes declaram que querem “ter uma coisa assim, também”, e se tornam vítimas da inveja do pênis; esta deixará marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação do seu caráter, não sendo superada, sequer nos casos mais favoráveis, sem um extremo dispêndio de energia psíquica. O fato de a menina reconhecer que lhe

falta pênis não implica, absolutamente, que ela se submeta a tal fato com facilidade” (Freud, 1988 [1932], p.125).

E para ficar clara a influência da inveja do pênis no caminho em direção à feminilidade, Freud acrescenta:

“A descoberta de que é castrada representa um marco decisivo no crescimento da menina. Daí partem três linhas de desenvolvimento possíveis: uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal” (Freud, 1988 [1932], p.126).

Não se pode deixar de sublinhar a importância que Freud dá à relação da menina com a mãe. Esta relação pode ser considerada sustentáculo para o caminho em direção à feminilidade, não porque uma mãe consiga transmitir o que significa ser uma mulher para sua filha, mas sim, porque existe uma decepção da filha com sua mãe, o que favorece a entrada do pai como detentor do falo tão desejado pela menina. A visão dos órgãos sexuais maternos leva a filha a um ódio profundo de sua mãe, por tê-la feito mulher igual à mãe:

“Afinal, a distinção anatômica (entre os sexos) deve expressar-se em consequências psíquicas. Foi uma surpresa, no entanto, constatar, na análise, que as meninas responsabilizam sua mãe pela falta de pênis nelas e não perdoam por terem sido, desse modo, colocadas em desvantagem” (Freud, 1988 [1932], p.124).

De todos os pontos abordados por Freud neste texto, o mais relevante para esta tese é o posicionamento do complexo de Édipo, tanto do menino quanto da menina, como um caminho para a sexualidade normal, onde o menino assumiria uma posição viril, após o período de latência, e uma menina assumiria uma posição feminina, também após o mesmo período.

Desta forma o complexo de Édipo torna-se peça chave na condução da cura de uma criança e, certamente, cabe ao analista identificar se o complexo está em andamento ou, pelo menos, se é possível apostar na sua constituição. Este ponto, a identificação do complexo de Édipo, será abordado na segunda parte desta tese quando algumas questões clínicas forem tratadas. Neste momento, a metodologia utilizada será a exploração dos conteúdos teóricos necessários para a condução da cura, por um

analista, de qualquer criança que seja submetida ao tratamento analítico. Os próximos itens serão: A metáfora paterna e a fantasia.

1.2 A metáfora paterna

É em *O Seminário, livro cinco, As formações do inconsciente (1958)*, especificamente na segunda parte sobre a lógica da castração, que Lacan aborda diretamente a questão da metáfora paterna, trazendo à luz uma problemática bastante importante para a teoria psicanalítica. Porém, já em *O Seminário, livro um, Os escritos técnicos de Freud (1953)*, Lacan aponta a direção que tomará ao propor o retorno a Freud, tendo o pai como seu norte:

“Por enquanto, não posso lhes dizer mais sobre isso, ainda que, para aqueles que são aqui frequentadores deste seminário, deva-se entender que não há uma two-bodies’ psychology sem que intervenha um terceiro elemento” (Lacan, 1986, [1953-54], p.20).

No momento em que Lacan lançou suas ideias sobre a importância do pai no complexo de Édipo a psicanálise estava sob as influências das ideias sustentadas pelos pós-freudianos como Anna Freud, Melanie Klein e Winnicott, representativos da escola inglesa, cujo pensamento posicionava a mãe no centro das atenções no que diz respeito à constituição psíquica. Apesar de conter um reconhecimento sobre a relevância paterna no Édipo, este aparecia de forma secundária, velada, inconsciente na letra kleiniana, por exemplo. Sobre Melanie Klein e sua concepção pré-edípica, Lacan profere a seguinte crítica:

“Leiam seu artigo que concerne, precisamente, ao Édipo. Ali, ela descreve uma etapa extremamente precoce do desenvolvimento, a chamada etapa da formação dos maus objetos, que é anterior à chamada fase paranóide-depressiva, que está ligada ao aparecimento do corpo da mãe em sua totalidade. Ao ouvirmos o que ela diz, o papel predominante na evolução das primeiras relações objetais infantis seria desempenhado pelo interior do corpo da mãe, que concentraria toda atenção da criança. Ora, vocês constatarão com surpresa que, baseando-se em desenhos, em ditos e em toda uma reconstrução da psicologia da criança nessa etapa, a sra. Melanie Klein nos atesta que, entre os maus objetos presentes no corpo da mãe – dentre eles, todos os rivais, o corpo dos irmãos e irmãs, passados, presentes e futuros -, há muito precisamente o pai, representado sob a forma de seu pênis” (Lacan, 1999 [1958], p.170).

Porém, além de acusar o reconhecimento do pai na letra de Melanie Klein de forma inconsciente, Lacan sublinha, na concepção kleiniana sobre a formação dos maus objetos, os irmãos como rivais, da mesma forma que o pai. Fundamental destacar aqui a ênfase que Lacan coloca no pai em detrimento dos irmãos, pois se um irmão significa a incompletude do desejo materno, já que esta mãe não se satisfaz com um bebê apenas, ou que a criança ao crescer deixou de satisfazer algo do desejo materno, revelando o deslocamento significativo do bebê do lugar de falo para esta mãe, então, é possível levantar a ideia de que em Lacan existe uma defesa do lugar paterno e de uma encarnação deste lugar. No caso em questão, a saber, na crítica que ele profere a Melanie Klein, o pênis representa a encarnação desta função como um mau objeto para o infans.

Em seguida, Lacan avança a questão que está no centro do Édipo freudiano ao colocar o falo como o significante do campo do Outro, torcendo a noção de Édipo em Klein, da mãe como centro para o pai como centro; um falo que está lá desde sempre:

“Esse terceiro ponto – finalmente o denomino e acho que todos vocês o têm na ponta da língua – não é outro senão o falo. E é por isso que o falo ocupa um lugar de objeto tão central na economia freudiana. Isso basta, por si só, para nos mostrar onde está a errância da psicanálise de hoje. É que ela se afasta cada vez mais dele. Elude a função fundamental do falo, com a qual o sujeito se identifica imaginariamente, e o reduz à idéia de objeto parcial. Isso nos leva de volta à comédia” (Lacan, 1999 [1958], p. 165).

A ideia fundante do psiquismo humano apoiava-se na premissa da existência de uma mãe “suficientemente boa”, conceito elaborado por Winnicott, capaz de oferecer à criança uma apresentação saudável do mundo a ser conquistado. As relações do bebê com sua mãe se configuravam num pilar definitivo para a saúde mental do bebê, marcando uma visão imaginária da constituição edípica, segundo as ideias que Lacan apresentaria à comunidade psicanalítica acerca da posição do pai no complexo de Édipo.

As perguntas sobre a possibilidade de uma neurose existir sem o pai ou se seria possível um complexo de Édipo sem o pai, partindo da noção de crianças que haviam crescido “adequadamente” numa sociedade, sem nunca ter convivido ou sabido da história de seu verdadeiro pai, impulsionaram a necessidade de um novo

aprofundamento do complexo de Édipo, ou melhor, de uma nova teorização do mesmo: “Aí estão, portanto, já definidos, dois polos da evolução do interesse em torno do Édipo – primeiro, as questões do super eu e das neuroses sem Édipo, e segundo, as questões concernentes às perturbações que se produzem no campo da realidade” (Lacan, 1999 [1958], p. 170).

As ideias de Lacan sobre a importância do pai no complexo de Édipo vêm a calhar na tentativa de responder estas questões tão desafiadoras para a psicanálise. Ao invés de pensar o pai na família, nos arredores do núcleo familiar, Lacan sugere o pai no complexo e o coloca como um significante que sustentaria toda a engenharia neurótica do sujeito: “Falar de sua carência na família não é falar de carência no complexo” (Lacan, 1999 [1958], p.174).

Dessa forma, Lacan radicaliza a noção de Édipo oferecida por Freud, que tratava os conflitos neuróticos a partir das experiências cotidianas e até mesmo familiares do indivíduo, e apresenta uma ideia bem mais sofisticada sobre o conflito psíquico, a saber, que o complexo de Édipo não trata apenas das relações que a criança estabelece com papai e mamãe no ambiente familiar, mas sim, que o complexo de Édipo está na relação entre os significantes que representam o sujeito na cadeia significante. Portanto, apresentar o pai como uma metáfora que vem a substituir o significante desejo-materno é possibilitar ao sujeito uma estruturação psíquica neurótica mesmo para as crianças criadas com o pai dito ausente:

“Não é a mesma coisa dizer que uma pessoa deve estar presente para sustentar a autenticidade da fala e dizer que há alguma coisa que autoriza o texto da lei. Com efeito, o que autoriza o texto da lei se basta por estar, ele mesmo, no nível do significante. Trata-se do que chamo de Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico. Esse é o termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei. Esse é o Outro no Outro” (Lacan, 1999 [1958], p. 152).

Ao apresentar o pai como metáfora, Lacan apresenta uma falha estrutural no seio da própria psicanálise. Colocando-a no divã, ele aponta o momento subjetivo em que a psicanálise se encontrava, na relação imaginária com a mãe. Ao propor o pai como um significante que substituiria o significante materno, pode-se dizer que Lacan é o analista da própria psicanálise, fazendo-a avançar enquanto teoria e prática.

O pai não é mais o barrigudo que assiste televisão, dá bronca nos filhos e coloca dinheiro em casa; o pai, agora, é o operador do complexo, o significante que divide um antes e um depois, o sustentáculo da subjetividade e núcleo da neurose.

A equivalência entre metáfora paterna e complexo de Édipo chega a ser óbvia. Lacan propõe três tempos do Édipo articulados aos três momentos de intervenção paterna, o pai real, o pai simbólico e o pai imaginário, propondo a relação direta entre pai e castração, portanto, entre pai e neurose:

Agente	Operação	Objeto
Pai real	Castração	Imaginária
Mãe simbólica	Frustração	Real
Pai imaginário	Privação	Simbólica

FIG. 1- Esquema dos três tempos do Édipo. In LACAN, 1999, [1958]:

E explica sobre a castração:

“De que se trata no plano da ameaça de castração? Trata-se da intervenção real do pai no que concerne a uma ameaça imaginária, R.i (supereu), pois é muito raro suceder que ele lhe seja realmente cortado. Ressalto que, neste quadro, a castração é um ato simbólico cujo agente é alguém real, o pai ou a mãe, que lhe diz *Vamos mandar cortá-lo*, e cujo objeto é um objeto imaginário – se o menino se sente cortado é por imaginar isto” (Lacan, 1999 [1958], p. 178).

Sobre a frustração:

“Por outro lado, o que o pai proíbe? Ele proíbe a mãe. Como objeto, ela é dele, não é do filho. É nesse plano que se estabelece, pelo menos numa certa etapa, tanto no menino quanto na menina, aquela rivalidade com o pai que, por si mesma, gera uma agressão. O pai efetivamente frustra o filho da posse da mãe. Eis um outro patamar, o da frustração. Nesse, o pai intervém como detentor de um direito e não como personagem real. Mesmo que não esteja presente, mesmo que telefone para a mãe, por exemplo, o resultado é idêntico. Nesse ponto é o pai como simbólico que intervém numa frustração, ato imaginário concernente a um objeto muito real, que é a mãe, na medida em que a criança necessita dela” (Lacan, 1999 [1958] p. 178).

Sobre a privação:

“Por fim, vem o terceiro nível, o da privação, que intervém na articulação do complexo de Édipo. Trata-se então do pai como aquele

que se faz preferir em lugar da mãe, dimensão que vocês são absolutamente forçados a fazer intervir na função terminal, aquela que leva à formação do ideal do eu. É na medida em que o pai se torna um objeto preferível à mãe, seja por que vertente for, pelo lado da força ou pelo da fraqueza, que pode estabelecer-se a identificação final. A questão do complexo de Édipo invertido e de sua função se estabelece nesse nível. Direi mais: é aí que se centra a questão da diferença do efeito do complexo no menino e na menina” (Lacan, 1999, [1958], p. 178).

Dessa forma não é difícil reconhecer que a metáfora paterna proposta por Lacan equivale ao complexo de Édipo pensado por Freud, com a radical diferença de que Freud não possuía, em sua época, os conhecimentos da linguística de Ferdinand de Saussure. Já a metáfora paterna é consequência da leitura lacaniana do complexo de Édipo freudiano, uma leitura aprofundada e reelaborada com o auxílio das ferramentas linguísticas deste mesmo autor.

A partir da noção do pai como metáfora que substituiria o significante desejo-materno algumas ideias foram surgindo, estando presentes até hoje, acerca da problemática da constituição psíquica, merecendo um olhar mais aprofundado. Uma ideia bastante comum, e que se sustenta na máxima de Lacan de que falar em pai na família não é falar em pai no complexo, é a ideia de que, por ser um significante metafórico, o pai não tem imagem, nem corpo nem sexo.

Certamente esse é um argumento muito utilizado por todos aqueles que levam ao pé da letra o que Lacan citou em *O Seminário, livro cinco, As formações do Inconsciente* (1958) e foi muito útil às feministas numa tentativa de descartar o homem do lugar paterno e, também, à diferença sexual da formação do psiquismo.

Como foi dito no início deste capítulo sobre a metáfora paterna, deve ser levada em consideração a época em que as ideias de Lacan atingiram em cheio o seio psicanalítico, vindo a restaurar a credibilidade no conceito de Édipo proposto por Freud. Se Lacan afirmou que falar em carência do pai na família não é falar em carência de pai no complexo, evidenciando a importância do pai como significante operador da metáfora, nada pode ser concluído sobre a importância do homem no lugar paterno.

Privilegiar o pai no complexo não autoriza ninguém a afirmar que Lacan retirou ou não considerou importante que na metáfora paterna seja imprescindível a diferença

sexual a partir dos personagens que formam o cenário simbólico para o sujeito em constituição.

É recorrente a ideia de que o desejo materno se dirija para um além-bebê e este além pode ser qualquer “coisa” que faça função de causar desejo nesta mãe, como o trabalho, por exemplo. É sabido e não é interesse desta tese dizer o contrário, que a divisão mãe/mulher coloca e retira o bebê do lugar de falo para esta mãe. Se por um lado ele é causa de desejo para esta mãe, por outro ele deve causar nela um profundo mal estar por não ser para ela o objeto do seu desejo.

Não existe objeto do desejo e sim causa de desejo e por isso os bebês estão a salvo das psicoses – infelizmente, nem todos. A colocação do bebê no lugar daquilo que supostamente falta à mulher, bebê equivalente ao pênis, como Freud propôs, evidencia o lugar fálico em que o bebê é colocado no desejo desta mãe, a partir da sua castração em plena infância. Porém, a retirada do bebê deste lugar ideal não depende apenas da castração ter sido ofertada a esta mãe em seu processo de constituição psíquica, mas também, de como será operada a lei do Édipo neste bebê a partir do que é para a mãe a sua causa de desejo além do bebê. Se a castração da mãe fosse suficiente para levar um bebê à castração, então, neuroses maternas causariam neuroses infantis, o que é completamente falso.

Uma das grandes preocupações sobre a ideia do desejo materno não necessitar de rosto, corpo ou sexo e de se considerar o pai apenas como um significante, dando à atividade profissional da mãe o estatuto de pai, por exemplo, é apostar numa constituição psíquica onde a castração é ofertada, sendo operada apenas por um dos sexos, no caso o sexo da mãe. Para sustentar um lugar frente à castração como posição subjetiva bastaria, então, para quem concorda com a ideia de que o lugar paterno pode ser ocupado por qualquer coisa não animada sem rosto, corpo ou sexo, o encontro do desejo materno com o significante.

Isto equivale a sustentar um mundo habitado apenas por um dos sexos para alcançar a plena “normalidade” psíquica proposta por Lacan ao definir o complexo de Édipo como um processo normatizador: “(...) a de o complexo de Édipo ter uma função essencial de normalização.” (Lacan, 1999[1958], p.166).

Para validar esta defesa, de que o homem faz parte da metáfora paterna sustentando a diferença sexual como indispensável para a normalidade psíquica, é necessário recorrer a Lacan em alguns momentos de sua obra onde esta questão ganha profundidade e suficiente força para a discussão que segue adiante:

“A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo não anônimo. É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da lei no desejo” (Lacan, 2003[1969], p.369).

O desejo não anônimo citado por Lacan evidencia uma marca simbólica da lei do pai na fala da mãe. A mãe sendo portadora de uma intervenção, já em vigor nela mesma, que é transmitida ao filho nas atividades de vida diária, ou seja, a mãe transmitindo o próprio significante Nome-do-Pai pelo simples fato dela mesma ter passado pela experiência de castração.

Até aqui a ideia do pai operando o Édipo como significante apresenta-se como o carro chefe da metáfora paterna, e não é o interesse deste trabalho colocar dúvida sobre essa questão. Porém, esta máxima do pai como significante desperta a dúvida sobre a relevância desta função vir a ser encarnada por um humano, homem ou mulher, portador de um sexo e, portanto, dando corpo a este nome, oferecendo consistência ao desejo materno.

É esta a crítica deste trabalho à problemática suscitada pela metáfora paterna, a saber, que a ideia do pai como significante descarta não apenas a encarnação desta função, como também, o sexo do sujeito que a encarna. É válido pontuar que esta tese concorda com a máxima lacaniana sobre a relevância do pai no complexo em detrimento do pai na família, reconhecendo-o, portanto, como um significante. Porém, esta tese defende a ideia de que para se ter o maior alcance da metáfora paterna estas funções sejam encarnadas em um homem, presente ou não na família, mas que ofereça à criança o encontro com a diferença sexual.

Ainda no mesmo texto Lacan traz algumas considerações interessantes que servem de alimento a esta discussão e permitem supor, na teoria lacaniana, a noção de encarnação das funções parentais e do corpo e sexo do pai na execução da metáfora paterna:

“Na concepção elaborada por Jacques Lacan, o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar. O sintoma – esse é o dado fundamental da experiência analítica – se define, nesse contexto, como representante da verdade. O sintoma pode representar a verdade do casal familiar ou do fantasma materno” (Lacan, 2003[1969], p. 369).

Interessante Lacan trazer o sintoma como verdade do casal familiar, apontando para uma estrutura familiar mínima entre um homem e uma mulher, seja no nível de uma relação ainda vigente com laços afetivos mantidos ou uma mulher grávida de um homem desconhecido, mas com adjetivos suficientes para fazê-la desejar dar a ele um filho.

De qualquer maneira, esta ideia de casal familiar é bastante dúbia e suscita muitas possibilidades de interpretação. Porém, considerando a concepção como sendo a união do óvulo existente na mulher com o espermatozoide existente no homem, uma família seria concebida, talvez, a partir deste encontro. É claro que falar em constituição familiar inclui os casos cuja filiação se dá pela via da adoção, o que incluiria todos os casos de filiação, partindo do pressuposto que toda criança deve ser adotada, mesmo as legítimas biologicamente falando. Mas a questão sobre a constituição familiar segue um mistério nesta nota deixando a ideia sobre a presença do pai ou da mãe ainda aberta. A que casal Lacan se refere, para considerar o sintoma como verdade do casal familiar? Ao encontro da mulher com o homem? À transmissão do pai ao filho como nome pela mãe?

As duas possibilidades para o sintoma na criança e não da criança servem de sustentáculo à ideia de família apresentada no texto. A primeira articulada ao casal familiar, ou seja, à metáfora paterna e a segunda apresentando-se como o próprio *objeto a* na fantasia, ou seja, um sintoma somático obturador do desejo materno, revelando, assim, a impossibilidade da operação metafórica do pai.

A articulação entre a formação do sintoma e a noção de família em Lacan pode ser pensada a partir da seguinte elaboração. Se uma criança porta um sintoma revelador da verdade do casal familiar, então, o laço entre a mãe e o pai está completamente feito. Entretanto, se uma criança porta um sintoma que a sutura no lugar da falta fálica materna, então, é possível pensar que o laço que sustentaria um casal familiar não existe. A conclusão para esta questão repousaria na entrada ou não do pai como significativo no Édipo.

Para tanto, deve-se vasculhar outros textos que tocam diretamente nesta questão a fim de aprofundar a discussão seguida ao longo deste capítulo, a saber, a defesa da ideia da necessidade da encarnação das funções parentais. Especificamente no “Estádio do espelho como formador da função do eu” (1934), Lacan, em plena elaboração da constituição psíquica, acerca dos cuidados da vida diária do recém-nascido, afirma:

“Esse ato, com efeito, longe de se esgotar, como no caso do macaco, no controle – uma vez adquirido – na inabilidade da imagem, logo repercute na criança, uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ele reduplica, isto é, com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, objetos que estejam em suas imediações” (Lacan, 1998, [1936], p.96-97).

É fato que Lacan posiciona o bebê juntamente com os seres da sua própria espécie quando fala em “pessoas” nas imediações do bebê. Parece irrelevante destacar essa citação de Lacan, já que é óbvio que uma criança necessita ser cuidada por homens e mulheres, mas não é tão óbvio assim quanto parece. Sublinhar a palavra pessoas nesta citação é reconhecer o semelhante do bebê humano como fundante da formação da imagem corporal do mesmo e, portanto, do psiquismo. Por mais que esta citação apareça no “Estádio do espelho” de (1934) e não em 1958 na metáfora paterna, sua contribuição para a formação do psiquismo é estruturante, pois combate diretamente a ideia da irrelevância da encarnação das funções parentais no processo de constituição psíquica.

Apresentar uma teoria sobre a constituição psíquica de uma forma didática, onde algumas pistas são dadas de maneira recortada, tanto em diferentes textos quanto em diferentes épocas, não significa dizer que estes fenômenos ocorrem de maneiras separadas ou sequenciadas com prazo de validade estabelecido. Primeiro o

autoerotismo, depois o narcisismo primário, depois o narcisismo secundário, aí, então, a relação objetal será possível. E sabemos, com Lacan, que a relação não é com o objeto, mas com sua falta.

Não. Não é assim que ocorre com os seres humanos. Nos seres humanos estes conceitos psicanalíticos, como complexo de Édipo, metáfora paterna, narcisismo, estágio do espelho, identificações, fantasia e outros, ocorrem de maneira simultânea, sempre de acordo com o modo de captura do organismo pela linguagem.

Porém, mesmo ocorrendo de forma simultânea, existem regras para que estes conceitos se entrecruzem e componham a “pseudo harmonia” da constituição psíquica. Pseudo harmonia, pois nenhum aparelho psíquico funciona de forma tão regular. Os sintomas, escoamentos dos desejos de forma avessa, são um bom exemplo. Por mais que eles estejam incluídos no aparelho psíquico como descarga dos afetos, dos desejos, das fantasias, eles levam o neurótico a um sofrimento intenso. Daí por que pseudo harmonia.

Voltando às regras, uma delas é a sustentabilidade de todo este drama pelo tenuous fio do desejo que une e entrelaça os personagens edípicos, mãe e pai, cada um com sua história pregressa, repleta de significantes ordenadores de uma cadeia simbólica que abraçará o organismo de recém-nascido como um cobertor de linguagem.

Diferente do complexo de Édipo em Freud, a metáfora paterna proposta por Lacan não inicia aos três anos e termina aos cinco. A metáfora paterna inicia antes do nascimento do bebê, antes até da concepção, quando um casal, por exemplo, começa a construir uma rede simbólica, com os significantes que representam seus desejos e suas histórias para que, num futuro próximo, o recém-nascido possa assumir como seus estes significantes que o representam para os novos significantes surgidos ao longo do caminho. Na verdade, se é possível falar em início do Édipo, então, seria necessário começar pela operação de castração da geração anterior à que está em estruturação.

A metáfora paterna propriamente dita, a substituição do desejo materno pelo significante Nome-do-Pai, não ocorre de uma hora para outra como um passe de mágica. A metáfora paterna está diretamente relacionada, ou melhor, intrinsecamente ligada aos complexos edípicos dos personagens em execução da mesma.

A maneira como a mãe se deparou com o complexo de castração quando menina, a inveja do pênis, o estágio do espelho, a forma como a feminilidade se apresentou a ela, juntamente com toda a interpretação que ela deu a esse processo, resulta na mulher que ela é agora e, portanto, na possibilidade de realizar seu desejo de dar um filho ao pai, precisando de um homem para tal empreendimento. Como sustentar uma feminilidade e procurar ser causa de desejo para um homem, apoiada numa imagem ainda não unificada no espelho? Poderíamos falar em feminilidade fora da neurose?

Seguindo o mesmo raciocínio para o homem, a ameaça de castração, a formação do superego, a posição viril, ou não, na saída do complexo de Édipo possibilitará ao homem tomar uma mulher como seu sintoma, levando-a à devastação de seu complexo de masculinidade? A devastação, a partir da posição viril de um homem, é o que possibilita uma mulher. Este ponto, o jogo amoroso do casal parental, a posição sexual de cada parceiro edípico, a abertura à feminilidade, serão os pilares do complexo de Édipo do pequeno infans que está prestes a chegar, com planejamento familiar ou não.

Por isso é possível sustentar a ideia de uma combinação de fatores do lado do homem e do lado da mulher que levem à preparação, ou não, da teia simbólica antecedente ao recém-chegado. A troca do desejo materno pelo significante Nome-do-Pai dependerá de todos esses fatores oriundos da geração anterior. Assim posto é possível afirmar que não há um pré-edípico, o que há é um pré-genital, já que os elementos do Édipo estão dados desde antes da concepção até a formação da posição sexual propriamente dita. O Édipo nunca se dissolve completamente. Ele reatualiza sua estrutura de tempos em tempos.

Retomando o fio condutor que defende e sustenta a formação da constituição psíquica a partir da encarnação das funções parentais pela mulher e pelo homem, pontuando apenas o pai como incerto enquanto a mãe é certíssima, como sugere Freud, recorta-se uma citação de Lacan no texto “A significação do falo” (1958). Portanto na mesma época em que profere seu seminário sobre a metáfora paterna, Lacan afirma:

“Por mais paradoxal que possa parecer essa formulação, dizemos que é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada. Mas ela encontra o significante do seu próprio desejo no corpo daquele a

quem sua demanda de amor é endereçada” (Lacan, 1998 [1958] p. 701).

É fato que Lacan, ao longo da sua obra, fornece as pistas para se pensar a constituição psíquica e uma delas encontra nessa citação acima uma forte expressão. Nessa citação Lacan endereça o desejo da mulher ao homem e o posiciona no corpo, enfatizando a encarnação do objeto causa de desejo na mulher para além do bebê, e também, para um homem capaz de traduzi-la em mulher.

Esse ponto causa muita polêmica dentro do meio analítico e chega a ser considerado preconceituoso já que esbarra na questão do Édipo invertido e da constituição psíquica a partir da adoção de crianças por casais homossexuais. Na verdade, este tema foi fruto de um seminário proferido por Jacques Allain Miller em Paris com o título “A criança entre a mãe e a mulher” e teve como fruto a seguinte interpretação da metáfora paterna em Lacan:

“A metáfora paterna remete, a meu ver, a uma divisão do desejo a qual impõe, nessa ordem do desejo, que o objeto criança não seja tudo para o sujeito materno. Quer dizer que há uma condição de não-tudo, que o objeto criança não deve ser tudo para o sujeito materno, mas que o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Portanto, isso exige que o pai seja, também, um homem” (Miller, 1998. P.08).

E não apenas Miller interpretou desta forma a metáfora paterna em Lacan como também outros autores que compõem o cenário psicanalítico atual. Joel Dor dedicou um livro sobre o tema do pai na psicanálise, trazendo à luz uma discussão bastante fecunda sobre esta questão. Joel Dor, em *O pai e sua função em psicanálise*, afirma:

“A instituição da função paterna é diretamente tributária da circulação do falo da dialética edipiana. Todavia, essa circulação supõe, por sua vez, que diferentes protagonistas sejam levados a ocuparem lugares específicos nesse espaço de configuração edipiana. Ainda que se trate de lugares, isso não implica que os protagonistas sejam, no entanto, elementos situáveis indiferentemente entre eles. Um pai não pode ser uma mãe; da mesma forma uma mãe não pode substituir um pai. Isto não está em contradição com o fato de que uma mãe pode sempre identificar-se com um pai e vice-versa. No primeiro caso costumamos dizer que a mãe está numa posição paterna em relação ao filho. No segundo caso, o pai está numa posição materna. Todavia, num como noutro caso, trata-se apenas de problemas identificatórios, isto é, dispositivos imaginários” (Dor, 1991, p. 57-58).

Importante marcar a palavra “protagonista” e colocá-la em contraponto com a palavra “pessoas” proferida por Lacan no “Estádio do espelho”(1949). Tanto *protagonista* como *pessoas* referem-se ao espaço que envolve o bebê, o meio físico. Por mais que a psicanálise pontue a relação entre mãe e bebê como sendo o espaço de formação psíquica do infans, este espaço simbólico está inserido numa geografia onde as pessoas ou protagonistas circulam e sustentam esta cena, evidenciando a não existência de um mundo composto por, apenas, a mãe e seu bebê. O campo do Outro é o campo social, o campo da cultura.

O segundo ponto está na afirmação de que um pai não pode ser uma mãe assim como uma mãe não pode ser um pai. É bastante significativo colocar ênfase no poder ao qual o autor se refere, pois também é comum a ideia de uma psicanálise constitucional, aquela que viria a definir o que pode ou não ocorrer na cultura. A psicanálise é efeito da cultura, está submetida a ela e, portanto, jamais poderia se colocar na posição de julgar certo ou errado as novas configurações familiares. Porém, a psicanálise pode e deve dar sua opinião sobre os efeitos das configurações familiares em andamento, colhidos em sua prática clínica. Joel Dor, no livro já citado, vai mais a fundo e aborda diretamente a questão sobre as funções parentais e o sexo dos executores da metáfora paterna e toca na questão da adoção de crianças por casais homossexuais femininos:

“Para reter apenas um caso modelo deliberadamente exemplar, vamos evocar a amplitude dos tormentos imaginários com que defrontam os casais de mulheres homossexuais que têm filhos. Num casal como esse, por que uma das parceiras femininas não poderia jamais assumir a função paterna, por mais que se esforçasse para isso junto à criança?” (Dor, 1991, p. 58).

Esta tese não irá aprofundar esta questão, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo; mesmo assim, não se pode deixar de citá-la, pois certamente ela faz parte da configuração edípica e, conseqüentemente, da constituição psíquica. Sendo assim, continuando com Dor em sua visão do complexo de Édipo freudiano e da metáfora paterna em Lacan, nas suas palavras:

“A solução deste problema, por mais que as homossexuais experimentem sofrimento ao tentar resolvê-lo, é infelizmente bem mais simples: está ligada, fundamentalmente, ao real da diferença entre os sexos. Ora, quer se queira sabê-lo ou não, esta é irreduzível. O

papel materno é inexpugnável, no sentido em que é instituído e sustentado pela questão da diferença entre os sexos aos olhos da criança. Por sua vez a função paterna só é operatória simbolicamente por proceder diretamente dela” (Dor, 1991, p. 58).

Ainda que Joel Dor não nomeie a palavra homem, ele a coloca como causa de desejo na mulher, reafirmando a citação milleriana sobre o homem como executor da metáfora paterna no lugar do pai; portanto, em seu próprio corpo repousaria o significante do desejo feminino. Por mais que a lei do falo, lei do significante da falta do Outro, venha se fazer soberana, os protagonistas ou as pessoas, como Lacan denominou no “estádio do espelho”, são fundamentais neste processo, sendo responsáveis pela atualização do significante Nome-do-Pai na subjetividade em estruturação. É aqui que vale ressaltar o dito lacaniano de que “não basta ter o significante Nome-do-Pai, é preciso que saibamos nos servir dele.” (Lacan, 1999 [1958], p.163).

E para não haver dúvidas sobre o pensamento desse autor, que agora está sendo usado para dar corpo à defesa da encarnação das funções parentais e da diferença sexual como fundante do complexo de Édipo, Joel Dor conclui:

“Certamente basta que o significante Nome-do-Pai seja convocado pelo discurso materno para que a função mediadora do pai simbólico seja estruturante. Mas é necessário ainda que este significante Nome-do-Pai seja explicitamente, e sem ambigüidades, referido à existência de um terceiro, marcado em sua diferença sexual relativamente ao protagonista que se apresenta como mãe. É só nessas condições, que na ausência do pai real, o significante Nome-do-Pai pode ter todo o seu alcance simbólico” (Dor, 1991, p. 58).

Dois tempos sugere Dor. O primeiro teria seu fim com o ancorar do significante Nome-do-Pai a partir do discurso materno. O segundo tempo, para o ancorar do significante, em casos da ausência do pai real, o sexo do protagonista da metáfora paterna seria diferente do da mãe e estaria ligado a um terceiro.

Não nos esqueçamos que Lacan em R.S.I. na aula de 21 de janeiro de 1973 (inédito) afirma: “um pai só tem direito ao respeito e ao amor se põe em jogo seu desejo perverso em relação à sua mulher, quer dizer, se fizer de uma mulher o “objeto pequeno *a*” que causa seu desejo”.

Esta citação acima leva Costa (2010) a afirmar que:

“Aqui, nesta nova versão, o pai é consequência da orientação do desejo de um homem para uma mulher, representado pela flecha nesta estrutura quaternária. A mulher, nesta posição, ocupa o lugar de objeto *a*, que causa o desejo no homem. Só há um sujeito (S Barrado), defrontado com o objeto de seu gozo (*a*). Isso justifica a falta de simetria neste encontro. A versão do pai – *père-version-*, orientação de seu desejo para uma mulher, mãe de seus filhos, tem como consequência a desestabilização da alienação imaginária em que a criança se identifica ao falo materno, assegurando a castração materna, a divisão da mãe. Pois ao apontar a mulher na mãe, o que o pai põe em jogo é o enigma da mulher que a mãe não pode suprir, sendo a mulher um limite na mãe” (Costa, 2010, p.71).

Sobre o lugar do pai ser o lugar do homem, temos “dois momentos da metáfora paterna, uma em 1958 onde o esquema da metáfora paterna elaborado por Lacan referia-se à organização simbólica da mãe, que prescindia de um homem ocupando um lugar de pai, logo, não é necessária a presença do pai na família”(Costa, 2010, p.75).

Esta ideia refere-se ao Lacan de 1958, tendo que dar uma resposta aos questionamentos de sua época sobre neuroses sem pai. Porém, o maior alcance da metáfora paterna, como é defendido nesta tese, posiciona o homem no lugar do pai e está em pleno acordo com as ideias de Lacan de 1958 e em 1973: “Esse último esquema lacaniano, desenvolvido em R.S.I., não exclui o anterior, mas acrescenta a necessidade da presença de um homem que venha ocupar a função de pai nos cuidados paternos com o objeto *a* da mãe, ou seja, seu filho (Costa, 2010, p.75). Não podemos pensar apenas no pai como nome, mas, principalmente, como objeto *a*.

Portanto, a metáfora paterna equivale ao Édipo Freudiano e possui como meta a substituição do desejo materno pelo significante Nome-do-Pai, da mesma forma que necessita de protagonistas na cena edípica com sexo diferente do da mãe. O desejo materno deve ser endereçado a um terceiro fora da relação mãe-bebê, encarnado em um homem para obter o maior alcance da metáfora paterna.

CAPÍTULO II - Complexo de Édipo e metáfora paterna: O nascimento da fantasia?

Se o complexo de Édipo em Freud possui um lugar privilegiado no que concerne à passagem do estado hipotético de um ser da natureza ao estado propriamente humano de prevalência do simbólico, então, a metáfora paterna, em Lacan, não apenas encontra aí sua equivalência, mas também, um grande avanço no que diz respeito a esta passagem edipiana.

Freud, sabiamente, recorre à literatura e busca no mito de Sófocles as palavras certas para engendrar a suposta transformação psicológica que a maioria dos seres humanos necessariamente vivencia, e propõe uma teoria cuja ascensão a uma norma é o ponto a alcançar tendo, na escolha de um sexo, seu apogeu.

Em outras palavras, o complexo de Édipo proposto por Freud, posto ser universal, produz marcas simbólicas no menino e na menina a partir da ameaça de castração, levando-os à virilidade e à feminilidade. A assunção a um sexo é tomada por Freud como psicopatologia, ou seja, a diferença sexual faz parte da concepção normativa do ser humano: “Considera-se como alvo sexual normal a união dos genitais no ato designado como coito, que leva à descarga da tensão sexual e à extinção temporária da pulsão sexual (uma satisfação análoga à saciação da fome).” (Freud, 1988 [1905]. p.141).

Se a diferença sexual é considerada a norma, o que se entenderia por patológico em Freud? Recorrendo aos “Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade”, (1905), verifica-se que Freud fornece em sua obra uma definição sobre o que deve ser considerado patológico e este trabalho adotará esta afirmação, como porto seguro, ao longo de todo o seu percurso de construção. Nas palavras de Freud, na parte sobre considerações gerais sobre as perversões:

“Quando a perversão não se apresenta ao lado do alvo e do objeto sexuais normais, nos casos em que a situação é propícia a promovê-la e há circunstâncias desfavoráveis impedindo a normalidade, mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nelas as características de *exclusividade e fixação*, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como sintoma patológico” (Freud, 1988 [1905], p.153).

Fica claro que Freud considera o patológico como aquilo que é fixo e exclusivo, por mais que ele esteja considerando as perversões sexuais como desviantes dos genitais:

“Aí estão, portanto, fatores que permitem ligar as perversões à vida sexual normal e que também são aplicáveis à classificação delas. As perversões são (a) transgressões anatômicas quanto às regiões do corpo destinadas à união sexual, ou (b) demoras nas relações intermediárias com o objeto sexual, que normalmente seriam atravessadas com rapidez a caminho do alvo sexual final” (Freud, 1988 [1905], p.142).

Considerando as perversões sexuais como ou a transgressão anatômica quanto às regiões do corpo destinadas à união sexual ou as demoras nas relações intermediárias com o objeto sexual, Freud ataca a ideia de que as perversões não fazem parte da vida sexual normal, desde que elas não impeçam a união sexual final.

Para Freud as perversões são consideradas normais quando elas fazem parte do preâmbulo ao ato sexual e não quando se fixam numa mesma forma de obtenção de prazer independentemente da hétero ou homossexualidade:

“O papel sexual da mucosa do ânus de modo algum se restringe à relação sexual entre os homens, nem tampouco a predileção por ela é característica da sensibilidade dos invertidos. Parece, ao contrário, que o *paedicatio* do homem deve seu papel à analogia com o ato praticado com a mulher, ao passo que a masturbação recíproca é o alvo sexual mais facilmente encontrado na relação sexual dos invertidos” (Freud, 1988 [1905], p.144).

A posição sexual das crianças, suas escolhas objetais, suas identificações são resultado do complexo de Édipo, da maneira como foi possível, para aquela criança, lidar com a ameaça de castração num dado momento de sua vida.

A vida amorosa dos seres humanos depende deste complexo. É ele que leva o bebê, objeto de equivalência ao pênis no desejo feminino, ao lugar de pequeno amante capaz de fantasiar perder seu órgão sexual por castração, no caso do menino, ou dar um filho ao pai, como diz Freud, no caso da menina.

O ponto mais importante do complexo de Édipo não é apenas possibilitar ao menino uma posição viril e à menina uma posição feminina, mas sim, tornar possível o surgimento da fantasia como o grande articulador da neurose na máscara do ideal do eu.

A fantasia surge no Édipo como consequência da castração, como um artifício do sujeito em lidar com o real da castração.

“Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) permite trazer a discussão sobre o que é considerado norma e patologia na doutrina freudiana. Até então, a norma, segundo Freud, é a assunção a um sexo de um modo a suportar a diferença sexual no ato sexual. A genitalização seria o ponto maior a que um homem ou uma mulher poderiam chegar. Porém, Freud revela, a partir de conceitos como o de perversão e o de patológico, a saber, aquilo que desvia dos genitais e o que é fixo e exclusivo, que a sexualidade oriunda do complexo Edípico não pode ser, senão, perversa, pois as perversões sexuais fazem parte da prática sexual, em maior ou menor grau, da vida sexual normal dos seres humanos.

Dizer perversa a sexualidade não é dizê-la patológica. Norma não é sinônimo de saúde, tendo na perversão seu contrário, a doença. Norma é regra, referência. Perverso é o infantil, não o doente. A sexualidade perverso-polimorfa da criança é considerada patológica quando aparece no adulto de maneira fixa e exclusiva, não permitindo a chegada da libido à fase genital. Todos os preâmbulos do coito são perversos: o beijo, o olhar, o exhibir-se, o mostrar-se. Patológico é posicionar a libido exclusivamente nestes pontos fixos de gozo sem a marca do coito sexual como via de descarga motora.

É aqui que é possível marcar um ponto de intensa inquietude na teoria psicanalítica, pois encontramos uma relação direta entre ato sexual e fantasia, ou, dizendo de outra maneira, entre a norma e a patologia, onde o que sustenta um ato sexual normal, marcado pela diferença sexual com o seu fim alcançado, é uma fantasia de cunho perverso, pois é fixa em sua forma de fazer o sujeito gozar.

Em que campo pode-se considerar o normal e o patológico: no ato ou na fantasia? Se a fantasia é considerada como consequência do complexo de Édipo, em que Freud está se apoiando para definir o que seria normal ou patológico nos sujeitos cujo complexo não se instaurou? Provavelmente a genitalização, independentemente da existência da fantasia. Nestes casos, deve se recorrer à investigação sobre se o delírio

seria um equivalente da fantasia nos casos de psicose, o que seria pertinente explorar ao longo deste trabalho. A seguir iniciaremos uma busca sobre o conceito de fantasia em Freud a fim de mostrar a relação dela com a normalidade.

2.1 A fantasia, uma complexidade em Freud

Existem alguns textos nos quais Freud expõe suas primeiras ideias sobre a fantasia marcando uma nova etapa sobre o que poderia ser considerada a normalidade psíquica de um humano. Apesar de existir uma concepção diferente na obra freudiana entre o homem normal e o neurótico, diferença esta que cai completamente a partir da leitura de Lacan influenciado pelo movimento estruturalista de Ferdinand Saussure, a fantasia é apresentada como um recurso do homem comum, tanto aqueles que sofrem das neuroses como aqueles que, para Freud, são considerados normais.

Alguns textos como “Lembranças Encobridoras” (1899), “Escritores criativos e devaneios” (1907), “Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade” (1908), e “Romance familiar do neurótico” (1908), marcam o início da exposição do pensamento de Freud sobre a fantasia e a função que ela possui na formação dos sintomas neuróticos.

“Lembranças encobridoras” (1899) pode ser considerado um dos primeiros textos onde a questão da fantasia é tratada por Freud. Como o próprio nome indica, não se trata de uma fantasia encobridora, mas sim, de uma lembrança que vem encobrir algo. Seria esta lembrança uma fantasia? Nas notas do editor em inglês encontra-se a seguinte passagem:

“O conceito de “lembranças encobridoras” foi aqui introduzido por Freud pela primeira vez. Sem dúvida fora trazida à baila por seu exame do caso específico que ocupa a maior parte do artigo, caso esse a que ele aludira numa carta à Fliess de três de janeiro de 1899 (carta 101). Entretanto, esse tema estava intimamente relacionado com vários outros que vinham ocupando a sua mente por muitos meses – de fato, desde que ele envolvera-se em sua auto-análise, no verão de 1897 - , problemas referentes ao funcionamento da memória e suas distorções, à importância e *raison d'être* das fantasias, amnésia que cobre nossos primeiros anos de vida e, por trás de tudo isso, à sexualidade infantil” (Strachey, 1988 [1950], p.285).

Mesmo não se tratando de uma passagem do próprio Freud e sim de James Strachey, seu tradutor para a língua inglesa, é interessante notar que o termo fantasia já aparece nas leituras traduzidas para o inglês, sem a preocupação com o rigor teórico que diferencia fantasia de lembranças, por exemplo. É importante, também, esclarecer que o conceito de fantasia foi sendo elaborado ao longo das descobertas freudianas, não sendo possível culpá-lo pelo suposto erro teórico ou frouxidão conceitual entre, neste momento, fantasia e lembrança.

Tratando-se de um texto que tem como objetivo aprofundar as questões acerca da memória, Freud o inicia com uma citação usando o termo *recordação* referente aos primeiros anos de vida e apresenta sua ideia recorrendo a outros termos como lembranças e imagens mnêmicas: “No curso de meu tratamento psicanalítico de casos de histeria, neurose obsessiva etc., tenho frequentemente lidado com *recordações* fragmentárias dos primeiros anos da infância, que permanece na memória dos pacientes” (Freud, 1988 [1899], p.287).

Freud apresenta a ideia sobre a retenção de fragmentos na memória a partir do grau de intensidade da experiência: “O que quer que pareça importante por seus efeitos imediatos ou diretamente subsequentes é recordado; o que quer que seja julgado não essencial é esquecido.” (Freud, 1988 [1899], p.287), e afirma que aquilo que sai deste modelo mental deve ser considerado patológico:

“É apenas em certos estados mentais patológicos que torna a deixar de aplicar a relação mantida, nos adultos normais, entre a importância psíquica de um evento e sua retenção na memória. Por exemplo, o histérico habitualmente mostra uma amnésia em relação a algumas ou todas as experiências que levaram à instalação de sua doença, as quais, por isso mesmo, tornaram-se importantes para ele, e que, independente disso, podem ter sido importantes por si mesmas” (Freud, 1988 [1899], p. 287).

Se aquilo que era esquecido compunha o material de maior valor na mente dos neuróticos, então, o recalque havia introduzido suas marcas neste esquecimento. Porém, no lugar da representação esquecida surgia outra que, além de encobrir a representação esquecida mantinha uma direta relação com ela, tornando possível, por meio do tratamento analítico, chegar à representação esquecida, restaurá-la, e desvendar o conflito psíquico inicial.

Desta forma, a partir da análise do material dos pacientes neuróticos, Freud chega à conclusão de que o assunto que é esquecido é o mais importante, pois traz em seu bojo as marcas do conflito, o confronto de forças opostas no aparelho psíquico capaz de separar ideia de afeto e, uma vez recalçando a ideia, esta retornaria em forma de sintoma.

O que sobra na consciência, o que é lembrado, é um imagem mnêmica que possui alta relação com a ideia esquecida. É como se a mente freudiana utilizasse de um recurso para aprender a lidar com a dor. Ela não se recorda do fato conflitante todos os dias, o que permite seguir com a vida, mas também, não abandona de uma vez por todas as imagens relacionadas ao conflito, produzindo na sua vida um sintoma.

A questão que possui interesse neste trabalho é se estas recordações, lembranças, imagens mnêmicas encobridoras são aquilo que se conhece por fantasia ou se estas lembranças se diferenciam das fantasias em alguns aspectos. Para tanto, se faz necessário seguir um pouco mais nesse texto, pois a partir de um determinado momento Freud passa a utilizar o termo fantasia para explicar estas lembranças encobridoras.

Para evidenciar as diversas palavras utilizadas por Freud na tentativa de teorizar sobre as questões da memória e a forma como a mente reage ao conflito psíquico é fundamental explicitar em que trechos dessa obra ele pluraliza o termo *lembrança*. Na página 287, na segunda linha do primeiro parágrafo, aparece o termo *recordação*, como fora citado na página cinco do mesmo trabalho com o termo recordação em itálico. Esse termo aparece novamente na página 289, no primeiro parágrafo, linha três, onde Freud se refere às *recordações* da infância: “Agora, entretanto, estamos diante de um fato diametralmente oposto às nossas expectativas e que fatalmente nos assombra. Somos informados de que há algumas pessoas cujas *recordações* mais remotas da infância...” (Freud, 1988 [1899], p.289).

O termo lembrança não fica atrás. Já aparece no título do artigo “Lembranças encobridoras” (1899) e repete-se ao longo de diversas páginas do mesmo texto: “outro homem relata que sua *lembrança* mais antiga é um episódio durante um passeio a pé, no qual ele quebrou um galho de árvore.” (Freud, 1988 [1899], p.289). Na página seguinte Freud utiliza *imagens mnêmicas* para evocar as lembranças de um homem cujo exemplo é utilizado neste texto: “Um dos sujeitos da investigação dos Henris fez uma tentativa

de explicar a ocorrência destas *imagens mnêmicas* cuja inocência as torna tão misteriosas...” (Freud, 1988 [1899], p. 290).

A fim de apresentar uma citação em que Freud utiliza as expressões *imagens mnêmicas* e *lembranças* como sendo equivalentes, juntamente com a explicação do que acontece na mente humana em relação à memória, encontra-se:

“Verificaremos então que há duas forças psíquicas envolvidas na promoção deste tipo de *lembranças*. Uma dessas forças encara a importância da experiência como um motivo para procurar lembrá-la, enquanto a outra – uma resistência – tenta impedir que se manifeste qualquer preferência dessa ordem. Essas duas forças opostas não se anulam mutuamente, nem qualquer delas predomina (com ou sem perda para si própria) sobre a outra. Em vez disso, efetua-se uma conciliação, numa analogia aproximada com a resultante de um paralelogramo de forças. E a conciliação é a seguinte: o que é registrado como *imagem mnêmica* não é a experiência relevante em si – nesse aspecto, prevalece a resistência; o que se registra é um outro elemento psíquico intimamente associado ao elemento passível de objeção – e, nesse aspecto, o primeiro princípio mostra sua força: o princípio que se esforça em fixar as impressões importantes, estabelecendo *imagens mnêmicas* reprodutíveis. O resultado do conflito, portanto, é que, em vez da *imagem mnêmica* que seria justificada pelo evento original, produz-se uma outra, que foi até certo ponto associativamente deslocada da primeira. E já que os elementos da experiência que suscitaram objeção foram precisamente os elementos importantes, a *lembrança* substituta perde necessariamente esses elementos importantes e, por conseguinte, é muito provável que se nos afigure trivial” (Freud, 1988 [1899], p.290).

É indiscutível a utilização, por Freud, de diversos termos para teorizar o processo de recalque, acrescentando uma recordação no lugar do conflito que deu origem ao recalque. A questão que possui importância significativa para esta tese é o caráter dessas lembranças. Seriam elas fantasias? Será que neste momento da psicanálise é possível afirmar que já havia em Freud uma aproximação entre lembranças e fantasias? A *imagem mnêmica* substituta do conflito que levou ao recalque pode ser tomada como uma fantasia?

Ainda no texto “*Lembranças encobridoras*” (1899) Freud passa a utilizar o termo fantasia lá onde antes utilizava lembrança, recordação ou até mesmo representação, abrindo espaço para a questão sobre a equivalência entre lembranças, ou outro termo utilizado por Freud, e fantasia:

“O elemento que você mais enfatizou em sua *cena infantil* foi o fato de o pão feito no interior ter um sabor tão delicioso. Parece claro que

essa *representação*, que equivalia quase a uma alucinação, correspondia a sua fantasia na vida confortável que teria levado se tivesse ficado no campo e casado com aquela moça de vestido amarelo – ou, em linguagem simbólica, de como seria doce o sabor do pão pelo qual você vinha tendo de lutar tão arduamente nos últimos anos” (Freud, 1988 [1899], p. 297).

Na citação acima se encontra, pela primeira vez no texto, a palavra *cena* acrescida do adjetivo *infantil*, seguido do termo *fantasia*. Esta ideia, de uma cena, será muito importante para o momento em que for necessário definir a fantasia como um conceito, pois ela traz a ideia de uma imagem que sustenta um texto. Na verdade, esta palavra *cena* representa uma boa forma de começar a falar sobre a fantasia, pois sustenta a noção de um texto para além da imagem que não pode ser pensada quando se utiliza a expressão *imagem mnêmica*, *lembrança* ou até mesmo *recordação*.

Porém, neste momento, o que é fundamental é estabelecer a equivalência entre os termos utilizados por Freud para descrever o que retorna como fruto do recalque encobrendo o conflito. A questão é saber se a lembrança encobridora é uma fantasia encobridora ou se é apenas uma imagem desprovida de um texto.

Para dar mais exemplos da utilização por Freud do termo *fantasia*, a partir das páginas 298 ele aparece mais de dez vezes sempre se referindo à ideia encobridora do conflito. Diz Freud: “Você projetou as duas fantasias uma na outra e fez delas uma lembrança infantil (Freud, 1988 [1899], p.298)”. E também:

“Nesse caso, você a selecionou dentre inúmeras outras da mesma espécie ou não, porque, graças a seu conteúdo ele se prestava bem para representar as duas fantasias, tão importantes para você. Uma recordação como essa, cujo valor reside no fato de representar na memória impressões e pensamentos de uma data posterior cujo conteúdo está ligado a ela por elos simbólicos ou semelhantes, pode perfeitamente ser chamada de *lembrança encobridora*” (Freud, 1988 [1899], p.298).

A fim de dar prosseguimento à ideia de que a fantasia é um conceito problemático em Freud, faz-se necessária a exploração de vários outros textos da obra de Freud onde o tema é abordado e a verificação sobre se é possível falar em fantasia, propriamente dita, anterior ao complexo de Édipo.

Em “Escritores criativos e devaneios” (1907) Freud estabelece uma relação que não se caracteriza pela igualdade, entre o brincar das crianças e o fantasiar dos adultos. A proposta de Freud nesse texto é de encontrar um caminho que o leve às primeiras explicações do trabalho do poeta e sua capacidade de criação:

“Se ao menos pudéssemos descobrir em nós mesmos ou em nossos semelhantes uma atividade afim à criação literária! Uma investigação dessa atividade nos daria a esperança de obter as primeiras explicações do trabalho criador do escritor” (Freud, 1988 [1907], p.135).

Porém, como todo explorador em sua busca pelo conhecimento, Freud acaba por se deparar com suas primeiras ideias sobre a fantasia, ficando em segundo plano a descoberta sobre o porquê da criação literária. Retomando a relação entre o brincar e a fantasia, Freud oferece ao leitor a seguinte ideia: “a antítese de brincar não é o que é sério, mas o que é real” (Freud, 1907, p. 135), explicando que por mais que a criança, em seu mundo de brinquedos e jogos, invista muita energia na atividade imaginativa do brincar, ela jamais perde a distinção entre o brincar e a realidade. A criança gosta de ligar seus objetos imaginados às situações do mundo real, o que caracteriza uma única diferença entre o brincar infantil e o fantasiar.

Para Freud, o mundo imaginativo da criança dará lugar à fantasia no adulto, a partir do momento em que a criança seja obrigada a crescer e encarar a realidade com a devida seriedade:

“Quando a criança cresce e pára de brincar, após esforçar-se por algumas décadas para encarar as realidades da vida com a devida seriedade, pode colocar-se certo dia numa situação mental em que mais uma vez desaparece essa oposição entre o brincar e a realidade. Como adulto, pode refletir sobre a intensa seriedade com que realizava seus jogos na infância, equiparando suas ocupações do presente, aparentemente tão sérias, aos seus jogos de criança, pode livrar-se da pesada carga imposta pela vida e conquistar o intenso prazer proporcionado pelo humor” (Freud, 1988 [1907], p.136).

Seria imprudente afirmar que a fantasia, segundo as primeiras ideias de Freud, seria filha do princípio da realidade? Freud indica que, ao crescer, toda criança para de brincar. Por quê? A realidade exige uma mudança significativa na atividade mental da criança ao ponto dela não abdicar de um intenso prazer vivido desde muito cedo, mas sim, substituí-lo, trocando o brincar, a atividade imaginativa da criança, pelo fantasiar,

atividade imaginativa no adulto: “Da mesma forma, a criança em crescimento, quando pára de brincar, só abdica do elo com os objetos reais; em vez de brincar, ela agora fantasia. Constrói castelos no ar e cria o que chamamos de devaneios.” (Freud, 1988 [1907], p.136).

Se Freud introduz os conceitos iniciais sobre a fantasia ele é muito impreciso quanto a sua diferenciação em relação aos devaneios. Na verdade, Freud toma a fantasia como um devaneio, além de nomeá-la, também, como atividade imaginativa do homem. Esta tríade fantasia, devaneio, atividade imaginativa causa certa confusão nesta fase do pensamento freudiano, pois levanta uma série de questões acerca do que seria a definição exata da fantasia. Será que Freud está atribuindo à fantasia uma exclusividade na vida adulta, após a realidade cobrar suas taxas e o pudor transformar o explícito brincar infantil em atividades ocultas e vergonhosas sustentadas por desejos não aceitos numa cultura repressora?

A criança não apresenta vergonha alguma de suas atividades imaginativas, dando a ver seu conteúdo, seus objetos, sua história e até mesmo o desejo que sustenta todo este simbolismo. Não é errado supor uma relação entre o revelar ao mundo o conteúdo da fantasia e a perversão polimorfa a que Freud se referiu nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905). Revelar ao mundo, expor sua forma mais preciosa de investimento libidinal, devassar os mecanismos que geram prazer, sem que os sentimentos de culpa e vergonha, aliados potentes da realidade, no que representam a relação entre os homens que vivem em sociedade, só seria possível numa mente que ainda não foi submetida ao que é denominado de castração:

“O brincar da criança é determinado por desejos: de fato, por um único desejo – que auxilia o seu desenvolvimento –, o desejo de ser grande e adulto. A criança está sempre brincando ‘de adulto’, imitando em seus jogos aquilo que conhece da vida dos mais velhos. Ela não tem motivos para ocultar esse desejo. Já com o adulto o caso é diferente. Por um lado, sabe que dele se espera que não continue a brincar e a fantasiar, mas que atue no mundo real; por outro lado, alguns dos desejos que provocaram suas fantasias são de tal gênero que é essencial ocultá-las. Assim, o adulto envergonha-se das suas fantasias por serem infantis e proibidas” (Freud, 1988 [1907], p.138).

Nesse momento do texto, Freud lança a ideia central sobre os pilares da formação da fantasia. Inicialmente, busca na infância, na atividade imaginativa, os primeiros passos reveladores da origem da fantasia e sugere que todo funcionamento

mental do adulto tem sua origem na infância, tal como suas ideias sobre a sexualidade infantil. Segundo, Freud dá à fantasia um caráter prazeroso que deverá sofrer um impacto profundo quando a realidade vier exigir uma nova forma de organização mental e indica que este impacto será apenas uma substituição de uma atividade explícita por uma atividade oculta. Terceiro, e o mais importante, Freud reconhece o desejo como a causa das fantasias e estas como a via de realização daqueles. Quarto, a fantasia representa o traço repressor da cultura, a marca do homem civilizado cuja satisfação só é permitida de forma parcial, obscura, oculta e, em parte, inconsciente.

Se a fantasia é uma descarga afetiva, uma forma de realização dos desejos inconscientes não possíveis de serem realizados na vida de vigília devido à repressão cultural, então, ela também é causa do adoecimento psíquico pelas mesmas razões citadas no início deste parágrafo, o que pode ser verificado nas análises dos neuróticos citadas por Freud: “A necessidade delegou a tarefa de revelar aquilo de que sofrem e aquilo que lhes dá necessidade” (Freud, 1988 [1907], p.137)

Freud faz menção ao adoecimento psíquico dos neuróticos tendo como causa o excesso de fantasia na mente destes enfermos e diz que eles... “São vítimas de doenças nervosas, obrigadas a revelar suas fantasias, entre outras coisas, ao médico por quem esperam ser curadas através do tratamento mental” (Freud, 1988 [1907], p.137).

Esta dupla face da fantasia apresentada por Freud pode ser pensada como uma armadilha em que o sujeito se encontra após ter que lidar com as exigências da vida. Como ele não abre mão do prazer já obtido, prazer este que já não é mais tolerado pela sociedade, escolhe um substituto adequado e escondido em sua mente, longe do olhar superegótico do semelhante, e permite-se assim ter o mesmo prazer que obtinha de suas explícitas brincadeiras infantis. Porém, ao procurar gozar deste prazer em silêncio repetidas vezes, acaba por encontrar o desprazer da repetição do conteúdo da fantasia que fala em sua mente de maneira ensurdecadora, levando o neurótico, na visão de Freud, até mesmo à psicose. Como Freud viveu numa época anterior ao movimento estruturalista encabeçado por Ferdinand de Saussure, seu pensamento sobre o adoecimento psíquico possui uma maior flexibilidade quanto à passagem de uma atividade mental neurótica para uma psicótica, por uma questão quantitativa, ou seja, Freud defendia a ideia de que um neurótico poderia apresentar um quadro psicótico caso apresentasse um excesso de fantasias:

“Quando as fantasias se tornam exageradamente profusas e poderosas, estão assentes as condições para o desencadeamento da neurose ou da psicose. As fantasias também são precursoras mentais imediatas dos penosos sintomas que afligem nossos pacientes, abrindo-se aqui um amplo desvio que conduz à patologia” (Freud, 1988 [1907], p.139).

A fantasia apresenta um mecanismo, descrito por Freud, com íntima relação ao tempo. Na verdade ele a denomina de “relação entre a fantasia e os três períodos de tempo e o desejo que a entrelaça” (Freud, 1907, p.141). Apresentando a ideia de que a fantasia tem um carimbo de data de fabricação, Freud pensa a fantasia como mutável de acordo com as mudanças de situações da vida do sonhador. Comparando a fantasia aos sonhos, no que concerne a realizações de desejos inconscientes, Freud descreve o escritor criativo como um sonhador em plena luz do dia, mas isto poderia estender a todos aqueles que trocaram sua atividade imaginativa pelo fantasiar. O sonhador é o homem que devaneia ou fantasia, pois ao fazê-lo, realiza um desejo inconsciente. Patológico seria, levando em consideração “Os Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), um caráter fixo e exclusivo de realização dos desejos. Se a fantasia é uma das formas de descarga destes afetos, então, a atividade mental fantasística, de acordo com o pensamento de Freud, pode desencadear a psicose. Sobre a relação entre a fantasia, o tempo e o desejo, Freud escreve:

“O trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, a alguma ocasião motivadora no presente que foi capaz de despertar um dos desejos principais do sujeito. Dali retrocede à lembrança de uma experiência anterior (geralmente na infância), na qual esse desejo foi realizado, criando uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo. O que se cria então é um devaneio ou fantasia, que encerra traços de sua origem a partir da ocasião que o provocou e a partir da lembrança. Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une” (Freud, 1988 [1907], p.138).

Nesse texto, Freud elabora algumas ideias sobre a fantasia, sua função no psiquismo, tanto na produção de prazer como na formação dos sintomas neuróticos e, até mesmo, no desencadeamento de algumas psicoses. Desta forma, não seria errado concluir, de acordo com as ideias freudianas, o caráter infantil da fantasia, o mundo cor de rosa frente ao monstro da castração.

2.2 Sintoma e Fantasia

Após apresentar suas ideias sobre a fantasia em relação ao brincar infantil, Freud, no texto “Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade” (1907), acusa e explica a relação entre fantasias e sintomas, apontando as primeiras como causa dos segundos. Além de ainda não diferenciar as fantasias dos devaneios, Freud afirma que “os delírios dos paranoicos são fantasias da mesma natureza, embora se tenham tornado diretamente conscientes” (Freud, 1988 [1908], p. 151).

Assim posto, Freud, por um lado, avança em sua explicação sobre os mecanismos das fantasias, apresentando a relação entre a conversão histérica e fantasias inconscientes e, por outro lado, obscurece a diferenciação entre fantasias e devaneios, assim como entre delírios e fantasias.

Em que consiste a relação entre fantasias e sintomas histéricos? Freud coloca as fantasias como sendo de origens conscientes e inconscientes e demonstra preocupação com aquelas que originalmente possuíam um caráter consciente e sucumbiram à repressão, tornando-se, assim, inconscientes e, conseqüentemente, patogênicas:

“Todo ataque histérico que até hoje investiguei revelou a irrupção involuntária de tais devaneios, pois nossas observações não deixam dúvidas que tais fantasias tanto podem ser inconscientes como conscientes. Quando as últimas tornam-se inconscientes, podem tornar-se também patogênicas, isto é, podem expressar-se através de sintomas e ataques” (Freud, 1988 [1908], p. 150).

Freud sugere que as fantasias são acompanhadas de atos com o intuito de descarga afetiva, o ato masturbatório, por exemplo. Essas fantasias são evocadas com o fim de encontrar satisfação e realização de um desejo que não encontra escoamento nas atividades sexuais do sujeito. Porém, quando este ato é abandonado, devido às exigências da realidade, como costuma dizer Freud, ocorre a separação, na consciência, entre ato e fantasia e esta última passa de consciente para inconsciente, buscando incessantemente satisfação em algum outro tipo de descarga motora.

Nessas condições o sujeito freudiano encontra-se inflado de fantasias e se depara com uma via onde a escolha se dá entre sublimação desta pulsão ou conversão em sintoma ou ataque histérico. Citando Freud:

“Quando, posteriormente, o sujeito renuncia a este tipo de satisfação, composto de masturbação e fantasia, o ato é abandonado e a fantasia passa de consciente a inconsciente. Se não obtém outro tipo de satisfação sexual, o sujeito permanece abstinente; se não consegue sublimar sua libido – isto é, se não consegue defletir sua excitação sexual para fins mais elevados – estará preenchida a condição para que sua fantasia inconsciente reviva e desenvolva, começando a atuar, pelo menos no que diz respeito à parte de seu conteúdo, com todo o vigor da sua necessidade de amor, sob a forma de sintoma patológico” (Freud, 1988 [1908], p. 150-151).

O sintoma, retorno do recalcado, é a expressão de um conflito portador de polos extremos, a saber, a satisfação e a realidade. Ele é causado pelo acúmulo de fantasias que não encontraram escoamento por meio do ato motor, nem um novo caminho de caráter mais elevado chamado sublimação. Desta forma, Freud descreve a fantasia como sustentada pelo desejo de realização parcial das pulsões, como um gatilho que é disparado quando um desejo é suscitado na sua busca por satisfação.

Se a fantasia é apresentada como uma forma de obter satisfação, ela agora é demonstrada como uma maneira de encontrar o que estaria além do prazer, um acúmulo demasiado de sofrimento psíquico que leva o sujeito ao compromisso de produzir sintomas, a fim de não perder o prazer uma vez obtido. Segundo Freud, este funcionamento é o causador da neurose e, também, da psicose.

No ano de 1909, Freud escreve mais um texto que entra no rol dos textos sobre a fantasia, avançando suas ideias sobre o tema. Pela primeira vez Freud traz uma ideia sobre o conteúdo da fantasia abrindo uma porta para se pensar a fantasia a partir do que poderia ser considerado em Lacan como a metáfora paterna. O texto “Romances Familiares” (1908) possui uma particularidade em relação aos outros escritos por Freud entre os anos de 1907 a 1909, pois coloca um diferencial entre pai e mãe no conteúdo da fantasia a partir de uma descoberta da criança nesta etapa da vida.

A lógica que Freud estabelece sobre a fantasia permanece a mesma. A fantasia é fruto de um desejo inconsciente que não pode ser realizado e que encontra na atividade imaginativa uma descarga afetiva ou uma formação sintomática. Ao sentir-se negligenciada em seus desejos sexuais a criança cria uma fantasia de substituição dos pais e passa a considerá-los como simples padrastos e madrastas. Na verdade, a fantasia é de que a própria criança é adotada e que seus pais verdadeiros foram trocados por outros de uma linhagem maior, como diz Freud.

A fantasia é carregada de ódio pela criança por ela não aceitar as exigências da realidade impostas por seus pais nesta etapa da vida, mantendo a ideia de que a fantasia é fruto da insatisfação. Emergindo no brincar das crianças esta fantasia, originada antes da puberdade, tem a finalidade de descarga afetiva, realização de desejo e, também, de retificação da vida real. Em Freud:

“Esta atividade emerge inicialmente no brincar das crianças e depois, mais ou menos a partir do período anterior à puberdade, passa a ocupar-se das relações familiares. Um exemplo característico desta atividade imaginativa está nos devaneios que se prolongam até muito depois da puberdade. Se examinarmos com cuidado esses devaneios, descobriremos que constituem uma realização de desejo e uma retificação da vida real” (Freud, 1988 [1909], p.220).

Porém, nesse texto, dois pontos de extrema importância são descritos por Freud como pilares destas fantasias que utilizam os pais ou os familiares em seu conteúdo. Primeiro ponto é a ignorância das crianças em relação aos determinantes da procriação. Freud insiste em colocar estas fantasias antes do saber sobre a relação sexual e a origem da vida e marca uma mudança significativa quando esta ignorância despenca como uma folha ao pesar dos ventos: “Esse estágio é alcançado numa época em que a criança ainda ignora os determinantes sexuais da procriação” (Freud, 1988 [1909], p.220).

O segundo ponto singular nesse texto é a torção que se dá quando a criança passa a ter consciência sobre o saber sexual e a origem da vida. Nesta nova fase o conteúdo da fantasia também sofre alteração e seu caráter sexual ganha intensa projeção na atividade imaginativa da criança:

“A criança que já conhece os processos sexuais tende a se imaginar em relações e situações eróticas, cuja força motivadora é o desejo de colocar a mãe (objeto de mais intensa curiosidade sexual) em situações de secreta infidelidade e em secretos casos amorosos. Dessa forma, as fantasias da criança, que inicialmente era assexuais, elevam-se ao nível de seu conhecimento posterior” (Freud, 1988 [1909], p.221).

No bojo desta torção entre uma etapa assexual para outra sexual, além do conhecimento sobre o sexual e a origem da vida, Freud sublinha a importância da descoberta de que “*pater semper incertus est* enquanto a mãe é certíssima, o que levaria a uma restrição no romance familiar ao exaltar o pai da criança, deixando de lançar

dúvidas sobre a origem materna que é encarada como fato indiscutível” (Freud, 1988 [1909], p.220).

Se a mãe é certíssima, então, a exaltação do pai é um sintoma do caráter sexual descrito por Freud nas fantasias, fruto de uma rivalidade ou de um desamor da criança para com o pai devido a seu caráter de incerteza. Apontando uma marca diferente da primeira fase assexuada do romance familiar, esta segunda fase, agora sexuada, é marcada pelo saber sobre o sexo e a origem e tem na exaltação do pai o emblema do complexo de Édipo freudiano.

Se a fantasia possui uma fase assexuada e uma sexuada como afirma Freud, o saber sobre o sexo é o responsável pela condução de uma fase à outra, sendo equivalente ao conceito de castração em Freud? Se sim, é possível afirmar que existem fantasias anteriores à castração de caráter assexuado e fantasias posteriores à castração de caráter sexuado. O que mudaria não seria a fantasia em si, o fantasiar, o ter ou não o recurso da fantasia como tubo condutor do desejo no aparelho psíquico, mas sim, a cena sexual que o saber sobre o sexo causa.

Uma crítica possível de ser feita até o momento de 1911 na teoria freudiana é a dificuldade de demarcar a diferença entre fantasia, devaneio e atividade imaginativa. Da mesma forma, pensar a fantasia anterior à castração ou ao Édipo, em seu caráter assexuado, e a diferença entre fantasia e pensamentos; pois é certo que a criança anterior ao Édipo possui atividades imaginativas, como o brincar infantil. Mas seria possível afirmar que tais atividades imaginativas são fantasias propriamente ditas?

2.3 O caso Schreber (1911). Considerações sobre a fantasia e o delírio.

O emblemático caso clínico do presidente Schreber (1911) apesar de se apresentar como um estudo sobre a paranoia serve também para se pensar a diferença entre fantasia e delírio nesta etapa da construção do corpo teórico da psicanálise.

Da mesma forma que é possível encontrar momentos na teoria psicanalítica em que Freud coloca o devaneio equivalente à fantasia e à atividade imaginativa, também é possível afirmar dificuldades em distinguir com clareza a independência entre fantasia e

delírio, pois Freud usa o termo fantasia diversas vezes ao longo da exposição do caso do presidente Schreber.

Na parte I, onde Freud apresenta a história clínica do caso, o termo delírio é introduzido para falar sobre a emasculação, a transformação em mulher, que representa a ideia em crescimento na mente do presidente Schreber:

“Sabemos que a ideia de se transformar em mulher (isto é, de ser emasculado) constitui o delírio primário, que ele no início encarava esse ato como grave injúria e perseguição, e que o mesmo só se relacionou com o papel de redentor de maneira secundária” (Freud, 1988 [1911], p. 29).

Não apenas nessa citação, mas ao longo da exposição da história clínica, Freud utiliza o termo delírio para explicar a transformação em mulher e o papel de Redentor a partir da Ordem das Coisas, ordem esta imperativa:

“A parte mais essencial de sua missão redentora é ela ter de ser procedida por sua transformação em mulher. Não se deve supor que ele deseje ser transformado em mulher; trata-se antes de um ‘dever’ baseado na Ordem das Coisas, ao qual não há possibilidade de fugir, por mais que, pessoalmente, preferisse permanecer em sua própria honorável e masculina posição na vida” (Freud, 1988 [1911], p. 27).

Interessante pontuar aqui o termo desejo, que na própria citação aparece em Itálico, para se pensar a possibilidade de se falar em desejo propriamente dito na psicose. Vale ressaltar que não é objetivo deste trabalho discutir a teoria freudiana sob o olhar das contribuições de Lacan no que diz respeito ao tema, mas também, é digno de questionamento se é possível desprezar estas contribuições, pois se vai se falar em desejo, é possível posicioná-lo anterior à castração? Na verdade, o desejo é efeito de linguagem e, portanto, anterior à castração edipiana. Porém, não está articulado ao campo fálico, pois este está foracluído na psicose. Veremos este ponto quando estudarmos o grafo do desejo em Lacan, alguns capítulos à frente.

Importante esta discussão devido à mistura de termos que concerne à fantasia, sendo que esta é uma forma de realização dos desejos inconscientes.

Retomando a ideia sobre a aproximação em Freud, da terminologia entre fantasia e delírio, encontra-se:

“O delírio de redentor constitui a fantasia que nos é familiar, pela frequência com que forma o núcleo da paranoia religiosa. O fator adicional, que faz a redenção depender de o homem transformar-se previamente em mulher, é fora do comum e em si próprio desconcertante, visto apresentar divergência muito ampla do mito histórico que a fantasia do paciente se propõe produzir” (Freud, 1988 [1911], p. 28).

O delírio de redentor é a própria *fantasia* do paciente? Em diversos momentos deste caso Freud coloca delírio e fantasia como se fossem equivalentes, o que dificulta muito saber quais são as propriedades específicas da fantasia e em que ela se diferencia do delírio no texto freudiano.

Se num primeiro momento Freud chamou o pensamento de transformar-se em mulher de delírio de emasculação, agora ele o considera como uma fantasia:

“Que a fantasia de emasculação era de natureza primária e originalmente independente do motif do Redentor, torna-se ainda mais provável quando relembramos a ideia que, como mencionei na página anterior, ocorreu-lhe enquanto achava-se semi-adormecido, no sentido de que deve ser bom ser mulher e submeter-se ao ato da cópula (36). Esta fantasia apareceu durante o período de incubação de sua moléstia e antes que tivesse começado a sentir os efeitos do excesso de trabalho em Dresden” (Freud, 1988 [1911], p.31).

A partir deste momento surge diversas vezes o termo fantasia onde, anteriormente, usava-se delírio: “Em contraste com a maneira pela qual colocou em ação sua fantasia de emasculação, o paciente nunca tomou quaisquer medidas no sentido de induzir as pessoas a reconhecerem sua missão de Redentor, fora a publicação de suas *Denkwürdigkeiten*“ (Freud, 1988 [1911], p.31).

É digna de estudo a quantidade de vezes que o termo fantasia aparece no lugar de delírio e cada vez mais seguido de adjetivos que sofisticam este termo. É importante sublinhar estas passagens em que o termo fantasia é empregado como se fosse delírio, pois a ideia de que uma neurose se diferencia de uma psicose é presente desde muito cedo na obra de Freud, apesar de ele afirmar que o processo psíquico que leva a uma neurose ou a uma psicose poder ser o mesmo, ou seja, o acúmulo de fantasias.

Numa outra passagem ele agora apresenta a fantasia seguida do adjetivo “feminina” e a coloca como a causa do delírio paranoico que irrompeu logo após a

transferência maciça com o Dr. Flechsig. Nesta citação que vem a seguir Freud abre mais uma porta para pensar a fantasia, não sobre a relação específica com o delírio, mas agora na tríade fantasia, delírio e transferência. Se Freud afirmava que uma fantasia, quando se encontra em demasiado aumento, pode eclodir numa psicose, agora ele afirma que os impulsos homossexuais para com o médico produziram o desencadeamento da fantasia feminina que deu origem à paranoia. Seria esta fantasia a transferência? Diz Freud em longa citação:

“Talvez ela houvesse deixado no paciente um sentimento de dependência afetuosa do médico, o qual havia agora, por alguma razão desconhecida, aumentado até chegar ao grau de intensidade de um desejo erótico. Essa fantasia feminina, que se havia conservado impessoal, defrontou-se imediatamente com um repúdio indignado – um verdadeiro protesto masculino, para utilizar a expressão de Adler, mas num sentido diferente do seu. Na aguda psicose que irrompeu logo após, porém, a fantasia feminina venceu todas as dificuldades; e só é preciso ligeira correção da imprecisão paranóica característica do modo de expressão de Schreber, para permitir-nos adivinhar o fato de que o paciente temia um abuso sexual das mãos do próprio médico. A causa ativadora da sua doença, então, foi uma manifestação de uma libido homossexual. O Objeto desta libido foi provavelmente, desde o início, o médico, Flechsig, e suas lutas contra o impulso libidinal produziram o conflito que deu origem aos sintomas” (Freud, 1988 [1911], p.52).

É relevante trazer a discussão entre fantasia e transferência a fim de explorar a relação entre elas, porém, não iremos tratar deste assunto nesta tese. O próprio Freud coloca a transferência no seio do delírio de emasculação desencadeador da paranoia, tendo a fantasia feminina como seu motor.

2.4 Uma criança é espancada

Continuando a apresentação do desenvolvimento da problemática acerca do conceito de fantasia em Freud, é fundamental adentrar no texto de (1919), “Uma criança é espancada”, onde o autor, numa tentativa de aprofundar suas ideias sobre o masoquismo, acaba por responder à pergunta sobre a origem da fantasia, mesmo que ainda mantenha a confusão entre fantasia e delírio em alguns trechos desta belíssima obra.

Freud descreve minuciosamente os pontos fixos que caracterizam as perversões ao escutar de seus pacientes neuróticos, aqueles que sofrem demasiadamente das fantasias e encontram nestas as causas dos seus sintomas, a lembrança *Uma criança é espancada*.

Mesmo sabendo que ao nomear uma fantasia de *Uma criança é espancada*, Freud apresenta a especificidade desta fantasia possuidora de nome próprio e coloca a dúvida se os conteúdos deste texto valeriam apenas para esta fantasia ou para o fantasiar como um todo, é importante lembrar que neste momento da tese o objetivo é trazer à tona as dificuldades existentes na teoria psicanalítica da época sobre o conceito de fantasia, assim como precisar bem se existem fantasias assexuadas, como propõe Freud em “Romance Familiar” (1908), anteriores à castração, ou seja, ao Édipo: “Eventualmente torna-se possível estabelecer que as primeiras fantasias dessa natureza foram nutridas muito cedo: certamente antes da idade escolar e jamais depois do quinto ou sexto ano de vida” (Freud, 1988 [1919], p.195).

Posicionar esta fantasia na idade anterior à etapa escolar não ajuda muito a responder se elas são ou não correlativas ao complexo de Édipo, pois o complexo não se coloca inteiramente linear à cronologia da infância. Sabe-se que não é possível enxertar um complexo de Édipo num adulto, pois o Édipo como propõe Freud encontra-se nos primeiros anos de vida. Porém, antes da etapa escolar não se define em que nível subjetivo este sujeito que está agora se debatendo com estas fantasias se encontra.

Na parte II do referido texto Freud descreve com detalhes a explicação sobre esta fantasia *Uma criança é espancada*, confirmando sua posição sobre o desenvolvimento desta fantasia e do que considera patológico, já descrito por ele anteriormente nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905):

“Uma fantasia desta natureza, nascida, talvez, de causas acidentais na primitiva infância, e retida com o propósito de satisfação auto-erótica, só pode, à luz do nosso conhecimento atual, ser considerada como um traço primário de perversão. Um dos componentes da função sexual desenvolveu-se, ao que parece, à frente do resto, tornou-se prematuramente independente, sofreu uma fixação, sendo por isso afastado dos processos posteriores de desenvolvimento, e, dessa forma, dá evidência de uma constituição peculiar e anormal no indivíduo. Sabemos que uma perversão infantil desse tipo persiste necessariamente por toda a vida; mais tarde pode ser submetida à repressão, substituída por uma formação reativa ou transformada por meio da sublimação” (Freud, 1988 [1919], p.197).

Na citação acima, especificamente na linha 06, Freud coloca o termo fixação, mesmo termo utilizado nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) para designar um ponto em que a libido encontra-se estagnada. Nesta citação, sobre a fantasia, Freud apenas diz que uma fantasia desta natureza nasce de causas acidentais na primitiva infância e é retida com o propósito de satisfação auto-erótica. O termo primitiva infância continua obscuro e não permite delimitar se ele está falando do complexo de Édipo ou de uma época anterior a ele.

Continuando sua elaboração sobre a fantasia *Uma criança é espancada* Freud diz que um dos componentes da função sexual desenvolveu-se frente ao resto. Por quê? Como pode ter acontecido tamanha independência de apenas um componente da função sexual? A resposta fica no ar, apenas confirmando que este componente que se desenvolveu prematuramente sofre uma fixação e se separa dos processos posteriores do desenvolvimento, caracterizando-se, agora, como uma componente anormal.

O fundamental é saber se a fantasia em Freud pode ser compreendida no complexo de Édipo ou se esta primeira infância de que fala Freud é anterior ao complexo. É fundamental marcar esta diferença, pois, a partir da aí, não mais será possível falar em equivalência entre fantasia e delírio, entre fantasia e atividade imaginativa ou mesmo entre fantasia assexuada e sexuada. Se a fantasia é oriunda do complexo de Édipo, então, ela tem características específicas, não podendo se confundir com outros conceitos que especifiquem certo tipo de funcionamento mental.

De qualquer maneira, fica claro que as ideias apresentadas por Freud sobre a fantasia, desde 1907, em “Escritores criativos e devaneios”, em sua maioria, permanecem inalteradas. A fantasia representa um conflito entre desejo e realidade, é uma poderosa fonte de prazer, é a maneira mais “segura” de realização dos desejos inconscientes, possui estreita relação com os sintomas neuróticos e se manifesta como uma descarga afetiva importante do funcionamento mental do sujeito.

Porém, ainda em 1919, encontram-se algumas dúvidas sobre a diferença entre fantasia e delírio, embora a relação entre fantasia e complexo de Édipo comece a sofrer uma importante modificação ao ponto de não mais ser possível confundir sua origem:

“Pessoas que abrigam fantasias dessa espécie desenvolvem uma sensibilidade e uma irritabilidade especial contra quem quer que possam incluir na categoria de pai. São facilmente ofendidas por uma pessoa assim e, desse modo (para sua própria tristeza), efetuam a realização da situação imaginada de serem espancadas pelo pai. Não me surpreenderia se algum dia fosse possível provar que a mesma fantasia é a base do delirante espírito litigioso da paranoia” (Freud, 1988 [1919], p.210).

Se nos textos anteriores, apresentados até agora, Freud apresenta a ideia de que uma fantasia que sofre um desenvolvimento prematuro pode levar um sujeito à psicose, ela também pode, ao sofrer fixação, levar um sujeito às perversões sexuais.

A fantasia está aí, fazendo o sujeito obter prazer, funcionando como descarga motora, realizando os desejos inconscientes, porém, ela pode tomar o caminho da formação dos sintomas caso seja recalcada e encontre no retorno deste recalcado sua forma original de expressão; pode levar o sujeito à psicose ao se tornar profusa e poderosa e, também, pode sofrer fixação descolando-se dos processos do desenvolvimento e apresentar-se como uma perversão sexual.

Parece que Freud dá a entender que a fantasia existe no psiquismo desde a primeira infância. Algo novo acontece e define o caminho que ela tomará pelo resto da atividade mental do sujeito. Este algo é o complexo de Édipo?

“A perversão não mais é um fato isolado na vida sexual da criança, mas encontra o seu lugar entre os processos típicos, para não dizer normais, de desenvolvimento que nos são familiares. É levada a uma relação com o objeto de amor incestuoso da criança, com seu Complexo de Édipo” (Freud, 1988 [1919], p. 207).

Primeiro ponto a sublinhar é a ideia de que o que era considerado patológico, agora, com a instalação do complexo de Édipo, torna-se normal. A fantasia *Uma criança é espancada* se liga aos objetos de amor incestuosos da criança e encontra seu lugar entre os processos normais do desenvolvimento. Mas até aqui Freud dá a entender que a fantasia já estava lá, anterior ao Édipo, e que este apenas fez com que ela perdesse seu ponto fixo e exclusivo e tomasse um caminho adequado para a formação da sexualidade do sujeito. Continuando a citação a fim de esclarecer a relação entre Édipo e fantasia, diz Freud:

“Destaca-se, de início, na esfera desse complexo; e depois que o complexo sucumbiu, permanece, quase sempre por si, como herdeiro da carga de libido daquele complexo, oprimido pelo sentimento de culpa ligado a ele. A constituição sexual anormal, finalmente, mostrou a sua força impondo ao complexo de Édipo uma determinada direção e compelindo-o a deixar para trás um resíduo incomum” (Freud, 1988 [1919], p.207).

Fundamental nessa citação é o aparecimento do sentimento de culpa a partir dos desejos que a fantasia sustenta, pois o mesmo já indica a formação de um supereu herdeiro do complexo de Édipo.

Avançando em sua explicação acerca das fantasias encontra-se neste texto o momento em que Freud afirma que a fantasia de espancamento, assim como outras fixações infantis, são resíduos do complexo de Édipo e não mais anteriores ao mesmo, como poderia supor anteriormente:

“Naturalmente seria importante saber se as origens das perversões infantis a partir do complexo de Édipo pode ser afirmada como um princípio geral. Embora isto não possa ser resolvido sem mais investigações, não me parece impossível. Quando nos lembramos das anamneses que foram obtidas em casos de perversão adultos, não podemos deixar de notar que a impressão decisiva, a “primeira experiência”, de todos os pervertidos, fetichistas etc. dificilmente se refere a um período anterior ao sexto ano de vida. Nessa época, no entanto, o domínio do complexo de Édipo já cessou; a experiência que é recordada, e que se efetiva de modo tão desconcertante, pode muito bem representar o legado daquele complexo” (Freud, 1988 [1919], p. 208).

Existiria, portanto, o momento primário da sexualidade infantil que se ligaria ao complexo de Édipo tornando-se a via normal da sexualidade e da neurose do adulto. A fantasia de espancamento, no qual o pai é o espancador, já é o sinal de que o complexo de Édipo está em pleno vapor na construção da subjetividade das crianças, tendo a fantasia como uma “carta na manga” para suportar a diferença sexual:

“... na nossa opinião, o complexo de Édipo é o verdadeiro núcleo das neuroses e a sexualidade infantil que culmina neste complexo é o que determina realmente as neuroses. O que resta do complexo no inconsciente representa a inclinação para o posterior desenvolvimento de neuroses no adulto” (Freud, 1988 [1919], p. 208).

E segue:

“Dessa forma, a fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas também seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou, tal como o notório sentimento de inferioridade corresponde a uma cicatriz narcísica do mesmo tipo” (Freud, 1988 [1919], p.208).

Portanto, as fantasias de um modo geral são resíduos do complexo de Édipo e apresentam características específicas oriundas deste complexo, como a marca da sexualidade, por exemplo. Falar em fantasia é falar em um conflito psíquico, de fundo sexual, onde os desejos inconscientes são realizados, oferecendo ao sujeito uma intensa fonte de prazer, por um lado, e uma intensa fonte de desprazer, por outro, a partir da formação dos sintomas neuróticos. As fantasias, segundo Freud, são cicatrizes do complexo de Édipo e possuem sua origem a partir deste, sendo responsáveis pela formação dos sintomas neuróticos.

CAPÍTULO III - A Fantasia em Lacan – Uma visão imaginária

Continuando a apresentação do conceito de fantasia na psicanálise, tendo sua origem a partir das ideias de Freud, faz-se necessário um aprofundamento deste conceito em Lacan a fim de buscar o real objetivo desta tese, a saber, que o trabalho psicanalítico com crianças deve ter como ponto nodal a construção do fantasma seja um trabalho voltado para sua construção ou para a sua permanência. Sobre esse tema falaremos especificamente na segunda parte desta tese, quando abordarmos a operação da metáfora paterna na clínica com crianças. Neste momento do trabalho é fundamental trazer os conceitos fundamentais da constituição subjetiva e o fantasma, certamente, é um deles.

Percebe-se que o termo fantasia ficou restrito ao devaneio freudiano enquanto que fantasma refere-se ao matema proposto por Lacan.

Nesta parte da tese tentaremos responder à pergunta sobre a constituição do fantasma partindo da ideia freudiana de que a fantasia é uma cicatriz do complexo de Édipo, como fora explicitado anteriormente. Se a fantasia é uma cicatriz do Édipo então, não podemos falar em fantasia sem complexo de Édipo.

É com a ideia da metáfora paterna, especificamente com a noção do Nome-do-Pai, que se pode fazer uma importante separação, até então confusa, na obra de Freud. Como foi mostrado anteriormente neste trabalho, a noção de fantasia em Freud possui diferentes etapas e se apresenta em plena construção ao longo de sua obra, o que permite a Lacan avançar significativamente até considerá-la enquanto um conceito, um matema.

O primeiro avanço é considerar a fantasia, tal qual Freud o fez, como oriunda do complexo de Édipo, não sendo possível falar em fantasia propriamente dita, sem a inscrição simbólica do complexo de Édipo. Desta forma, o delírio estaria completamente inscrito no campo das psicoses. Fantasia e delírio não podem ser incluídos, teoricamente, no mesmo campo subjetivo, como pensava Freud ao afirmar que um sujeito poderia desenvolver um delírio a partir do acúmulo de fantasias sexuais.

Seria o mesmo afirmar que O Nome-do-Pai, efeito da metáfora paterna, é o que sustenta a fantasia e o delírio. Isto está errado. Com Lacan vamos poder separar fantasia e delírio de uma vez por todas. Enquanto Freud trabalha a fantasia como um devaneio, Lacan a concebe como um matema. Portanto, falar em fantasia é falar em um mecanismo específico da estrutura neurótica, da mesma forma que o delírio acusa a inoperância do significante Nome-do-Pai.

O segundo avanço consiste em apresentar a fantasia com uma lógica própria a partir do matema $\$ \diamond a$ com a finalidade de uma transmissão universal desse conceito em psicanálise. Com os matemas propostos por Lacan é possível apresentar a constituição subjetiva dentro de um arcabouço lógico, uma estrutura topológica, onde os lugares simbólicos possuem relação direta entre si.

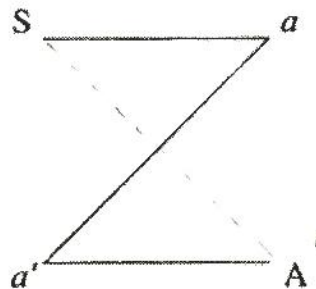


FIG. 2 – esquema L. (LACAN, 1999 [1957/58], p.163)

O esquema acima, mais conhecido como esquema L, porta uma ideia interessante para este nosso trabalho, pois demonstra de maneira simplificada o processo de construção do matema da fantasia.. A primeira linha, a-a', diz respeito à relação imaginária entre dois termos equivalentes, a e a , sendo um a diferenciado pela apóstrofe que se lê como linha.

A segunda linha liga os pontos S e A e corta a primeira linha a-a' num ponto específico que chamaremos M. No esquema L proposto por Lacan não há denominação para este ponto onde as linhas se cruzam, porém, proponho que este ponto seja considerado como o ponto da metáfora paterna, já que um corte é operado na linha a-a', pela linha S-A. O esquema L pode ser considerado o início da elaboração de Lacan sobre a metáfora paterna, pois nele os eixos imaginário e simbólico compõem os

protagonistas do campo do Outro, tão falado no capítulo anterior, sobre a encarnação das funções parentais.

Para que a explicação deste esquema seja possível, devemos propor uma divisão do esquema em dois campos, o do sujeito e o do Outro. A constituição psíquica se dá na relação do sujeito com o Outro e esse esquema representa esta relação de maneira direta. O primeiro campo se posiciona do lado esquerdo com os signos [S e a'] formando uma linha, da mesma forma que o segundo campo, do lado direito, está representado por [a e A]

Se dividirmos cada campo por dois então, teremos dois quadrantes em cada campo, totalizando quatro quadrantes. O primeiro quadrante seria a, o segundo a', o terceiro A e o quarto S, de modo que o primeiro e o quarto estariam no campo do sujeito e o segundo e terceiro quadrantes estariam no campo do Outro. Essa divisão de quadrantes é importante, pois existe uma lógica a ser seguida para que este raciocínio seja possível.

Tomemos inicialmente o primeiro quadrante e posicionemos ali um recém-nascido representado pela letra a, tal qual o gráfico de Lacan. Essa letra não é aleatória na teoria lacaniana, já que o *a* refere-se ao objeto *a* inventado por Lacan, porém em 1958 ele é apresentado em sua vertente imaginária, ainda não tendo valor de objeto causa de desejo. Neste momento da constituição psíquica o bebê é um puro objeto, um pedaço de carne, um objeto que representa o gozo dos pais e encontra seu suporte num Outro, representado pelo seu semelhante posicionado no segundo quadrante no campo do Outro, a'. Portanto, o eixo a-a', primeiro e segundo quadrantes, representam o bebê e seu semelhante, representantes do campo do Outro, em sua vertente imaginária. A *alienação* ao desejo do Outro, operação que, junto com a *separação* constitui a causação do sujeito como propõe Lacan encontra aqui o lugar simbólico para realizar tal expressão. Estas operações serão abordadas no capítulo sobre o fantasma lacaniano.

É válido ressaltar que nenhum dos eixos possui exclusividade quanto a um único registro, melhor dizendo, não é exclusivamente imaginário, pois em se tratando de um lugar simbólico no campo do Outro, a articulação com os outros registros se faz obrigatória, tratando-se de uma estruturação neurótica.

No segundo quadrante a' , podemos então posicionar a mãe, que está lá antes do bebê e o recebe com a marca significativa de seu desejo, decorrente de sua própria castração. É aqui, no eixo $a-a'$, que podemos posicionar a equação freudiana pênis = bebê e encontrar o significativo do desejo da mulher que (re)vela sua feminilidade, ponto fundamental para a superposição do bebê no lugar de falo para esta mãe. É a mãe, “suficientemente” boa, quem apresenta o mundo ao bebê, acolhendo-o com seu desejo e seus significantes.

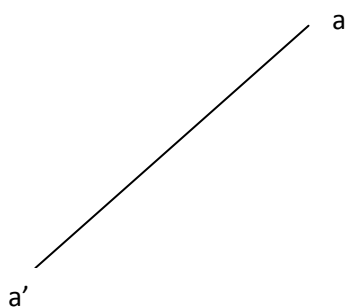


FIG. 3 – Eixo Imaginário do esquema L. (LACAN,1999, p 163).

Do mesmo campo, do Outro, no terceiro quadrante A, parte um vetor em direção ao quarto quadrante S inserindo o corte do eixo imaginário $a-a'$. Se a metáfora paterna é a substituição do significativo DM (desejo Materno) pelo significativo NP (Nome-do-Pai), então, o pai encontra-se em A no esquema L, e, com seu gozo, poderá traduzir a mãe em mulher, convocando sua feminilidade e seu desejo para além do bebê. Como Lacan diz em *O seminário, livro cinco, As Formações do inconsciente*, de (1958), sobre a intervenção paterna: “O pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo e é aí que o pai se liga à lei primordial da proibição do incesto” (Lacan, 1999 [1958], p. 174).

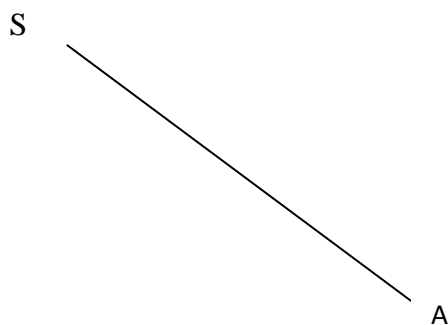


FIG. 4 – Eixo simbólico do esquema L. (LACAN,1999, p 163).

Este eixo A-S, por ser considerado a intervenção paterna, é a própria operação da metáfora paterna interditando a mãe da restituição de seu produto uma vez imaginado na infância. A citação de Lacan em “Nota sobre a criança” (2003) reflete bem a problemática da metáfora paterna quando o eixo simbólico fracassa, mantendo intacto o eixo $a'-a$, evitando assim a retirada do bebê do lugar de falo para ela. O bebê fica cristalizado como apêndice desta mãe, sucumbido num oceano de gozo feminino: “A articulação se reduz muito quando o sintoma que vem a prevalecer decorre da subjetividade da mãe. Aqui é diretamente como correlata de uma fantasia que a criança é implicada”. (Lacan, 2003 [1969], p.369).

A criança fica alienada no eixo imaginário $a'-a$ sem a intervenção simbólica do pai, que executa o corte do eixo imaginário com o interdito da lei do incesto. Sem esta interdição o recém-nascido fica alienado ao Outro, seu apêndice, objeto que satura a falta fálica da mulher, apresentando-se apenas como mãe.

O mais significativo ponto desse esquema L é o fato de poder vislumbrar o início da construção do matema, como efeito da relação do sujeito com o Outro. Se pensarmos uma relação entre os quadrantes então encontraremos o S e o a no campo do sujeito como produto final desta relação. Porém, é importante ressaltar que neste esquema o S não é barrado e o a ainda não é o objeto a como causa de desejo, o que justifica uma primeira abordagem da fantasia em sua vertente imaginária.

3.1 A fantasia como um véu frente ao real

“[em relação à fantasia], dou a fórmula, emparelhando nela o a ao S/, o que indica que a fantasia se caracteriza pela presença de um objeto a , e aquilo que engendra o sujeito como sujeito barrado, a saber, uma frase” (Lacan, O seminário livro 14 – *A lógica da fantasia*, aula de 21/06/1967, inédito).

“O real suporta a fantasia, e a fantasia protege o real” [...] “O real é o que está por trás da fantasia” [...] “A fantasia é uma tela que dissimula [o lugar do real]” (Lacan, 2008, O seminário livro 11 – *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* [1964], p. 47, 59, 64 respectivamente).

Para começar esta segunda parte, dando um salto até o *Seminário livro 11, Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise (1964)* e *A lógica da fantasia (1967- inédito)* são necessários alguns esclarecimentos. A fantasia é um conceito que abrange muitos seminários da obra lacaniana, não sendo possível reduzi-lo a uma pequena parte desta tese. Como não é interesse deste trabalho exaurir todo o conhecimento sobre o conceito de fantasia, e sim, defender a ideia de que a construção da fantasia é o norte da clínica psicanalítica com crianças, encontrando sua sustentação na metáfora paterna, então, esta parte do trabalho se limitará a abordar os aspectos em que a fantasia se aproxima desta premissa, não prejudicando em parte alguma o alcance maior que esse conceito revela na teoria de Lacan. Neste salto de mais de 10 anos, de 1958 até 1970, Lacan elabora o conceito de fantasia chegando a formulá-lo no matema. A partir do capítulo sobre o fantasma lacaniano não mais usaremos o termo fantasia quando nos referirmos a Lacan e sim fantasma. Porém, até aqui, manteremos a terminologia fantasia para estar de acordo com a citação acima como fora traduzida no próprio seminário.

Começaremos com algumas ideias encontradas em *O Seminário, livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise (1964)*, onde Lacan propõe uma relação direta entre a fantasia e o real: “O real suporta a fantasia, e a fantasia protege o real. [...] O real é o que está por trás da fantasia. [...] A fantasia é uma tela que dissimula [o lugar do real]”. (Lacan, 2008 [1964], p. 47, 59, 64 respectivamente).

Se continuarmos com nosso raciocínio, mantido desde o início desta tese, de que o complexo de Édipo em Freud e a metáfora paterna em Lacan, sustentáculos do fantasma, têm como meta a normatização e, para tanto, necessitam de protagonistas de sexos diferentes que encarnem as funções parentais na cena edípica, então, este real, do qual fala Lacan como suporte do fantasia, também será tomado como um campo fértil, porém perigoso, em que sujeitos animados virão dar o contorno estruturante de toda subjetividade. Este real é o desejo do Outro. Aqui posicionamos a mãe como este real invasor que leva a criança a defender-se dela com o sua fantasia. Usaremos o esquema L como ilustração deste lugar a ser ocupado pela mãe, mesmo sabendo que é no grafo do desejo que Lacan melhor trabalha o matema da fantasia.

A proposta de Lacan sobre a estruturação subjetiva responde a alguns passos que o sujeito, a advir, terá que dar para alcançar o estatuto de sujeito desejante. O primeiro deles encontra expressão naquilo que se chama em psicanálise de *alienação* ao desejo

do Outro. Sabendo que este Outro significa um lugar simbólico, o “tesouro dos significantes” (Lacan, 1999 [1958], p.154), será fundamental para que o arcabouço da estruturação subjetiva se forme que este lugar seja ocupado, encarnado, animado, por um sujeito que, em sua subjetividade, seja marcado pelo que Freud chamou de feminilidade normal, ou seja, o deslocamento do desejo de ter um pênis para ter um bebê. A *alienação* será abordada diretamente no capítulo sobre o fantasma.

O campo do Outro não é exclusivamente o campo materno. Lacan aponta, no esquema L, que tanto o pai quanto a mãe se posicionam no campo do Outro, conforme figura abaixo, mas isto não significa dizer que em Lacan esses lugares possam ser ocupados por qualquer um com qualquer sexo. O campo do Outro é caracterizado por ser o campo da constituição psíquica, onde outros humanos ocupam funções, materna e paterna, fazendo operar *alienação* e *separação*, de acordo com os lugares que lhes são devidos.

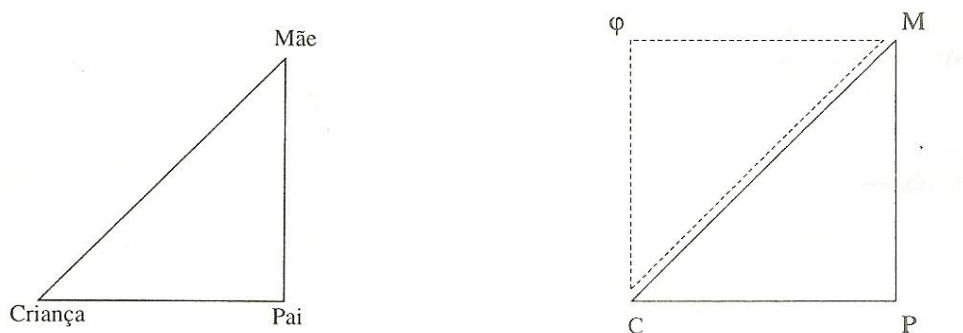


FIG. 5 – Eixo simbólico do esquema L. (LACAN,1999, p 163).

Sobre o lugar materno, eixo imaginário de esquema L, Lacan nos oferece uma metáfora reptiliana bastante interessante. De maneira sagaz ele coloca a mãe com uma dupla face. A primeira, onde sem ela não haveria nenhuma possibilidade de vida subjetiva, e a segunda, onde com ela apenas, a vida subjetiva correria sérios riscos. A dupla face que Lacan sugere se refere ao processo de *alienação* e *separação* que ocorre na relação do sujeito com Outro, no momento de captura do sujeito a advir pela linguagem. Diz-nos Lacan:

“O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão. A mãe é isso. Não se sabe o que lhes possa dar na telha, de está-lo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso. Então, tentei explicar que havia algo de tranquilizador. Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama de falo. É o rolo que os põe a salvo, se de repente aquilo se fecha” (Lacan, 1992 [1969-1970], p. 105).

É importante sublinhar a referência que Lacan faz ao falo, como um significante que barraria este gozo destruidor existente no desejo materno; daí a dupla face do desejo materno: vida e morte. Porém, o que é este falo? É o pai, que em algum momento o encarna e se coloca como a única possibilidade da criança escapar da imobilização do desejo materno. Enquanto a *alienação* seria a captura do bebê pela linguagem, como falo imaginário desta mãe, a *separação* seria a confirmação da operação de *alienação* do sujeito ao Outro, operação sustentada pelo Nome-do-Pai. Veremos mais adiante que o que fracassa na psicose é a operação de *separação*.

Em *O Seminário, livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise* (2008), “o real suporta a fantasia e a fantasia protege o real.” (Ibidem). Aí está a relação da fantasia com o desejo do Outro. A fantasia se apresenta como uma resposta ficcional do sujeito sobre a pergunta fundante do psiquismo, *Che vuoi?*. O enigma do que o Outro deseja, pergunta impossível de responder, mas possível de ficcionar, leva o sujeito à construção de um roteiro, uma cena, onde comparecem um sujeito e um objeto. Esta relação entre sujeito e objeto, o matema, acusa a presença oculta desse real que Lacan denomina como desejo do Outro e que, em seu funcionamento, produz prazer e sofrimento.

Em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958), sobre a relação entre o desejo do Outro e a fantasia, Lacan afirma:

“É, pois, a posição do neurótico em relação ao desejo – digamos, para encurtar, à fantasia – que vem marcar com sua presença a resposta do sujeito à demanda, ou dito de outra maneira, a significação de outra necessidade” (Lacan, 1998, p. 644).

Dessa forma a fantasia, uma vez constituída, explicita uma contradição estrutural na economia psíquica do sujeito. Se por um lado ela leva o sujeito à obtenção de prazer,

tal como Freud sugeriu em seu mundo à parte, por outro, ela leva o sujeito ao encontro de uma mesma coisa ao fazer operar um condicionador de gozo. É isto que permite pensar a fantasia como uma faca de dois gumes. Se por um lado ela gera prazer, por outro gera o sofrimento da repetição fixa do gozo. Retomaremos este ponto no capítulo sobre autismo e psicose:

“Para indicá-los de imediato, só voltarei a isso mais tarde, pois primeiro tenciono reavivar para vocês a função concreta que o objeto *a* desempenha na clínica. Antes de estar, possivelmente, por métodos que elaboram sua produção, sob a forma que há pouco qualificamos de comercial, o *objeto a*, em níveis exemplificados com precisão pela clínica, fica na posição de funcionar como lugar de captura de gozo” (Lacan, 2008 [1968-1969], p.241).

Pensar a fantasia como um condicionador de gozo suscita uma questão. Se a fantasia é uma cicatriz do Édipo, como diz Freud, então, não seria possível supor uma neurose sem a fantasia, ou melhor, sem o fantasiar. Dessa forma, a fase inicial da posição subjetiva que o sujeito ocupa frente ao Outro estaria intrinsecamente ligada à oferta da castração pelo Outro e não a uma possível escolha do sujeito em alienar-se ou não ao Outro.

Digo isso porque esta é uma questão importante da psicanálise, principalmente quando existem crianças em tratamento. Seria possível afirmar que o sujeito escolhe uma estruturação psicótica ou que a mesma é fruto de uma não oferta da castração pelo Outro? Penso que toda a constituição psíquica, tanto em Freud como em Lacan, está sustentada no que seria a mente normal, daí o Édipo freudiano ter suas posições sexuais, masculina e feminina.

Não acredito ser possível afirmar que o sujeito pode escolher entre uma estrutura ou outra, ou a neurose ou a psicose. Freud falou em escolha da neurose, ou seja, do tipo clínico fóbico, histérico ou obsessivo, mas não falou em escolha de funcionamento mental, já que não contava com o estruturalismo. Apenas lembrando que:

“a fobia não deve ser vista, de modo algum, como uma entidade clínica, mas sim como uma placa giratória. Ela gira mais do que comumente para as duas grandes ordens da neurose, a histeria e a neurose obsessiva e também realiza a junção com a estrutura da perversão” (Lacan, 2008, p.298)

No capítulo sobre a clínica entraremos a fundo na questão sobre a oferta da castração ou a escolha da estrutura pelo sujeito.

Essa posição teórica é fundamental, pois a partir dela será tomada uma série de decisões clínicas, como por exemplo, a inclusão ou não dos pais no tratamento das crianças. Sobre isto falaremos mais adiante, no capítulo sobre a clínica. Por agora, a questão é apontar a relação entre a constituição da fantasia como resposta ao desejo do Outro e uma possível escolha da estrutura a partir da oferta da castração. Neste momento se faz necessária uma breve retomada na linha de raciocínio desta tese para que fique clara a posição teórica adotada do início ao fim deste trabalho.

Tomando, no início da tese, a premissa de que o complexo de Édipo e a metáfora paterna seriam conceitos que tinham como fim a constituição da subjetividade normal e que por norma, em psicanálise, se entenderia um psiquismo marcado pelo fantasiar, então, logicamente se conclui que em Freud e Lacan a constituição psíquica é normativa e que se dá a partir da posição do sujeito frente à castração.

Por mais que Lacan proponha três estruturas clínicas como possibilidade para o sujeito, não creio que todas elas estejam de acordo com o caráter normativo do Édipo. Apenas a estrutura neurótica, ordenada pelo Falo, marca precisamente esta normatização almejada no Édipo. Além disso, a fantasia não é uma característica do funcionamento mental psicótico, pois nesta estrutura o delírio é seu carro chefe. Resta-nos pensar a estrutura perversa e o modo como a fantasia se instala na perversão para sabermos se podemos tomar a estrutura perversa como uma estrutura normal. Infelizmente, este tema sobre a fantasia na perversão não será abordado nesta tese.

Considerando Freud no texto “A dissolução do complexo de Édipo”, de (1924), onde ele fala sobre a linha fronteira entre o normal e o patológico, temos a seguinte afirmação: “Plausivelmente podemos supor que chegamos aqui à linha fronteira – nunca bem nitidamente traçada – entre o normal e o patológico. Se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma repressão do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico. “(Freud, 1988 [1924], p. 197).

O complexo de Édipo e sua repressão é o ponto que Freud utiliza para definir a linha entre o normal e o patológico, sugerindo a normalidade como a operação de

repressão deste complexo. Lacan, em *O Seminário, livro 05, As formações do Inconsciente*, (1958), posiciona a psicose e a perversão no campo pré-edípico: “assinalo, pois, que em torno da questão do campo pré-edípico reúnem-se a questão da perversão e a da psicose (Lacan, 1999 [1958], p. 169).

Então, seria lógico concluir que a neurose seria a estrutura representante do funcionamento normal do humano, onde encontraríamos o recalque e seu retorno, a formação de sintomas como expressão de conflito psíquico, a fantasia em sua função de proteção frente ao real e a escolha de um sexo a partir da constatação da diferença anatômica. Além disso, ainda poderíamos discutir a questão que Freud desperta quando propõe a diferença entre o neurótico e o perverso a partir da realização dos conteúdos da fantasia: o que se apresenta às claras na perversão se encontra nas fantasias dos neuróticos.

3.2 A montagem da fantasia - os fracassos da fantasia

Neste ponto da tese apresentaremos as ideias de Silvia Amigo a fim de iniciar a discussão sobre o matema da fantasia. Se partirmos da fantasia em Freud como um devaneio, então, deveremos chegar ao matema lacaniano da fantasia, o fantasma, antes de entrarmos nos aspectos clínicos da constituição do mesmo.

Silvia Amigo, psicanalista, em seu livro *A clínica dos fracassos da fantasia* (2008), a partir de *O Seminário, livro 14, A lógica da fantasia* (Lacan inédito), propõe três tempos de montagem da fantasia ligados às três identificações: real, simbólica e imaginária.

Tendo a pintura de René Magritte, *A condição humana*, de 1933, como imagem de referência, Amigo elabora três tempos simultâneos da constituição da fantasia sem os quais não seria possível sua constituição.

O primeiro passo diz respeito ao ato de expulsão do real, “Ausstosung”, como decorrência da primeira identificação real ao Outro real:

“Que um sujeito humano viva o real como posto fora dele, que o campo do real apareça como exterior depende de que tenha feito a primeira identificação à linguagem, o que nos autistas jamais se dá.

Uma vez que se incorporou à linguagem o sujeito fez a Ausstosung, tal como Freud a indicava, para deixar de fora o objeto de gozo. Por esse mecanismo o real fica separado do sujeito” (Amigo, 2008, p. 24).

O segundo passo diz respeito à construção de bordas para se ter acesso ao real decorrente da segunda identificação, simbólica ao Outro real, ao traço unário do Outro. Essa segunda identificação permite ao sujeito ter acesso a um real com bordas. Na psicose, esse acesso ao real, devido à não construção dessas bordas, se dá de maneira tsunâmica para o sujeito:

“Às vezes, o sujeito pôs o real fora, mas carece da borda desse furo e acede ao real por um rompimento ou uma rachadura dolorosa. Essa formação da moldura é outro dado essencial da fantasia. Não se trata de que o sujeito tenha possibilidade de aceder ao real, mas de que tenha que poder aceder através de uma moldura legal. Veremos mais tarde que se adquire esta moldura na segunda identificação ao traço unário do Outro, ao traço fálico do Outro” (Amigo, 2008, p. 24-25).

O terceiro passo, que depende desses dois anteriores, diz respeito à identificação imaginária ao Outro real, onde o sujeito terá que pintar, desenhar uma imagem do objeto, tal qual Magritte:

“Finalmente, segundo uma ordem lógica, advém a terceira identificação possível, do imaginário ao Outro real. É imprescindível poder imaginarizar um objeto dentro da moldura. Lacan formaliza explicitamente a necessidade dessa terceira identificação em seus últimos seminários. É imprescindível poder “desenhar”, representar no imaginário um objeto” (Amigo, 2008, p. 25).

Esses passos da constituição psíquica, ou melhor, da formação da fantasia, descritos por Amigo, são simultâneos, de modo que a inexistência do primeiro, por exemplo, impede toda a conclusão da fantasia como uma resposta ao enigma do desejo do Outro, o que acarretaria no autismo, onde a alienação ao desejo do Outro ficaria comprometida.

Por que um desses passos não aconteceria? Por que o real não seria expulso? Por que as bordas, que dão contorno ao real, não se constituiriam? Por que o sujeito, ao passo de constituir as duas primeiras identificações, por alguma crise estocástica, não desenharia um objeto na moldura que bordeja o real?

Amigo sugere que a ausência ou a falha da primeira identificação constitui o sujeito autista e que o psicótico estaria preso na segunda identificação, sem a possibilidade de constituir uma tela com uma imagem do objeto para fazer barreira frente às investidas siderantes do real:

“Desde já, se fracassa o primeiro tempo, o da primeira expulsão, o sujeito não terá sequer a chance de começar a escrita que lhe proporcione uma fantasia. Se não houver expulsão do real o sujeito jamais vai poder constituir a fantasia. Se o sujeito não pode levar a cabo a segunda identificação ao simbólico do Outro real, então não vai poder emoldurar os furos do corpo nem constituir a moldura escritural da sua fantasia” (Amigo, 2008, p. 26).

“Nessas duas alternativas, exponho minha idéia de que há fracassos definitivos e absolutos da fantasia, por exemplo, no autismo e na psicose. Estes têm por definição a impossibilidade para o sujeito de responder ao desejo do Outro por não poder situá-lo, com o que o fracasso da fantasia é perpétuo, não pela eventualidade de não contar momentaneamente com ele, nem pelo aprisionamento em algum tempo final de sua constituição, mas simplesmente por impossibilidade de constituição dos passos que fundam a fantasia” (Amigo, 2008, p. 26-27).

Autismo e psicose são os grandes problemas da constituição psíquica, pois se apresentam como um fracasso absoluto da fantasia, não havendo possibilidade alguma, dependendo da precocidade do diagnóstico na infância, de reversibilidade.

O Nome-do-Pai vem permitir toda essa construção psíquica, mas não a garante. O Nome-do-Pai torna possíveis as duas primeiras identificações fundantes da estruturação, porém, o encontro com o real pode desconfigurar o objeto numa crise estocástica e, momentaneamente, o sujeito fica sem imagem para compor seu quadro fantasístico.

Portanto, é importante marcar que a fantasia também fracassa na neurose, mas com uma possibilidade muito grande de recuperar seu formato, pois o Nome-do-Pai já se inscreveu definitivamente. As fobias na infância são um belo exemplo disso:

“Vamos trabalhar dois outros casos possíveis de fracasso da fantasia: inicialmente os casos em que um sujeito que pôde constituir uma fantasia por alguma contingência estocástica da vida perde momentaneamente as letras ou a ordem das letras, como se desmantelasse o quadro, perdesse a moldura, caíssem as cortinas, se derrubasse o bastidor, carecendo momentaneamente de figuração do

objeto. O sujeito terá perdido a disponibilidade de sua fantasia. Nessas condições o sujeito perdeu sua bússola, não pode saber o que deseja, porque, ao não poder acreditar situar o que deseja o Outro, já não sabe o que ele deseja, situação esta que Lacan chama ‘tragédia do desejo’” (Amigo, 2008, p. 26-27).

“Mas também há outros casos em que o sujeito, não sendo psicótico, isto é, não tendo fracassado na inscrição do significante Nome-do-Pai, tendo obtido a incorporação do real ao Outro real e a do simbólico do Outro real, ainda assim não pode terminar, não por uma crise, mas por estrutura, e já não só por contingências, de constituir a fantasia e vive perpetuamente em meio às graves dificuldades desse déficit constitutivo” (Amigo, 2008, p. 27).

O fracasso da fantasia é a não disponibilidade da mesma, seja por não haver nenhuma possibilidade devido à não inscrição da primeira, da segunda ou da terceira identificação, seja no autismo, na psicose ou na neurose. Porém, se fracassam as duas primeiras identificações, fracassará definitivamente a constituição do fantasma, do matema. A terceira identificação, imaginário ao Outro real, uma vez que as outras duas já se inscreveram, quando fracassa, tornando-se indisponível para o sujeito, pode ser reconfigurada no trabalho analítico, como ocorre no caso das fobias. Resta saber se a psicanálise com crianças aposta na reconfiguração das outras duas.

3.3 A fantasia entre o Gozo fálico e a significação fálica

A ideia de um furo com bordas que dá acesso ao real serve de balança para a entrada e saída do objeto. Entrar no lugar de falo e sair dele, ilusão necessária para a constituição do gozo e do laço social. Ter um filho e dá-lo ao mundo, tudo o que uma mãe tem que fazer para não obturar a falta necessária para a troca simbólica. Que ela possa reter o objeto em seu colo, amamentá-lo, acariciá-lo, fantasiá-lo como seu, gozar falicamente de seu bebê, porém, entregando-o para a escola, os amigos, os amantes:

“A moldura do furo é o que permite fazer sair e entrar o objeto. Fazer entrar na ilusão de retê-lo, ilusão normativa necessária, e fazê-lo sair no momento de deixá-lo ir, momento necessário para fundar a lei simbólica de troca, de laço social. Ter constituído a fantasia, contar com a fantasia é contar com o lugar a partir do qual eu posso alternadamente coordenar e desobstruir o furo com um objeto” (Amigo, 2008, p. 27).

A fantasia constituída mostra que uma mãe está disposta a perder seu objeto para o mundo, que seu filho não ficará capturado nas teias de seu gozo, fechando assim a fenda necessária para esta constituição:

“O sujeito não pode, por razões estruturais e não contingentes, se perguntar *O que quer o Outro?* se vive oprimido por um gozo do Outro que não dá alívio e não permite, portanto, a menor fenda por onde possa se estabelecer o espaço de uma leitura do campo do Outro, leitura que precisa de espaço e tempo para ser efetuada” (Amigo, 2008, p. 27).

“Se não restam interstícios, intervalos, o sujeito, oprimido sem trégua por esse gozo, não poderá se perguntar pelo desejo do Outro, nem no sentido genitivo nem no sentido objetivo do termo. Presa continuamente acoçada pelo gozo, nem sequer poderá se formular a pergunta pelo desejo e ficará evidente que, dada a situação, jamais obterá essa resposta singular que é a frase fantasística” (Amigo, 2008, p. 21).

CAPÍTULO IV - O fantasma lacaniano

Entraremos agora num dos pontos mais fundamentais da tese, o fantasma lacaniano. Antes de abordar o próprio fantasma, se faz necessário adotar uma nomenclatura adequada ao tema: fantasma ou fantasia. Se tomarmos a tradução da palavra francesa *Fantome*, então, teremos fantasma como a tradução mais adequada o que, de fato, coincide com a nossa visão da questão que se segue. Porém a tradução para o português adotou a terminologia fantasia para ambos, fantasma e devaneio. Como trabalhamos a problemática do conceito de fantasia em Freud, aproximando-a ao devaneio, adotaremos a terminologia fantasma para nos referirmos ao fantasma fundamental proposto por Lacan e fantasia quando se tratar do devaneio freudiano.

Aqui, no devaneio freudiano, aparece um duplo sentido. Apresentar a fantasia em Freud como foi feita na tese de 1895, com “Lembranças encobridoras”, até 1925, com “A dissolução do complexo de Édipo”, suscita a questão de que por mais que Freud avance significativamente em suas ideias sobre a fantasia e sua importância no psiquismo, ele não a dignifica enquanto um conceito, tal como faz Lacan. Em momento algum o devaneio freudiano se traduz em ideias pouco consistentes, mas sim, aponta para o olhar de Freud para a questão do fantasiar.

A fantasia em Freud aparece como um conceito em construção, que vai desde uma lembrança, passa por um devaneio e chega até uma cicatriz no complexo de Édipo, tendo no “Homem dos Lobos” e em “Bate-se numa criança” (1919), seu ápice. Mesmo assim, Freud não constrói a fantasia como um conceito, mas como uma peça de fundamental importância para o funcionamento mental neurótico ou àqueles psiquismos que tiverem o Édipo instaurado.

A fantasia em Freud, como uma cicatriz do Édipo, aponta para aquilo que consideramos como a norma no psiquismo humano, como o funcionamento mental normal, responsável pelas formações sintomáticas e realizações de desejos. Dizemos que Freud não dignifica a fantasia como um conceito porque não apresenta a explicação sobre o que leva um sujeito ao fantasiar, ao devaneio. Para isso, o fantasma lacaniano atende bem ao propósito de introduzir no psiquismo elementos fundantes do próprio psiquismo, no momento da constituição psíquica. Freud constrói o projeto do aparelho psíquico humano, seu arquiteto. Lacan o torna viável.

É necessário sublinhar um recorte no texto lacaniano no que se refere ao fantasma, pois este conceito encontra-se ao longo de sua obra a partir de *O Seminário, livro cinco As formações do inconsciente (1958)* tendo no *Seminário livro 10, A angústia (1963)*, a relação do objeto *a* com o sujeito barrado. Dizer que Lacan inicia sua exposição sobre o objeto *a* em *O seminário, livro 10, A angústia (1963)* não significa que a fantasia enquanto conceito tenha sido cunhada nesta mesma data. Desde 1958 Lacan vem trabalhando o fantasma como um conceito que se prolonga durante quatorze anos consecutivos de seu ensino que se inicia em (1958) em sua vertente imaginária até *O seminário, livro 14 A lógica da fantasia (1967)*.

É importante ressaltar que por estarmos trabalhando metáfora paterna e fantasia, no caso, fantasma, e por estarmos construindo a tese de que a constituição do psiquismo necessita da encarnação das funções parentais para sua construção e de que esta constituição poderia ser operada num trabalho analítico com os sujeitos em constituição em análise, temos na constituição do fantasma os lugares topológicos criados por Lacan para dar consistência a este conceito. Nesses lugares topológicos estão sendo sugeridas estas encarnações, como o Outro, por exemplo.

O próprio conceito de fantasma demanda uma tese inteira para ser esclarecido, dada sua magnitude dentro da teoria analítica. O que nos importa sobre o fantasma lacaniano é apresentar seus alicerces a fim de saber se é possível uma operabilidade clínica na psicanálise com crianças. Os alicerces acima referidos são os dois termos do matema da fantasia: o *S* barrado e o objeto *a*.

A primeira ideia acerca do fantasma lacaniano é o nascimento do Outro, o *A* na teoria psicanalítica, e para entender isso tomaremos o grafo do desejo onde Lacan demonstra, na construção do mesmo, o nascimento do Outro como lugar topológico, o grande Outro. Antes, porém, se faz necessário introduzir alguns pontos sobre o sujeito, apresentando o quadrângulo lacaniano em *O Seminário, livro 15 O ato psicanalítico (1967-68)* sobre a posição inicial de dupla negação do sujeito. Este Quadrângulo, construído em *O seminário, livro 14, A lógica da fantasia (1967)* e trabalhado em *O seminário posterior O ato psicanalítico (1967-68)*, esclarece bem o ponto inicial do sujeito em sua condição mítica de gozo.

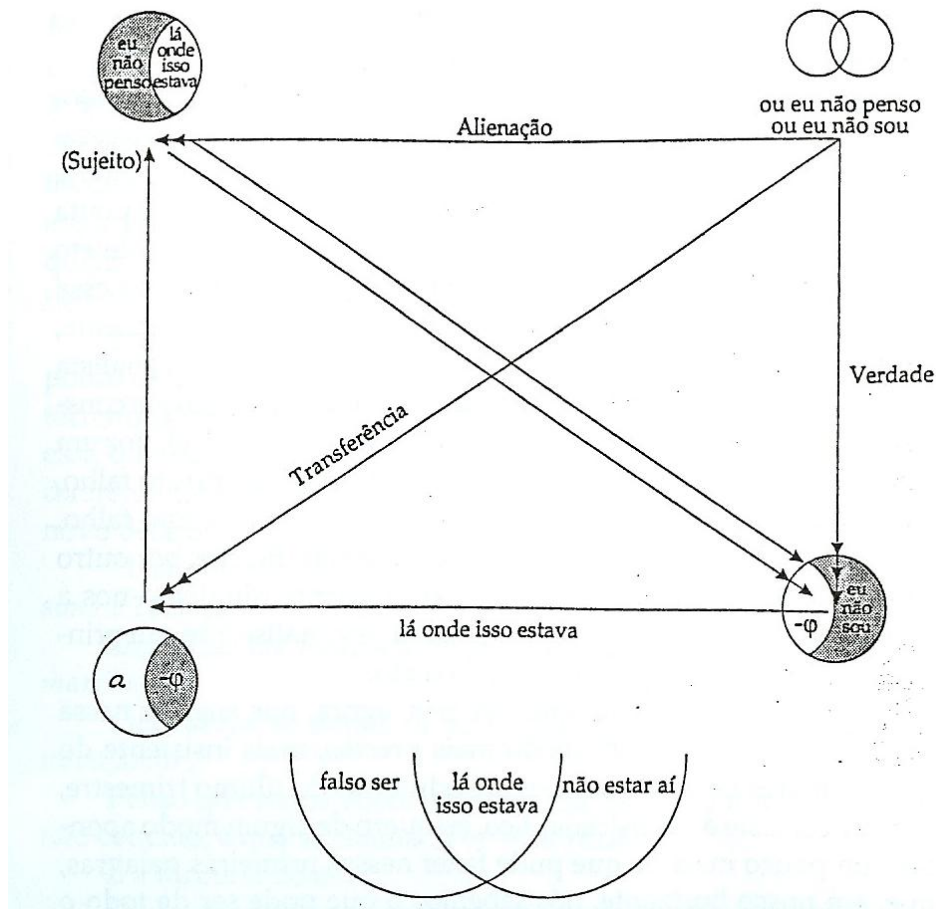


FIG. 6 - Tetraedro sobre a origem do sujeito mítico. Lacan, J. O Ato Psicanalítico. Inédito. 1967-68.

“É que se há algum lugar onde o psicanalista não se conhece e que também é ao mesmo tempo, o ponto onde ele existe, é na medida em que seguramente ele é sujeito dividido até em seu ato, e que o fim onde ele é esperado é, a saber, esse objeto pequeno “a”, não enquanto seu, mas aquele que o psicanalisado exige dele, como Outro, para que com ele, seja dele rejeitado”(Lacan, 1968, p.105).

Esta ideia é bastante importante para o início da apresentação sobre o fantasma lacaniano, pois ao longo do seminário *O ato psicanalítico* (1967-68) Lacan propõe a passagem de psicanalisando para psicanalista tendo como referencia o próprio nascimento do sujeito. É este ponto que vale para nossa reflexão sobre o fantasma, a saber, a ideia de que o sujeito é ejetado do Outro:

“...lá onde o significante agia, no duplo sentido de que ele acaba de cessar e de que ele ia justo agir, de modo algum “sollichWerden” mas “mussich”, eu que ajo, eu que lanço no mundo esta coisa à qual é possível dirigir-se como a uma razão “mussich (a) Werden”, eu,

daquilo que introduzo como nova ordem no mundo, devo tornar-me o dejetivo” (Lacan, 1968, p. 108).

Não apenas o sujeito é ejetado do Outro, ele cai do Outro, mas, principalmente, o Outro ocupa o lugar de dejetivo neste ato. O ato psicanalítico, a passagem de psicanalisando para psicanalista, se dá numa ação onde o analista cai e ocupa o lugar de dejetivo, de resto, de pequeno *a*. A mesma operação se dá no seio da constituição subjetiva, onde o sujeito cai do Outro, cai dos significantes do campo do Outro, deixando um furo onde o objeto *a* faz sua presença. Retomaremos este assunto quando falarmos da inscrição do Nome-do-Pai informando ao sujeito que ele não é o falo materno. Por hora, entraremos no encontro do sujeito com a linguagem conforme propõe Lacan no grafo do desejo em seu esquema I.

A posição inicial neste quadrângulo, marcada por uma dupla negativa *ou eu não penso ou eu não sou* mostra a posição mítica de gozo do sujeito que escolhe ser para não pensar. Este *ser* será perdido, como pagamento, no momento em que o sujeito for capturado pela linguagem. A operação significativa recalca o *ser* e leva o sujeito a ser conduzido pelas leis do significante. Desta posição mítica, canto superior direito, até o objeto *a*, campo inferior esquerdo do quadrângulo, passando pela *alienação e separação*, é o caminho que o sujeito percorre até relacionar com o objeto *a* na construção do fantasma. Seguiremos os passos de Lacan com o grafo do desejo a fim de explicar melhor a representação lacaniana da constituição psíquica.

O “grafo do desejo” é uma invenção lacaniana que apresenta, sob a forma de matemas, diversos conceitos psicanalíticos. Os matemas são formas utilizadas por Lacan para exercer a transmissão da psicanálise e são considerados por Miller como: “o que há de mais clássico e transmissível em Lacan” (2005, p. 263). O matema é um esforço de Lacan em colocar a psicanálise dentro de uma linguagem universal, conceitos matemáticos, relacionando os conceitos entre si de modo a obter uma dada estrutura.

Lacan utiliza a topologia a fim de garantir uma transmissão e um ensino através do grafo do desejo posicionando o desejo em relação ao sujeito. No texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960), diz Lacan:

“Uma topologia que elaboramos para nosso ensino neste último lustro, ou seja, introduzir um certo grafo que prevenirmos garantir apenas, entre outros, o emprego que faremos dele, tendo sido construído e ajustado a céu aberto para situar em sua disposição em patamares a estrutura mais amplamente prática dos dados de nossa experiência. Ele nos servirá aqui para apresentar onde se situa o desejo em relação a um sujeito definido por sua articulação pelo significante” (Lacan, 1998, p.819).

Sendo este o objetivo maior do grafo: “demonstrar a estrutura do sujeito tal como a instaura a experiência freudiana”(p.809), Lacan apresentará em quatro tempos a topologia do sujeito em relação ao significante, ou seja, em relação à linguagem. A topologia é utilizada devido à relação entre os diferentes lugares e o grafo permite explicitar esta relação fazendo funcionar a engenharia lacaniana na tentativa de conceituar temas como fantasia, desejo, eu, sujeito, demanda e etc. Em *O Seminário, Livro 11, Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise (1964,)* Lacan afirma: “É como isto que meu discurso se fia – cada termo só se sustenta por sua relação topológica com os outros”(Lacan, 2008).

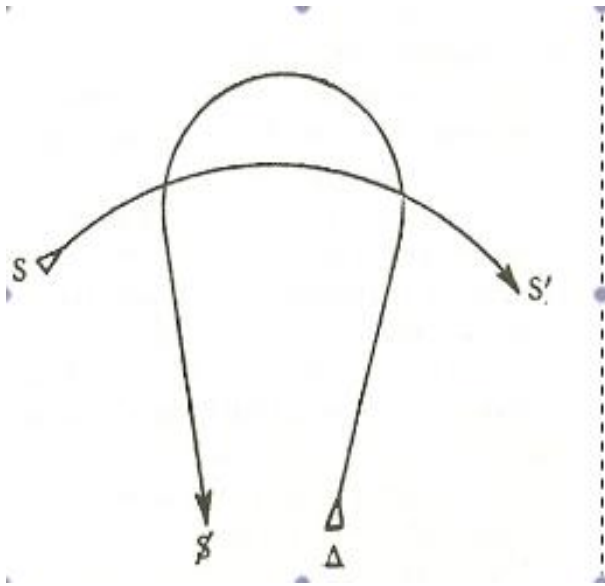


FIG. 7 – Grafo 01 – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:819.

“Vamos poupá-los das etapas, dando-lhes logo de saída a função dos dois pontos de cruzamento nesse primeiro grafo. Um conotado por A, é o lugar do tesouro do significante, o que não quer dizer do código, pois não é que se conserve nele a correspondência unívoca entre um signo e alguma coisa, mas sim que o significante só se constitui por uma reunião sincrônica e enumerável, na qual qualquer um só se

sustenta pelo princípio de sua oposição a cada um dos demais. O outro, conotado por $s(A)$, é o que se pode chamar a pontuação, onde a significação se constitui como produto acabado” (Lacan, 1998 [1960], p.820).

Este primeiro grafo nos serve para encontrar em Lacan a maneira como ele concebe o Outro, o tesouro dos significantes. O Outro é efeito do encontro de um sujeito, ainda por vir, com a linguagem, ali representado por uma cadeia significativa. Este sujeito iniciado pela sigla delta apenas encontra sua barra quando atravessado pela linguagem; nos demais grafos ele, o sujeito barrado, é o ponto de partida. Esse sujeito a advir, ao encontrar-se com a linguagem, funda o campo do Outro, o A. Temos, então, no grafo I, um sujeito a advir e o campo do Outro constituído a partir do encontro da cadeia significativa com este sujeito. O sujeito se constitui no campo do Outro, com os significantes do Outro, o que implica que ele seja falado, mesmo antes do seu nascimento. Retomo a citação de Corrêa na exemplificação do nascimento do sujeito anterior ao nascimento biológico com o mito de Édipo no encontro de Laio e Jocasta com Tirésias:

“Os reis vão perguntar o que é que vai acontecer se tiverem um filho. Tirésias vai dizer que se eles tiverem um filho, que é aquele que na literatura nós conhecemos como Édipo, todo mundo chama de Édipo, pés inchados. Esse filho vai matar o pai, casar com a mãe e vai ser a ruína de Tebas. Vai haver pestes, guerras e tudo será arrasado. Vejam aí, o paradoxo que existe em relação à questão do tempo. Esse famoso Édipo não tinha sido nem sequer gerado e se falava dele como já existente” (Corrêa, 1997, p. 24).

Continuando a apresentação da constituição do fantasma lacaniano, já tendo introduzido o grafo I (fig. 07), onde o campo do Outro é fundado a partir do encontro do sujeito a advir com a cadeia significativa, introduziremos agora o grafo II, onde Lacan aponta a questão não apenas do funcionamento do grafo como também coloca em evidência a cadeia significativa sincrônica e diacrônica:

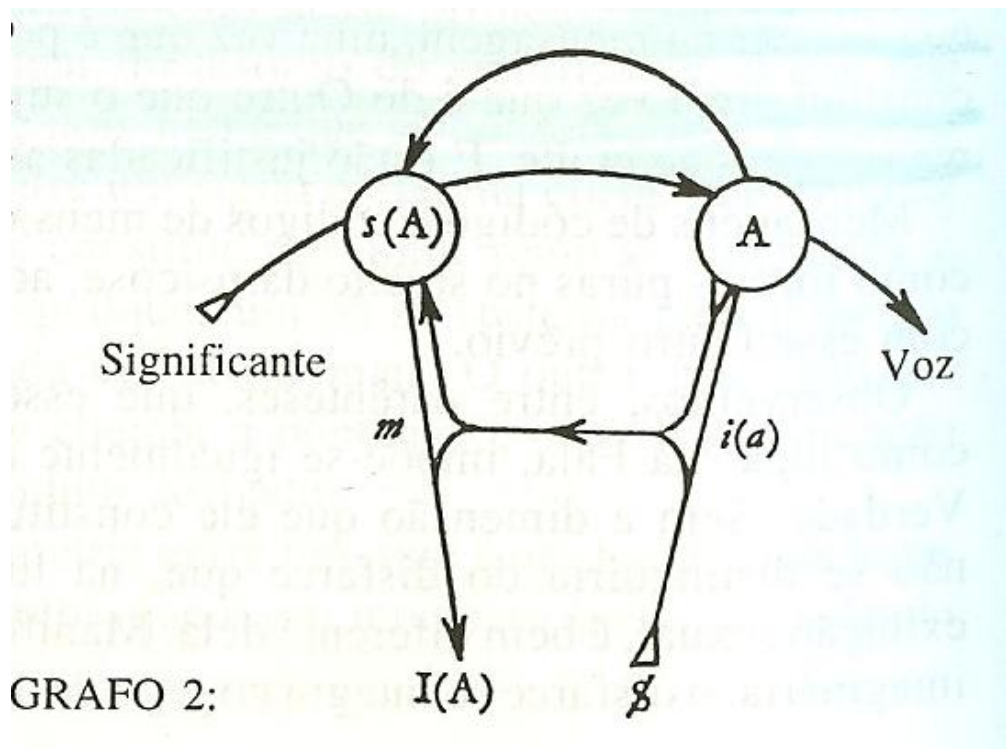


FIG. 8 – Grafo 02 – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:822.

Neste grafo, Lacan posiciona o sujeito barrado no início, pois a célula elementar do seu grafo é o encontro do sujeito com a linguagem, com a cadeia significante. No início está o sujeito que já se faz representar pela linguagem com um vetor em direção ao $s(A)$ passando por A , o tesouro dos significantes. Em $s(A)$ encontramos a pontuação que proporciona o efeito da significação retroativa, ou seja, apenas quando a frase chega ao seu final que ela dá sua significação. Nas palavras de Lacan:

Ali se articula o ponto de basta pelo qual o significante detém o deslizamento da significação, de outro modo indefinido [...]

“Desse ponto de basta, encontrem a função diacrônica na frase, na medida em que ela só fecha sua significação com seu último termo (efeito retroativo). Mas a estrutura sincrônica é mais oculta e é ela que nos leva à origem. É a metáfora como aquilo em que se constitui a atribuição primária. [...] á criança, de um só golpe, desvincula a coisa de seu grito, eleva o signo à função significante e eleva a realidade à sofisticada da significação.” (Lacan, 1998, p. 820).

Vemos aqui uma operação de entrada na linguagem que tem como efeito uma perda definitiva, uma perda de ser. Com o advento da linguagem o sujeito perde ser, perde gozo, para se alienar na linguagem e viver no mundo dos significantes. No momento em que a criança, de um só golpe, desvincula a coisa de seu grito, nesse momento de rasgo, fica marcada a perda definitiva de ser, pois o grito já é tomado pelo Outro como significante.

Seguindo. Temos então o campo do Outro, o tesouro dos significantes, já fundado a partir do encontro com a cadeia significante. Mas a resposta da pergunta sobre como o sujeito nasce ainda está por vir e certamente tem algo a ver com o recalque originário e o traço unário na medida em que o sujeito arrancado do Outro toma um traço significante do Outro para sustentar seu eu. É nesta medida que o fantasma é uma imagem para sustentar o *moi* (eu, em francês):

“A quadratura desse círculo, para ser possível, exige somente a completude da bateria significante instalada em A, que simboliza, por conseguinte, o lugar do Outro. Essa quadratura é impossível, no entanto, mas unicamente pelo fato de que o sujeito [do inconsciente] só se constitui ao subtrair-se dela e ao descompletá-la essencialmente, por ter, ao mesmo tempo, que se contar ali e desempenhar uma função apenas de falta. Tal operação em Freud é chamada de recalque originário, pelo qual o sujeito encontra seu lugar no inconsciente recalcado” (Lacan, 1998, p.821).

Lacan aponta, com a citação acima, a descompletude do Outro ao subtrair o sujeito de seu campo, dos significantes que constituem esse Outro: “O tempo do advento do sujeito no campo do Outro corresponde ao dessa extração significante, que anula a onipotência do Outro” (Seganfredo, UNB, 2003). Com a extração do sujeito do campo do Outro a castração do Outro está exposta, levando o sujeito a construir uma ficção sobre o que ele é, pois é lá, no furo, deixado pela extração do sujeito do campo do Outro, que é o lugar do sujeito. Para lidar com este furo, o objeto *a*. Falaremos sobre isto mais tarde:

“Tomem apenas um significante como insígnia dessa onipotência, ou seja, desse poder todo em potência, desse nascimento da possibilidade, e vocês terão o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu” (Lacan, 1998, p.822).

O ideal do eu é sustentado por um significante do Outro que passará a sustentar as identificações do sujeito. A imagem do sujeito depende da função significativa do ideal. Ou o sujeito vai ficar preso no $i(A)$, na imagem absoluta do Outro, ou ele vai até o $s(A)$ e recebe do Outro os significantes que o identificam. O *eu* é uma instância sem rosto, buscando uma imagem que o defina a partir dos significantes do Outro. Desta forma, o *eu* fica atrelado ao círculo infernal da demanda, necessitando de um significante do Outro que o defina como uma imagem.

GRAFO 3:

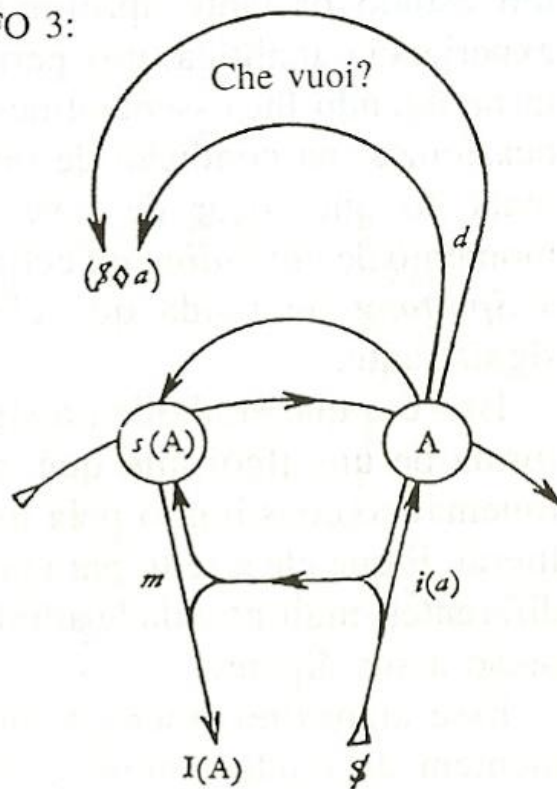


FIG. 9 – Grafo 03 – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:829.

O grafo 3 é representado como um ponto de interrogação e serve bem para demonstrar onde se situa o desejo na constituição psíquica do sujeito. O *Che vuoi?* de Lacan é a pergunta fundadora do psiquismo. Pergunta hipotética sobre o que o Outro deseja, como uma forma do sujeito saber algo sobre sua verdade, sobre o que ele é para este Outro que o constitui:

“É esse patamar superposto da estrutura que levará nosso grafo (Grafo 3) à sua forma completa, por aí se introduzir, antes de mais nada, como o desenho de um ponto de interrogação plantado no

círculo de A maiúsculo do Outro, simbolizando com uma homografia desconcertante a pergunta que ele expressa” (Lacan, 1998, p.830).

Essa pergunta fundadora do desejo do sujeito se sustenta na pergunta sobre o que o Outro deseja, mas não sobre um desejo qualquer, mas sim, sobre o que o Outro deseja para o sujeito. Poderíamos expressar da seguinte forma: O que desejas de mim? O que queres de mim? Com esta pergunta o sujeito se inclui na demanda e coloca o desejo como única herança do Outro. Esta pergunta fundamental implica em um já descolamento do sujeito do campo do Outro, de sua queda, como propõe Lacan. Porém, jamais haverá resposta exata sobre o que o Outro deseja, apenas uma ficção ou, se quisermos, o matema da fantasia, ponto de chegada do sujeito ao final do grafo 3. O matema da fantasia é o ponto de chegada do sujeito quando interrogado sobre a incidência do desejo do Outro nele. O matema é uma resposta a esta pergunta.

Com estes três grafos, ainda faltando o último e completo grafo do desejo podemos situar algumas questões acerca do nosso trabalho e sobre o qual repousa a ideia central de nossa tese, a saber, que a psicanálise com crianças ou o trabalho psicanalítico de constituição psíquica tem como proposta a constituição do fantasma em análise, nos casos em que o fantasma fracassa, levando o sujeito a não possuir o fantasma constituído ou a não poder disponibilizá-lo quando necessário.

Se o sujeito se constitui a partir dos significantes do Outro, se ele cai do Outro, será que estaríamos falando de uma encarnação deste Outro numa mãe sustentando um saber sobre o sujeito? Este saber poderia estar representado no discurso do mestre onde o matema da fantasia encontra-se abaixo das barras no lugar da verdade e do produto. Este discurso é o que possibilita a entrada do sujeito na linguagem, como sugere o Grafo I, introduzindo a matriz simbólica que banha o sujeito de linguagem. É esta matriz simbólica que, por sua vez, com o ancoramento do significante Nome-do-Pai, gerencia toda a matriz edípica do sujeito

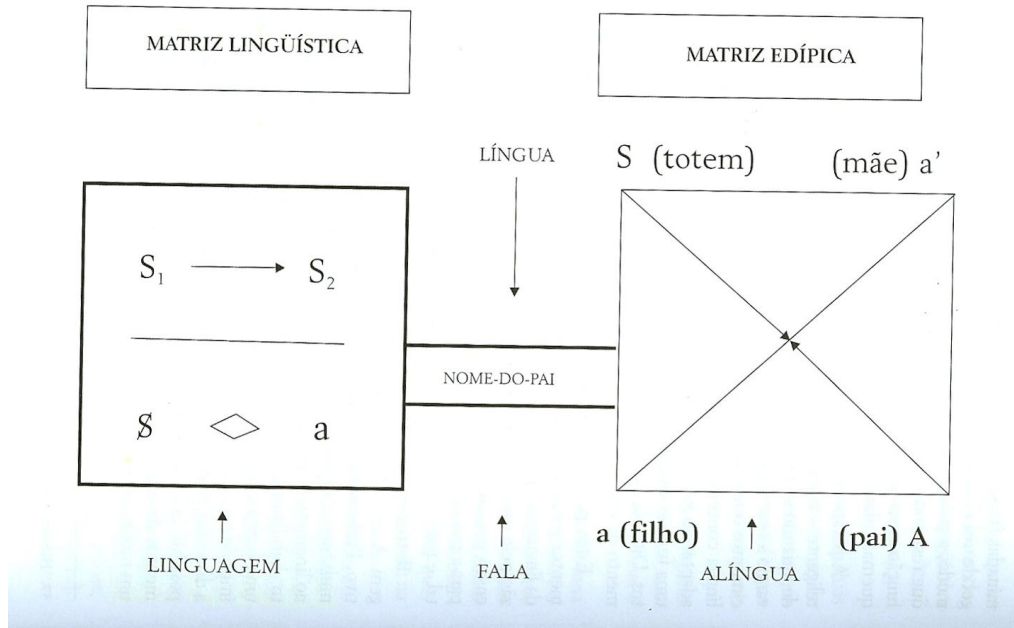


FIG. 10 – Matrizes Linguísticas.(grifo nosso). Jerusalinsky, A. Saber falar. Como se adquire a língua? Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2008:142.

Por mais que Lacan encontre na topologia e nos matemas uma forma de transmissão da psicanálise, esses lugares topológicos serão encarnados pelos objetos nas imediações do bebê humano, objetos humanos marcados por seu desejo, seu gozo, sua castração. A falta do Outro se refere ao desejo enquanto inscrição na mãe que, ao ser tomada como causa de desejo de um homem, posição feminina por excelência, cede ao penishneid, permitindo a operação metafórica do pai de impedir que a bocarra do crocodilo se feche e engula a criança, cristalizando-a no objeto que obtura a falta da mãe. O matema da fantasia necessita desse romance familiar para se constituir, desses personagens edípicos, desse outro semelhante que sustenta o Outro simbólico.

GRAFO COMPLETO:

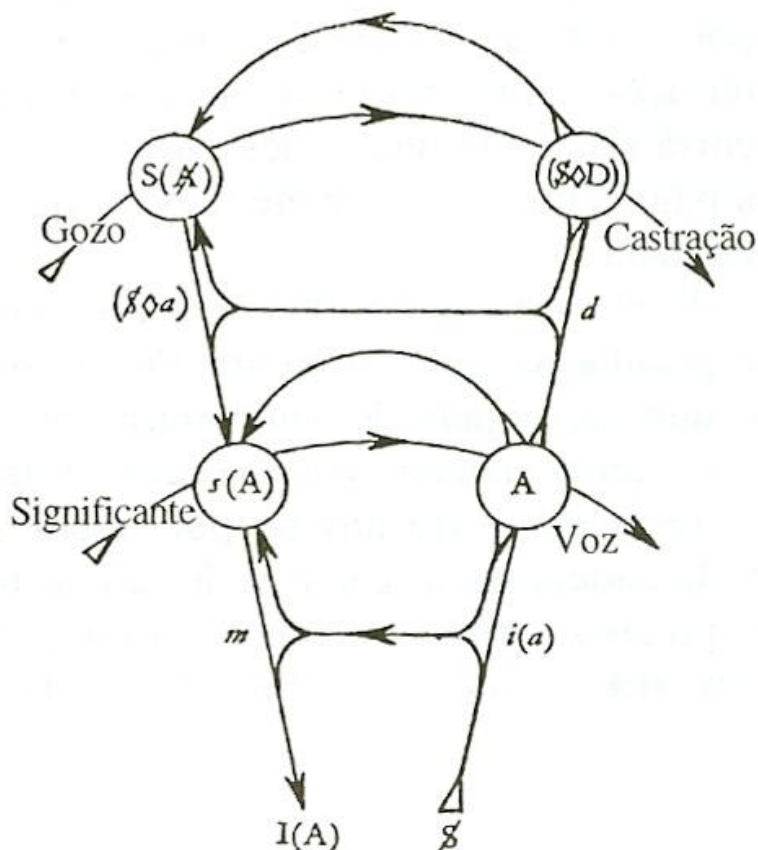


FIG. 11 – Grafo Completo – Lacan, J. Escritos. Ed. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998:831.

Voltando ao fantasma, agora com o grafo completo, temos um dado significativo sobre a constituição do fantasma, ou melhor, sobre seu fracasso. Caso o matema não se constituísse teríamos um sujeito com sérios problemas na constituição do *eu*, da sua imagem, pois como Lacan aponta no grafo completo, do matema da fantasia parte uma seta em direção ao $I(A)$, que interfere em $s(A)$, passando pelo *eu*, imagem do sujeito - m . Lacan nos diz que o matema da fantasia é constituinte do *eu*, que se o sujeito passar por todo o percurso até possuir sua imagem constituída, ele terá, inevitavelmente, que passar pelo fantasma. Por mais que o fantasma interfira na constituição do *eu*, o sujeito não é apenas a sua imagem especular.

Até agora tentamos demonstrar a origem do sujeito a partir de sua queda do campo do Outro, porém, o matema da fantasia não implica apenas o sujeito, mas também o objeto a que tem como função um tamponamento da falta em que o sujeito, ao cair, deixa como furo. A ideia do objeto a não está dissociada da noção de sujeito; na

verdade, só é possível falar em sujeito barrado em relação ao objeto que está articulado a este encontro do sujeito com a linguagem. Esta operação produz um resto que Lacan chama de objeto *a*: “O gozo ao ser situado no lugar do Outro, ou seja, ao passar pelo significante, é anulado, mas deixa um resto que ele escreve *a*” (Miller, 2005, p.220).

O sujeito, ao passar pela linguagem, sofre uma perda de gozo em seu ser, perda de ser para advir como sujeito, o que leva Lacan a considerar o sujeito da necessidade como mítico, pois a sua primeira posição é a de gozo, pois ele equivaleria ao que falta ao Outro. Aqui o sujeito é puro gozo do Outro, posição inicial; quando capturado pela linguagem, perde seu ser para advir como significante. Lembremos Freud quando diz que a palavra mata a coisa, das Ding, ou seja, a linguagem mata o ser, o ser de gozo. Em *O Seminário, livro 07, A Ética da Psicanálise (1959-60)* Lacan fala sobre a relação do sujeito com o objeto fundamental, o objeto que ele está construindo e chamará de objeto *a* mais adiante: “Não obstante, há aí uma tentativa de abordar as relações do sujeito com algo primordial, seu apego ao objeto fundamental, o mais arcaico, do qual meu campo, operacionalmente definido, do das Ding, confere o contexto.” (Lacan, 1988, p. 134).

A relação do sujeito com o objeto faz da entrada na linguagem o processo de significantização do gozo. Esse processo tem uma perda que Lacan nomeia de desejo, que, no grafo, é posicionado numa linha sustentando o matema do fantasma. Portanto, não é possível falar em fantasma fundamental sem falar em desejo, pois o desejo se realiza nas fantasias proporcionadas pelo fantasma.

4.1 O sujeito e o objeto – *Alienação e Separação*

Na primeira parte deste capítulo apresentamos as ideias de Lacan sobre o nascimento do sujeito, sempre a partir do encontro com a linguagem ocasionando uma perda definitiva de ser. Porém, para a consumação deste ato, o de causação do sujeito, Lacan enfatiza os processos de *alienação e separação* como constitutivos do sujeito, sem os quais não poderíamos falar em sujeito barrado pelo significante.

No texto “Posição Inconsciente” [1998(1960)] Lacan escreve alguns comentários sobre a alienação como início do processo de causação do sujeito, onde a alienação do sujeito é ao significante:

“Encontramos esse corte comandando as duas operações fundamentais em que convém formular a causação do sujeito. Operações que se ordenam por uma relação circular, mas, no entanto, não-recíproca. A primeira, a alienação, é própria do sujeito. Num campo de objetos não é concebível nenhuma relação que gere alienação, a não ser a do significante” (Lacan, 1998, p.854).

A segunda operação, a da separação, é considerada por Lacan o ponto de fechamento da causação do sujeito, sendo, portanto, fundamental para que o sujeito exista como efeito de linguagem representando um significante para um outro significante. A operação de separação é característica da estrutura neurótica, é ela que revela a própria estrutura, já que na psicose é esta separação que não ocorre, cristalizando o sujeito na posição imaginária de falo do Outro:

“Passemos à segunda operação, onde se fecha a causação do sujeito, para nela constatar a estrutura da borda em sua função de limite, bem como na torção que motiva a invasão do inconsciente. A essa operação chamaremos: separação. Nela, reconheceremos o que Freud denomina de Ichspaltung ou fenda do sujeito, e compreenderemos porquê, no texto em que Freud a introduz, ele a fundamenta numa fenda não do sujeito, mas do objeto (fálico, nomeadamente)” (Lacan, 1998, p.856).

Com as operações de *alienação e separação* Lacan articula estrutura, neurose, desejo, fantasia e angústia, colocando o fantasma como marca da estrutura neurótica, plena de realizações de desejos, tendo como função uma articulação entre real, simbólico e imaginário proporcionando um enquadramento da angústia (Lacan, 2005, p.85). O enquadramento é uma maneira eficaz de defesa contra a angústia. Citando o sonho do Homem dos Lobos:

“É o que acontece no sonho da observação do Homem dos Lobos. É por ser a fantasia pura, desvelada em sua estrutura, que esse sonho repetitivo adquire toda a sua importância e Freud o toma como central. Se essa observação tem para nós um carácter não esgotado e inesgotável, é por tratar-se, essencialmente, de uma ponta à outra, da relação da fantasia com o real. Ora, que vemos nesse sonho? O escancarar repentino – os dois termos são indicados – de uma janela. A fantasia é vista além de um vidro, e por uma janela que se abre. A fantasia é enquadrada”(IBIDEM).

Com isso Lacan evidencia que o conceito de fantasma está ligado ao objeto da angústia; não é sem objeto (Lacan, 2005, p.101), como ele mesmo nos diz e ainda aponta que o objeto do fantasma é o objeto *a*. Este, o objeto *a*, é um conceito que demorou mais de 10 anos para ser constituído com tal. Se ele tem seu ápice em *O Seminário, livro 10, A angústia (1963)*, desde *O Seminário Livro cinco As formações do Inconsciente (1958)*, Lacan já trabalha esta questão no seu esquema L, inicialmente desenvolvida nesta tese na parte anterior a este capítulo.

No Esquema L, (1958), Lacan trabalha o eixo imaginário como a-a', eixo constitutivo do sujeito, base de corte da metáfora paterna quando da incidência do Nome-do-Pai. O *a* do Esquema L é primeiramente lido como outro imaginário e só mais tarde sua vertente real é considerada. Porém, desde o Esquema L Lacan apresenta uma relação entre dois elementos heterogêneos: o *S* e o *a*.

Se na década de cinquenta Lacan apresenta suas primeiras ideias sobre o fantasma a partir de conceituação do objeto *a* em sua vertente imaginária, só após mais de uma década de trabalho o objeto *a* passa a ser considerado como objeto causa do desejo:

O que é a fantasia senão aquilo de que duvidamos um pouco, ein Wunsch, um anseio, e até, como todos os anseios, bastante ingênuo? Para exprimi-lo humoristicamente, eu diria que a fórmula da fantasia, *s/* desejo de *a*, pode ser traduzida nesta perspectiva: *a* de que o Outro se desvanece, desfalece diante do objeto que sou, dedução feita a partir do que vejo em mim (Lacan, 2005, p. 59).

O objeto *a* aqui ganha valor de causa de desejo e não mais de outro imaginário como no Esquema L de 1958, agora ele é desejo de *a*. E este *a*, no fantasma, restitui o ser perdido no momento de entrada na linguagem:

“O que funciona efetivamente no neurótico, no nível, que nele se encontra deslocado do objeto *a*? Qual é a realidade por trás do uso falacioso do objeto na fantasia do neurótico? Isso é suficientemente explicado pelo fato de ele ser capaz de transportar para o Outro a função do *a*. Essa realidade tem um nome muito simples – é a demanda. O verdadeiro objeto buscado pelo neurótico é uma demanda que ele quer que lhe seja feita. Ele quer que lhe façam súplicas. A única coisa que não quer é pagar o preço” (Lacan, 2005, p.62).

Podemos pensar com esta afirmação de Lacan que através da demanda o neurótico afirma-se como ser. A demanda em seu caráter significante confere ser ao sujeito. Diante da pergunta O que o Outro quer de mim, o *Che vuoi?*, o neurótico responde com uma afirmação de ser, ser batido como Freud propõe no “Bate-se numa criança” (1919), um título sem sujeito. A fantasia como axioma, como gramática, toma lugar à fantasia como cena.

Para finalizar este capítulo, onde os processos de causação do sujeito, *alienação e separação*, são seus representantes, cabe um último esclarecimento sobre a operação de *separação*. O termo *separação*, vindo em seguida do termo *alienação*, dá uma ideia de dois movimentos consecutivos. Primeiro, a *alienação* ao desejo do Outro e, segundo, uma *separação* a este próprio desejo. Ora, isso seria negar o desejo como desejo do Outro, máxima que Lacan defende até o fim de sua obra, o que de fato não acontece. A *separação* não é a saída da *alienação*, mas sim, uma operação que vem a confirmar a *alienação* como operação fundamental na constituição da fantasia e da neurose. Nas palavras de Lacan:

“Por essa via o sujeito se realiza na perda em que surgiu como inconsciente, mediante a falta que produz no Outro, de acordo com o traçado que Freud descobriu como sendo a pulsão mais radical, e que ele denominou de pulsão de morte. Esse é o fim da operação” (Lacan, 1998, p.857).

Na página seguinte deste mesmo texto “Posição do Inconsciente” [1998 (1960)], Lacan confirma a *separação* como retorno à *alienação* e não como saída dela. Falando sobre o sujeito arrancado do Outro numa tentativa de preencher, não a falta que o sujeito deixa escancarada no Outro, mas sim, a sua própria, Lacan sublinha:

“O que ele coloca aí é sua própria falta, sob a forma de falta que produziria no Outro por seu próprio desaparecimento. Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária. Mas o que ele (o sujeito) assim preenche não é a falta que ele encontra no Outro, e sim, antes, a da perda constitutiva de uma de suas partes. Nisso reside a torção através da qual a separação representa o retorno da alienação. É por ele operar com sua própria perda, a qual o reconduz a seu começo”. (Lacan, 1998, p.858).

A *separação*, portanto, faz parte do que Lacan chama de processos de causação do sujeito, fechando o ciclo que posiciona o sujeito como determinado ao desejo do

Outro, ligando o sujeito barrado com o objeto *a*. A *separação* é o processo que torna possível esta relação do sujeito com o objeto, constituindo, assim, o fantasma reproduzido no matema. Isso é muito importante no texto lacaniano, ao ponto de evidenciar uma estreita relação entre a operação de *separação* e o Nome-do-Pai. Sabemos que a psicose é fruto da forclusão deste significante, que tem como efeito a não operabilidade da operação de *separação*. A forclusão do Nome-do-Pai impede a operação de *separação* concluir seu ciclo, deixando o sujeito alienado ao Outro, porém, sem ter o Nome-do-Pai como o significante que amarra os três registros, o quarto anel como Lacan trabalha em *O Seminário, livro 23 O sinthoma* (2007). Colocando o complexo de Édipo como um sintoma Lacan afirma: O complexo de Édipo é, com tal, um sintoma. É na medida em que o Nome-do-Pai é também o Pai do Nome, que tudo se sustenta, o que não torna o sintoma menos necessário (Lacan, 2007, p.23).

Essa ideia, a do complexo de Édipo como um sintoma, será bastante explorada no capítulo da clínica psicanalítica com crianças a partir da noção de Édipo sustentada por Lacan neste seminário. Durante toda a tese sustentamos que o complexo de Édipo é o divisor de águas entre as estruturas, principalmente entre a neurose e a psicose e que a fantasia é decorrente dele, cicatriz do Édipo, como nos diz Freud em “Bate-se numa criança” de (1919). Para tanto, apresentamos a proposta de que a metáfora paterna seria o equivalente em Lacan do Édipo freudiano, pois leva o sujeito de uma posição de um puro objeto de gozo a uma posição de sujeito entre significantes, ligando-se a um objeto específico, o objeto *a*, constituindo, assim, o matema da fantasia.

Defendemos também que existem condições específicas para que este matema seja construído no processo de estruturação psíquica, como por exemplo, a consistência do Outro numa matéria, um Outro corporal, com um desejo não-anônimo endereçado para um Outro também corporal, o pai como homem. Homem que faz parte da metáfora paterna apontando a necessidade da diferença entre os sexos comparecer no desejo da mãe. Desejo este que não se apresenta apenas pela via do coito, mas sim, do reconhecimento que algo falta a ela para que um sujeito seja constituído. Apontar um homem como parte fundamental da metáfora paterna não obriga a mulher a estar numa posição heterossexual.

Para finalizar, já apresentando as ideias do próximo capítulo, defenderemos a noção de um Outro corporal, apresentando a necessidade das funções materna, paterna e

analítica serem encarnadas em seres da mesma espécie que o bebê humano, apontando a estruturação psíquica como efeito das relações humanas e onde o Outro corporal sustenta a linguagem que engendrará o sujeito a advir.

Por fim, já gostaria de trazer uma citação de Marco Antônio Coutinho Jorge que evidencia bem a relação do fantasma com o corpo pulsional, mostrando claramente a relação do sujeito com o objeto *a*:

“A fantasia sexualiza a pulsão de morte e oferece a ela, através dessa sexualização, a erogeneização dos orifícios corporais, que são precisamente regiões privilegiadas de troca com o Outro e sobre as quais a demanda do Outro incide”(Jorge, 2003, p.34).

A relação entre corpo e significante, estabelecida na operação de *alienação* a partir da perda do gozo mítico, sujeito a advir preexistente ao campo do Outro como ser, terá a marca da *alienação*, que opera a perda de ser, para emergir como um sujeito no campo da linguagem. Uma vez que o sujeito tenha operado esta perda, que se dá pela *alienação*, ele estará em construção de seu fantasma, construção que terá seu fim na operação de *separação*, onde há um retorno da *alienação*, agora com o sujeito ligado ao objeto que vem do Outro corporal que apresenta a linguagem ao sujeito se mostrando como incompleto a partir de seus buracos, regiões privilegiadas de trocas com o Outro.

Diana Rabinovich (2000) finaliza bem toda esta discussão sobre o fantasma e a relação entre sujeito e objeto *a*, efeito da operação de *separação* que vem a posicionar o sujeito frente ao desejo do Outro:

A separação é concomitante à cristalização da fantasia. A separação implica uma posição ativa do sujeito a respeito de sua perda. Ao brincar com a perda do que ele é como objeto causa para o Outro, o surgimento do desejo do Outro fará deste o lugar onde a fantasia se instalará, reunindo o produto *alienação*, o *s /*, com o *a*, produto da separação (Rabinovich, 2000, p.138).

Desta forma fica apresentado de maneira simples o fantasma lacaniano, aquilo que Lacan elaborou ao longo de seu ensino. Digo simples porque Lacan utiliza de vários elementos para demonstrar de maneira aprofundada sua concepção de sujeito em sua relação com o objeto *a*. Lacan utiliza gráficos, imagens, fórmulas matemáticas, pinturas, quadrângulos e outros a fim de aprofundar aquilo que Freud iniciou com o tema da fantasia.

Exemplos como o cross-cap, a banda de Moebius, o resto-disco, a teoria dos conjuntos, o grupo de Klein, a lei de Augustus de Morgan, a pintura de Tiepolo sobre o martírio de Santa Agata, o quadro de Zurbarán e o de Rene Magritt, todos eles foram utilizados com a finalidade de apresentar o sujeito do inconsciente em relação com o objeto *a*.

Desde *O Seminário, Livro cinco, As Formações do Inconsciente (1958)*, onde o sujeito era tomado em sua vertente imaginária, até os *Seminários livros 14 e 15 A lógica da fantasia e O Ato psicanalítico (1966-67-68 inédito)* onde apresenta seu quadrângulo posicionando o sujeito numa dupla negação ou não penso ou não sou, onde o sujeito escolhe ser para não pensar, Lacan elabora sua concepção do fantasma elevando-o ao estatuto de um conceito, diferenciando o fantasiar freudiano, devaneio, do fantasma proposto por ele.

PARTE 2: A clínica psicanalítica com crianças

CAPÍTULO V – Estruturação e desenvolvimento

Iniciando a discussão sobre a clínica psicanalítica com crianças e a operabilidade dos conceitos fundamentais pela psicanálise, a fim de obter uma inscrição do fantasma no psiquismo do neonato, faz-se necessária a diferenciação e o esclarecimento dos conceitos de estruturação e desenvolvimento.

Este capítulo apresentará dois conceitos fundamentais da clínica psicanalítica, principalmente da clínica que decide tratar de crianças ao longo do desenvolvimento. Por mais que todo conceito teórico seja de grande utilidade a qualquer psicanalista, aquele que recebe uma criança, certamente, fará uso destes conceitos no momento do diagnóstico. Diagnóstico que permanecerá aberto, devido ao caráter não decidido das estruturas clínicas na infância.

Costuma-se dizer que a psicanálise não é uma teoria da sexualidade e nem da infância. Esse campo, do desenvolvimento, estaria inserido no âmbito da psicologia que trata das diversas fases do desenvolvimento, utilizando como suporte as ideias de Piaget, Vygostky, Wallom e outros. O campo de interesse da psicanálise é o campo do gozo e da linguagem do inconsciente: “É importante lembrarmos, inicialmente, que a psicanálise não se constitui em uma teoria sobre a infância, mas sobre o inconsciente e o gozo.” (Cirino, 2001, p.49).

Parece, então, que um psicanalista não estaria interessado na formação da consciência assim como um psicólogo não voltaria sua atenção para as formações do inconsciente. Pois bem, na clínica com crianças, esse privilégio só é possível na neurose, pois o sujeito se estrutura ao mesmo tempo em que seu corpo se desenvolve, por mais que não exista relação direta entre estes dois conceitos. É fundamental ressaltar que no caso do autismo e da psicose não existe correlação entre a estruturação e o desenvolvimento, mas sobre isto dedicaremos um capítulo inteiro (sobre a clínica do autismo) no final da segunda parte deste trabalho.

De qualquer maneira, este capítulo tem o objetivo de articular dois conceitos psicanalíticos que considero fundamentais para a clínica com crianças: o conceito de narcisismo, onde a perspectiva desenvolvimentista está presente, e o estágio do espelho, onde a estruturação imaginária do eu se encontra em vigor.

Começaremos com a diferenciação entre desenvolvimento e estruturação para introduzir algumas ideias anteriores aos conceitos propostos neste capítulo. Recorreremos ao livro de Alfredo Jerusalinsky *Psicanálise e desenvolvimento infantil* (1999). No capítulo sobre desenvolvimento e psicanálise Jerusalinsky afirma: “O que estou tentando sublinhar é que na questão do desenvolvimento aparecem inevitáveis recortes, precisamente porque o que se desenvolve são as funções e não o sujeito” (Jerusalinsky, 1999, p.23).

A diferença entre sujeito e eu é bastante cara para a psicanálise e deve a Lacan seu maior mérito. É Lacan quem destaca do texto de Freud a noção de sujeito do inconsciente, operando uma radicalidade, até então não efetivada pelos pós-freudianos, onde a máxima é que o sujeito não é o eu.

Freud, ao introduzir o conceito de inconsciente, descentra o sujeito e subverte a concepção da subjetividade proposta por Descartes, que posiciona o sujeito na ordem do pensamento: “Penso, logo existo”. A máxima proposta por Descartes determina um sujeito absoluto, com a consciência clara e adequada em si mesmo, estabelecendo o fundamento do conhecimento e da ação. O texto freudiano desloca este centro reposicionando a subjetividade para outro campo, onde o conflito psíquico representa o encontro das forças inconscientes e suas representações sintomáticas na consciência e no corpo.

Em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960), Lacan vai propor a célebre definição do sujeito a partir da articulação significativa, ou seja, como aquilo que é representado por um significante para outro significante (Lacan, 1998, [1960], p.819). O sujeito do inconsciente possui em seu conceito uma articulação ao significante sem o qual não poderia ex-sistir. Lacan nomeia o sujeito do inconsciente com alguns adjetivos que sublinham seu caráter real, em oposição ao eu em seu aspecto imaginário. O sujeito lacaniano é ex-cêntrico, pois se encontra entre dois significantes. É, também, definido como existindo fora, existência, fora da cadeia significativa, marcando seu caráter absolutamente real, porém, articulado à cadeia significativa:

“O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cindê. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro

significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta” (Lacan, 1999, [1964],p. 849).

A noção de um sujeito real em oposição a um *eu* imaginário como propõe Lacan, delimita a estruturação psíquica como o campo próprio da psicanálise. Portanto, a psicanálise não pode ser considerada uma teoria do desenvolvimento, pois o inconsciente não se desenvolve, ele se estrutura como uma linguagem.

A partir da máxima lacaniana de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não mais se poderia pensar numa psicanálise desenvolvimentista, mas sim, uma psicanálise estruturalista, pois seu campo de atuação é o inconsciente e o gozo.

Retomando a ideia inicial deste capítulo, o desenvolvimento infantil e a psicanálise, e sem perder o foco, que é o narcisismo e o estágio do espelho, conceitos do capítulo seguinte, temos que introduzir alguns itens que valerão muito para as ideias defendidas nesta tese. A primeira noção, que já foi colocada, demonstra a diferença entre desenvolvimento e estruturação. Porém, por mais que estes conceitos demarquem campos diferentes, na clínica com crianças eles se entrelaçam, ou melhor, não é possível falar em desenvolvimento das funções do corpo, como sugere Jerusalinsky, sem ligação com a linguagem que estrutura o sujeito:

“Assim, por exemplo, a organização do tônus muscular não depende somente de sinergias e automatismos neurofisiológicos, mas sim, do tipo de tratamento que o Outro na posição materna outorgue aos estímulos internos que assediam a criança. Destacados psicomotricistas como A. Lapière e B. Aucoturier, P. Voyuer e outros, assinalaram como decisiva a intervenção do Outro na possibilidade de uma efetiva maturação harmônica do tônus muscular. Em outra direção, mas convergindo neste conceito, J. Ajuriaguerra assinalou a importância do ‘diálogo tônico’, ou seja, a necessidade, para que se opere um desenvolvimento neste campo, de que a mãe signifique no campo da linguagem (dimensão especificamente psíquica) o que o bebê manifesta em suas variações tônico-musculares” (Jerusalinsky, 1999, p.24).

A linguagem que antecede o sujeito é a mesma que antecede o organismo. O Outro ao qual se refere Lacan, como tesouro dos significantes, está ali à espera do organismo que chegará atolado em suas pulsões parciais, num ritmo pulsional que varia da tensão orgânica ao apaziguamento da mesma e que terá como objetivo maior a transformação deste puro organismo em um corpo-linguagem, um corpo que não é apenas biológico, mas sim, um corpo significantizado.

Este Outro com maiúscula, lugar simbólico, só produzirá seus efeitos simbólicos se for encarnado pelos personagens que farão parte do cenário edípico do bebê, pois seu desejo na posição estratégica da constituição psíquica marca a diferença entre uma filiação legítima ou um cuidado meramente higiênico-hospitalar. É esta a ligação entre o desenvolvimento e a estruturação, onde esta última sustenta a captura do corpo pela linguagem, promovendo o desenvolvimento das funções motoras, de fala e etc.

A psicanálise sabe muito bem que a encarnação das funções parentais não se limita apenas ao processo de estruturação psíquica, ao estágio do espelho como formador da função do eu ou à metáfora paterna como operação de salvamento do infans do lugar de falo imaginário da mãe, mas acima de tudo, a encarnação das funções parentais produz, com a insígnia do desejo dos personagens, a aquisição das funções de desenvolvimento do corpo. Essa ideia é absolutamente inovadora, tendo apenas a psicanálise como o saber autorizado a manejar sua operabilidade clínica, pois é ela quem considera o inconsciente e sua relação com a linguagem como parte da vida psíquica do homem. Como forma de demonstrar esta relação entre desenvolvimento e estruturação a partir da encarnação das funções parentais citamos, novamente, Jerusalinsky:

“Ao contrário, no ser humano, e para melhor ilustrar nos referimos ao bebê, as coisas desta ordem estão completamente indefinidas. O campo instintivo fica reduzido aos ritmos biológicos e, como tal, não recorta nenhuma fonte corporal tensionada para nenhum fim. Menos ainda poderá definir qualquer objeto que se lhe possa veicular. É precisamente tal insuficiência que deixa espaço para uma dimensão psíquica: a pulsão como representante do biológico (Triebreprezentaz). Mas esta, para articular-se como representante, requer a interferência do semelhante que, no caso do humano, não se apresenta como imago recíproca a uma tal preestabelecida, mas sim como quem vem a trabalhar esse mal-estar do bebê na delimitação de uma fonte (corporal, quelle), direcionar sua força (drang), articular a posição do objeto (objektrepresentanz), em relação a um fim (zieivorstellung). Por isso, o papel do semelhante não é puramente imaginário, como no caso das outras espécies animais, mas é significante. Inclusive esse imaginário, no humano, dependerá do outro, por que de acordo com que o Outro deseje, o que psicologicamente se constituirá como imago do objeto faltante será essencialmente diferente. Ocorre que frente a um Real que o arrasta para um mal-estar de lugar vazio de objeto, a única possibilidade que se oferece ao bebê é desejar o que o Outro deseja nele (por isso o engendrou). Outro que, então, não opera uma imagem sobre ele, mas sim um discurso. E esta a dimensão na qual o semelhante não se oferece tão somente como imagem especular, oferece-se sim referido a outro lugar: o lugar desde onde esse semelhante procura incessantemente recobrir o que no Real permanece sempre aberto, a saber: o objeto. O outro primordial, a mãe, faz, neste sentido, um verdadeiro esforço: toma o peito como dom, o cocô como presente, a

voz como chamado, o olhar como interpelação. Costura e recobre o que incessantemente aparece como abertura: a insuficiência (normal) de sua criança, a queda incessante dos buracos que no corpo se oferecem e a chamam para serem preenchidos. Esses buracos, lugares de entrada e saída, portam as marcas simbólicas que a mãe inscreve neles, desenhando assim, a borda do objeto que essencialmente permanecerá vazio (ao menos que a psicose o preencha), precisamente oferecendo seu lugar à interminável busca que nele se inaugura” (Jerusalinsky, 1999, p.26).

Esta citação merece alguns comentários, pois ela condensa, num só parágrafo, muitas das ideias defendidas nesta tese. Primeiro, ela vem articular desenvolvimento e estrutura, ofertando um saber inovador a todos os campos que trabalham direta ou indiretamente com o desenvolvimento infantil, por exemplo, a fonoaudiologia, a pedagogia, a psicologia, a medicina, a psicomotricidade e outros. O saber inovador é a estruturação do sujeito.

Segundo, Jerusalinsky defende o posicionamento da mãe não como um aspecto imaginário, mas como significante. Ele agrega três fatores fundamentais: a posição estratégica do lugar materno, os cuidados dispensados ao bebê e o desejo desta mãe, encarnação do Outro, como única saída possível ao bebê frente ao terror da psicose, que poderia acontecer caso o bebê venha a preencher a falta fálica desta mãe. Pensando esta citação a partir das ideias de Freud, teríamos bebê = pênis, ou com Lacan, bebê = falo imaginário da mãe sem a incidência do deslocamento proposto pela metáfora paterna.

Seria equivocado supor que o autor desta citação estaria apontando a *alienação* ao desejo do Outro como única saída possível ao sujeito? Seria errado supor que é a mãe que teria que articular os quatro objetos da pulsão: seio, fezes, olhar e voz? Seria errado supor que a neurose estaria sendo apontada como estrutura normal e a psicose como a impossibilidade de se ofertar esta normalidade? Seria errado supor que a constituição psíquica está diretamente ligada ao que vem do Outro? Seria errado supor que esta citação evidencia que a psicanálise não é um saber estéril e que deve levar em consideração, principalmente quando se atende crianças, a inclusão dos pais no tratamento de seus filhos?

Para responder a essas perguntas, que já foram iniciadas por Freud e Lacan, sem o que esta articulação não seria possível, vamos citar e comentar a conclusão daquele texto para que fiquem claras as ideias aqui defendidas. As primeiras quatro conclusões:

“O desenvolvimento do bebê humano não opera por simples automatismo biológico” (Jerusalinky, 1999, p. 28-29).

“Os estímulos externos não são o motor do seu desenvolvimento” (Ibidem).

“Seu corpo não se organiza por suas funções musculares ou fisiológicas, mas sim pelas marcas simbólicas que o afetam” (Ibidem).

“Essas marcas simbólicas bordejam o que nos buracos do corpo escavou o objeto falante, remodelando tais buracos como contornos fantasmáticos (significantes que anulam o real). Essas séries significantes se organizam como sistemas (visual, auditivo, fonatório, motor, hábitos e etc.) que tendem a se manter estáveis na medida em que cada marca simbólica tende a se manter em seu lugar (cada significante faz resistência a seu deslocamento)” (Ibidem).

Essas primeiras quatro citações referem-se à impossibilidade de conceber um desenvolvimento separado da constituição psíquica. Elas acusam a ideia reducionista de um corpo puramente genético onde os órgãos agiriam por si só e ainda sustentam a linguagem como motora deste mesmo desenvolvimento.

A quinta conclusão traz os efeitos do significante no campo psicopatológico, especificamente no autismo, sugerindo uma ligação escópica, justamente o que falha no autismo, a partir do objeto causa de desejo que se apresenta no olhar do Outro que o constitui:

“A reemergência constante da falta de objeto, por não haver nenhum que resolva definitivamente a carência originária e a distância ao Outro (em cujo olhar a criança se reconhece), mobiliza a criança mobilizando suas possibilidades no motor e organizando sua percepção em uma seleção simbólica. O olho errante do autista pode se deter quando o que o Outro olha torna-se significante para ele” (Ibidem).

O que significa dizer que o olhar do autista se detém quando o que o Outro olha torna-se significante para ele? Podemos pensar que o que o Outro olha não é a criança, mas sim algo que representa que lhe falta algo. A criança olha o olhar desejante do Outro, fenda fundamental para a pergunta sobre o desejo do Outro. A abertura que se apresenta no encontro do olhar da criança com o para-além do desejo do Outro, para-além do bebê, é o que possibilita toda criança olhar, não apenas a autista. O que o autor propõe é que a mãe deseje e que seu desejo não se reduza à criança. É aqui que

podemos situar toda a problemática edípica da mãe no momento em que seu desejo encontra um homem para dar vida a um novo humano.

A sexta conclusão diz respeito à memória onde a marca do significante possibilita o intercâmbio de tempos e acontecimentos. A memória deixa de ser acumulativa e passa a ser dinâmica e retroativa:

“A memória não está em função puramente acumulativa, senão que nela trabalha o deslizamento significante intercambiando os tempos e os acontecimentos. Dando assim lugar aos fenômenos de ‘apres-coup’ (ressignificação por efeito de uma intersecção significante, a priori ou a fortiori) (Ibidem).

A sétima conclusão é emblemática, podendo ser considerada um dos pilares de toda a discussão sobre desenvolvimento e estrutura. Ela resume num parágrafo o que levamos capítulos para explicar e, certamente, defende a ideia de um desenvolvimento onde a constituição psíquica que visa um sujeito desejante é o objetivo final: “O que marca o ritmo do desenvolvimento é o desejo do Outro que opera sobre a criança através de seu discurso. O maturativo se mantém apenas como limite, mas não como causa.” (Ibidem).

Dizer que o ritmo que marca o desenvolvimento é o desejo do Outro é o primeiro ponto importante dessa citação. O autor refere-se claramente aos processos de *alienação e separação como determinantes* ao desejo Outro, afirmando que o desenvolvimento está diretamente ligado a ele. Poderíamos pensar nas causas motoras (Hipo ou hipertonia) ou psíquicas (olhar, a resposta à convocação do Outro) caso estas operações de causação do sujeito não se efetivem e o bebê, no lugar de portar um sintoma sobre a verdade do casal parental, sintoma já articulado à metáfora paterna, seria o próprio objeto tamponador do desejo materno.

Na clínica, isto poderia aparecer num fragmento de um caso de um bebê de dez meses de vida, cuja cabeça não se sustentava no corpo além de não apresentar desejo algum em ficar em pé. Na primeira sessão das duas, a mãe posiciona a criança na cadeira ao lado da sua, de frente para o analista. Conta que no quinto mês de gravidez seu marido, pai da menina, pede a separação alegando não mais amá-la e que tal notícia fez com que ela sentisse que sua barriga parou de crescer. Neste momento ela levanta da cadeira se dirigindo para a janela, deixando a filha sozinha na cadeira sem nenhuma

proteção. Tomado de susto o analista se levanta em direção à criança e diz para a mãe: - Ela pode cair. A mãe responde sorrindo: - Cai não. Está vendo que ela não sai do lugar.

Ao longo da análise da mãe a mesma relata não conseguir olhar e brincar com a filha, o que causava o olhar desanimado e a falta de desejo deste bebê em sair andando mundo afora, em largar esta mãe. As sessões seguintes passaram a ser com a mãe e o bebê em pleno trabalho de estimulação precoce, ou se quisermos falar de outra maneira, um trabalho de constituição psíquica, onde o “desejo do analista”, reposicionando o bebê na subjetividade materna, operava a condução da cura.

O olhar e o motor caíram quando o desejo do Outro não capturou aquele organismo, não possibilitando a oferta de unicidade da imagem corporal nem a construção da pergunta fundante do psiquismo: O que o Outro deseja? Os processos de causação do sujeito estavam em risco e, conseqüentemente, todo o cenário edípico que deveria ser constituído a partir desta causação.

Este fragmento de caso clínico serve de matéria prima para ilustrar o que esta tese se propõe a defender, a saber, que a psicanálise com crianças visa a constituição psíquica em que a fantasia é seu ponto mais nobre. O que se colocava em risco naquela criança era a possibilidade de uma psicose ou de um autismo como forma de funcionamento, pois os indicadores destas patologias já estavam em vigor. Aqui está o que Lacan chama de a criança como objeto *a* da fantasmática materna.

Outro recorte clínico, desta vez articulado à metáfora paterna, onde uma fobia importante estava em andamento, diz respeito a uma criança de três anos que não queria ir à escola devido a um medo tremendo de cachorros. A mãe era casada com um homem quase trinta anos mais velho do que ela, o pai do menino, e reclamava muito sobre o desinteresse sexual de seu marido após o nascimento da criança. Ainda nas primeiras sessões com a mãe, ela se lembra de uma fantasia que a invadira na época do nascimento de seu filho e que tinha como efeito o contrário do que ela havia afirmado sobre a queda do desejo sexual de seu parceiro, pois a cada investida dele para a concretização do ato sexual, ela fantasiava estar traindo o filho e, com isso, recusava o desejo sexual do marido.

Por se tratar de uma fobia o apelo ao pai já estava articulado e, portanto, o Édipo também. “O sintoma da criança como verdade do casal familiar” (Lacan, 2003, p.369),

não ameaçava a engenharia edípica já em plena construção, porém, limitava o maior alcance do desenvolvimento e das aquisições de linguagem que esta criança poderia obter. Seu sintoma já se tornara uma inibição da função locomotora e o campo social se restringia significativamente, prejudicando as relações sociais, a aprendizagem e outros pontos que compõem o desenvolvimento infantil.

Retomando as conclusões deste precioso texto, a oitava já inicia uma ligação entre a imagem corporal que será apresentada no estádio do espelho e o desejo de querer conhecer, ambos articulados à demanda do Outro:

“O Outro, que por um lado oferece à criança uma imagem em que se reconhecer (Moi), ao mesmo tempo interrompe esta identificação ao se perguntar pelo destino desta (aceita ou não saber sobre esta criança). Neste vai e vem entre o (Je) e o mim (Moi) báscula a auto-imagem. Movimento pendular entre um saber imaginário e a ignorância radical que o afeta; oscilação que lhe causa angústia. A angústia necessária para agressivizar sua relação ao Outro e tentar se apropriar de suas insígnias e seus significantes. Isto transforma a criança a partir da passividade e da indiferenciação inicial, até a postura de querer conhecer. É assim que penetra no mundo, armada de interrogações acerca do que aparece como um buraco cheio de promessas, cujo cumprimento demanda em Outro (Ibidem).

O querer conhecer, citado acima, deriva de uma agressividade na relação com o Outro, que oferta uma imagem, mas não uma imagem completa, perfeita. É esta falha que leva o sujeito a rivalizar com o Outro e buscar nele o que lhe falta. Busca sempre motivada pela angústia devido ao reconhecimento de sua incompletude e sempre impossível de se concretizar.

O importante aqui é marcar que a separação do Outro é mola para todo desejo, ou pelo menos, para que este desejo esteja ligado a um significante que seria sua causa, o falo. A *alienação* e a *separação* conduziriam o sujeito à ordem fálica onde todos estariam sentados à mesa, com suas respectivas apostas, ou seja, seus significantes.

A nona conclusão vem solidificar várias ideias propostas por esta tese. De forma clara o autor articula sujeito, linguagem, funções parentais, desenvolvimento, estruturação, imagem especular e outros:

“O sujeito é efeito da obra da linguagem; como tal, está antecipado no discurso parental. Que tal estrutura opere na criança depende em parte da permeabilidade que o constitucional e o maturativo lhe ofereçam desde o plano biológico. Porém, de forma decisiva depende com que os personagens tutelares da criança sustentem essa estrutura na região

do seu limite. Falar do desenvolvimento do sujeito é, por isso, um contra-senso: na função materna, formadora especular do “eu”, está presente desde o início a função paterna. Por um lado, pelo desdobramento de seu próprio desejo (ao filho e ao pai), e, por outro lado, porque em seu discurso (nas ações de cuidado com sua criança) já está presente o “mapa” da significação sexual e social do corpo do pequenino. O que se desenvolve é a capacidade da criança de se apropriar destas instâncias e, conseqüentemente, do uso dos sistemas simbólicos que organizam suas relações de objeto no campo fantasmático e, por efeito deste, no campo da realidade” (Ibidem).

O que antecede o sujeito é o Outro, que, com seu discurso, dá vida a este sujeito. O Outro, a partir do organismo real que se impõe, produz a captura do organismo pela linguagem, proporcionando o confronto entre o real deste corpo com os efeitos do significante. Este conflito é sustentado pela insistência dos personagens tutelares (encarnação das funções parentais) nas atividades cotidianas dos cuidados dispensados ao bebê e é este o motor do desenvolvimento, onde o querer conhecer se coloca em marcha buscando apropriar-se dos significantes outrora ofertados pelo Outro.

A décima e última conclusão deste texto e que encerra esta apresentação sobre desenvolvimento e estrutura diz respeito à relação entre o fort-dá, o brincar e a fantasia, entrelaçados com a finalidade de chegar ao que se poderia chamar de subjetividade normal:

“A aparição do brincar, no sentido próprio de lançar o objeto longe de si, de distanciar-se dele e reter a significação do ato em relação ao Outro, é capital no desenvolvimento, porque é através dessa significação que a criança se apropria imaginariamente da realidade: no exercício de sua fantasmática sempre velada pelo desdobramento de sua fantasia (Ibidem).

O autor traz o brincar como a forma que o bebê encontra, juntamente com seu aparato motor, de ser sujeito da construção de seu próprio psiquismo. A partir do que é dado pelo Outro e das condições físicas e maturativas de seu corpo, o bebê descobre a brincadeira de aproximar-se e afastar-se dos objetos, tirá-los e retorná-los ao seu campo de visão, apropriando-se da realidade mediante o fantasma que está sendo constituído correlativamente.

Desta forma poderemos iniciar a apresentação dos conceitos propostos no início do capítulo, sempre com essa noção de desenvolvimento e estruturação psíquica em mente, para que a articulação se faça compreensível. Chamaremos de quatro conceitos

indicadores do fantasma, parafraseando *O Seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1999)*.

CAPÍTULO VI – Quatro conceitos indicadores do fantasma: Narcisismo, estágio do espelho, Fort-Da e das-Ding.

Um dos pontos mais importantes do texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914) repousa na ideia de um narcisismo anterior ao bebê, capaz de capturá-lo e engendrar no mesmo o próprio germe do narcisismo. Freud estabelece um estado hipotético que denomina de autoerotismo em que a libido estaria totalmente voltada para as pulsões de auto-subsistência, não havendo possibilidade alguma de relação objetual caso algo não retirasse a libido desse estado auto-erótico: “Em primeiro lugar, qual a relação entre o narcisismo de que tratamos e o auto-erotismo, que descrevemos como um estado inicial da libido?” (Freud, 1988, [1914], p.84).

A esta pergunta Freud nos dá a seguinte resposta:

“No tocante à primeira questão, posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-erótico, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo (Freud, 1988, [1914], p.84).

Afirmamos que o autoerotismo é um estado suposto baseado no que estamos afirmando até agora sobre um momento anterior ao sujeito, quando a linguagem já está lá esperando o naco de carne para transformá-lo em um corpo. O autoerotismo seria hipotético, pois não haveria de fato um erotismo próprio do bebê, ele já estaria imbricado ao que Freud chamou de nova ação psíquica que provocaria o narcisismo.

Essa ideia é importante para mostrar que desde Freud a constituição psíquica depende dos sujeitos encarnarem as funções que lhe são próprias na constituição psíquica e esta nova ação psíquica nada mais é do que o narcisismo dos pais que se atualiza no momento em que um filho dá aos pais a oportunidade de ir além deles. Claramente, na citação seguinte Freud liga uma geração na outra, marcando a neurose como um funcionamento mental com elos com aqueles que cuidam e desejam o bebê. Nas palavras de Freud:

“O narcisismo primário das crianças por nós pressuposto e que forma um dos postulados de nossas teorias da libido é menos fácil de

aprender pela observação direta do que de confirmar por alguma outra inferência. Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram” (Freud, 1988, [1914], p.96).

Freud fala sobre o narcisismo primário como pressuposto, pois é possível saber dele a partir do investimento objetal. Se o bebê investiu sua libido em algum objeto externo, então esta libido já estava lá desde antes e, devido a esta nova ação psíquica, ao narcisismo dos pais que toma o bebê como objeto causa de desejo, é possível supor um narcisismo primário no bebê.

Este narcisismo primário suposto no bebê é um dos indicadores do desenvolvimento infantil, ele é uma das provas de que aquilo que se espera que aconteça está acontecendo. Ele evidencia uma separação importante entre mãe e bebê já esperada no primeiro ano de vida, denominada por R. Spitz como “angústia de separação” ou “angústia dos 6-8 meses” (Spitz, *El primer año del niño*, 1966, p.48 e 51).

O autoerotismo é um momento suposto, pois seria impossível pensar num momento onde o narcisismo dos pais já não estivesse em prontidão. Pensar num momento onde existe um organismo sem a captura do Outro é pensar numa descontinuidade dos laços que unem mãe e bebê, o que pode ser tomado como um grande sintoma de uma não estruturação psíquica. A discussão sobre o autismo ser ou não considerado como uma estrutura será abordada no capítulo sobre o mesmo.

Neste momento da tese o objetivo de trazer o conceito de narcisismo em Freud se deve ao fato deste conceito representar um marco na estruturação do sujeito, muito precioso para a clínica psicanalítica com crianças. Por mais que a psicanálise lacaniana priorize o tempo lógico, o tempo de abertura do inconsciente, na clínica com crianças o tempo cronológico também é fundamental, já que alguns indicadores do desenvolvimento necessitam ocorrer num tempo preciso, pois depois disto sua inscrição simbólica não ocorrerá da mesma forma.

O conceito de Édipo é um bom exemplo do que estamos trazendo sobre o tempo cronológico. Freud o posicionava dos três aos cinco anos de vida da criança, não sendo possível enxertar um complexo de Édipo aos dez anos. Da mesma forma o estágio do

espelho, como propõe Lacan, deverá acontecer por volta dos seis aos dezoito meses, caso contrário, problemas na estruturação psíquica serão colhidos ainda com uma idade muito precoce.

A clínica psicanalítica com crianças possui este caráter de urgência, principalmente se um bebê estiver apresentando sintomas que venham a por em risco a constituição de seu fantasma, de sua estruturação neurótica. Imaginemos qual o risco que um bebê possui se não for tomado como causa de desejo de uma mãe, não sendo para ela a possibilidade de relançamento de todos os seus planos não realizados ao longo de sua vida.

6.1 “O estágio do espelho como formador da função do eu” [jê]

O estágio do espelho tem como objetivo mostrar a formação imaginária do eu e sua relação com o Outro que a constitui. Diante de uma concepção exclusivamente desenvolvimentista Lacan sugere um eu imaginário constituído na relação com o Outro materno em que, por uma insuficiência de uma imagem corporal inata, a aquisição de uma imagem que unia este corpo despedaçado se faz urgente. O drama do bebê humano nos seus primeiros meses de vida, além de sofrer as forças impiedosas das pulsões, é o não reconhecimento daquele pedaço de corpo que aparece em seu campo de visão como seu.

Se a psicanálise constrói conceitos para explicar a formação mental e corporal do homem, se ela se debruça sobre a passagem de um puro ser tomado de pulsões parciais para um sujeito barrado pelo significante, então, ela propõe didaticamente conceitos que visam esclarecer cada vez mais os passos a serem dados para se chegar a um ponto. Porém, a psicanálise não é apenas uma teoria sobre o sujeito e a constituição psíquica; ela é, também, um tratamento dessa subjetividade, uma proposta de construir esses sujeitos, essas subjetividades ameaçadas de sucumbirem. Por não ter as ferramentas psíquicas fundamentais para se viver sob as exigências da cultura e suportar o Mal-estar próprio da relação com os homens, alguns sujeitos declinam frente ao que poderia ser uma vida normal.

Já foi citado no capítulo II desta tese o momento em que Lacan intitula o semelhante “pessoas” (Lacan, 1998, p.97) como parte fundamental no processo de aquisição da imagem corporal, não sendo necessário voltar a este ponto novamente. A estruturação psíquica depende da relação do bebê humano com um Outro humano, não sendo possível uma relação entre espécies diferentes formar um humano, por exemplo.

Nas palavras de Lacan:

“A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (Lacan, 1998, p.97).

“O estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo seu desenvolvimento mental” (Lacan, 1998, p.100).

O bebê humano frente ao despedaçamento de seu corpo e da falta de uma imagem dada pelo Outro é tomado de júbilo diante de uma imagem totalitária de seu corpo no espelho. Esta imagem é apontada pelo Outro como sendo a própria criança, engodo necessário para a formação de uma identidade alienante. Esta armadura ortopédica esconde o despedaçamento originário que comparece nos momentos de angústia dos sujeitos neuróticos.

Tanto no estágio do espelho como no narcisismo a antecipação do Outro é posta em ato, evidenciando a captura do organismo pelo Outro parental. No narcisismo Freud fala de uma nova ação psíquica, que chamamos narcisismo dos pais, e que, sem ela, o bebê ficaria impossibilitado de sair do estágio auto-erótico, onde as ligações com o Outro, através dos objetos pulsionais (seio, voz, olhar e fezes), não formaria laço.

Nas palavras de Costa (2010), relacionando estágio do espelho, Édipo e metáfora paterna: “Esse primeiro tempo do Édipo corresponde também ao momento de formação do *eu* por intermédio da imagem do semelhante, que, como vimos, Lacan formulou como estágio do espelho” (p.65)

6.2 O *Fort-Da*

“Desaparecimento e retorno. A interpretação tornou-se tão óbvia. Ele se relacionava à grande realização cultural da criança, a renúncia instintual (isto é, a renúncia à satisfação instintual) que efetuara ao deixar a mãe ir embora sem protestar” (Freud, 1988, [1920], p.26).

O jogo que Freud observou em seu neto de um ano e meio mostra uma cena onde alguns aspectos servem de matéria prima para nosso trabalho. Primeiro, é uma cena onde a criança demonstra estar brincando de fazer a mãe ir embora, ocupando uma posição ativa na brincadeira em que ela vinga-se da mãe quando era deixada a sós com seus brinquedos. A criança assume a postura contrária à que sofreu na vida real: “Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vinga-se num substituto” (Freud, 1988, [1920], p.28).

Segundo, o *Fort* e o *Da* são palavras supostas por Freud, derivadas dos sons emitidos pela criança tanto na expulsão do objeto ‘o-o-ó’, quanto em seu retorno ‘dá’. O *Fort-Da* é uma brincadeira da criança diante do vazio deixado pela mãe, vazio fundamental para a incidência da linguagem como estruturante. Freud e a mãe do menino interpretam seus balbucios como significantes, antecipando em ato o que ainda não existia de fato.

Terceiro, a própria atividade da criança, o brincar, pode ser considerada como um ato significativo devido à fenda que se abre entre mãe e bebê. A criança brinca porque lhe falta algo e a linguagem é a ferramenta básica para transformar uma coisa, um carretel, num significante, tornando a brincadeira uma metáfora de alguma outra coisa.

O brincar das crianças será substituído pelo fantasiar na vida adulta, segundo Freud em “Escritores criativos e devaneios” (1907), onde o brincar já é uma incidência da fantasia ou do fantasiar. Na verdade, se considerarmos o início do complexo de Édipo não aos três anos, como sugere Freud, mas no momento em que a teia simbólica que antecede o sujeito começa a ser construída entre um homem e uma mulher, então, o campo do Outro estará sendo tecido sob o fio do desejo que o constitui.

A mãe do menininho do *Fort-Da* mostra com suas ausências que o bebê não a traduz enquanto mulher, pois ela se ausenta em busca de algo que a faça desejar. Esta fenda que o desejo rasga permite que a palavra venha desvelar o falo como o significante ao qual a mãe está submetida. A metáfora paterna se apresenta como operante e o Nome-do-Pai dá indícios de ancoramento.

A criança brinca, pois se safou da boca do crocodilo que a imobilizaria num falo imaginária materno, e coloca em ato os significantes que a constituem como sujeito desejante, levando seu corpo ao desenvolvimento das funções a partir da estruturação do sujeito.

A fim de relacionar estes conceitos, que chamo de indicadores do fantasma, com o complexo de Édipo e metáfora paterna, cito novamente Costa (2010): “O processo de simbolização se inaugura nesse segundo tempo do Édipo, que se pode relacionar ao jogo de carretel (*Fort-Da*), descrito por Freud em “Mais além do princípio do prazer”(1920).

6.3 Das Ding – Uma realidade Muda

Lacan denomina das Ding como “uma realidade muda” (Lacan, 1988, p.72). Essa nomeação é bastante oportuna para iniciar a questão sobre das Ding, já que sua morte levaria o sujeito à palavra. Sendo o mundo o mundo de palavras, “[...] é bem evidente que as coisas do mundo humano são coisas de um universo estruturado em palavras, que a linguagem, que os processos simbólicos dominam, governam tudo” (Lacan, 1988, p.60).

A ascensão à palavra, ao mundo da linguagem, ao mundo dos símbolos é a meta a ser atingida por todo humano, livrando-se, assim, da marca animal que seu corpo ameaça posicioná-lo. O homem, como ser da cultura, perde um quinhão de ser para ser humano. O humano implica nesta perda fundamental de ser para surgir como sujeito marcado pela barra da linguagem que significa que a ele algo falta. Este é processo a que a linguagem submete o ser. Submete-o a uma perda.

Posicionando das Ding como o objeto perdido e sempre buscado pelo sujeito, Lacan afirma: “Servir a que? A nada mais do que à referência, em relação a esse mundo de anseios e de espera orientado em direção ao que servirá, quando for o caso, para atingir das Ding” (Lacan, 1988, p.69).

Das Ding pode ser pensado como o objeto da pulsão, aquele que é sempre buscado e nunca encontrado, pois é sempre perdido:

“Esse objeto estará aí quando todas as condições forem preenchidas, no final das contas – evidentemente, é claro que o que se trata de encontrar não pode ser reencontrado. É por sua natureza que o objeto é perdido como tal. Jamais ele será reencontrado. Alguma coisa está aí esperando algo melhor, ou esperando algo pior, mas esperando” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.69).

Mesmo sabendo que a pulsão é sem objeto, todo organismo vivo caminha para um estado de prazer absoluto, a morte. A pulsão de morte é o motor de tudo aquilo que é vivo, é o que impulsiona a vida até o seu fim, pois o anseio maior do homem freudiano é reencontrar este objeto perdido e levar o aparelho psíquico a $Q_n=0$:

“Se o fim da ação específica que visa à experiência de satisfação é o de reproduzir o estado inicial, de reencontrar das Ding, o objeto, compreendemos vários modos de comportamento neurótico” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.70).

E acrescenta:

“O mundo freudiano, ou seja, o da nossa experiência comporta que é esse objeto, das Ding, enquanto Outro absoluto do sujeito, que se trata de reencontrar. Reencontramo-lo no máximo como saudade. Não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer, é nesse estado de ansiar por ele e de esperá-lo que será buscada, em nome do princípio do prazer, a tensão ótima abaixo da qual não há mais nem percepção nem esforço” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.69).

No final das contas o mundo freudiano é iniciado com uma alucinação sem a qual nada perceptivo seria possível. Essa alucinação inicial seria resultado da perda desse objeto e teria como efeito a possibilidade de ascensão à linguagem. Poderíamos pensar que a perda do objeto das Ding já representa os efeitos da linguagem no sujeito:

“No final das contas, sem algo que o alucine enquanto sistema de referência, nenhum mundo da percepção chega a ordenar-se de maneira válida, a constituir-se de maneira humana. O mundo da percepção nos é dado por Freud como que dependendo dessa

alucinação fundamental sem a qual não haveria nenhuma atenção possível” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.69).

6.4 O Outro como Ding – A mãe como das Ding

“O Outro como Ding” (Lacan, 1988, p.73). Pensar o Outro, este lugar simbólico, tesouro dos significantes, como a Coisa freudiana, remete a algumas questões. Primeiramente, é importante delimitar o significado desta Coisa à qual Freud se refere para pensar nas consequências psíquicas ao colocá-la no lugar deste Outro.

Pensar no Outro como Ding é pensar no Outro como morto, coisa, coisificado. O outro como Ding é a morte subjetiva, ou talvez, a morte real do candidato ao fala-ser. O Outro como Ding é, talvez, aquilo que o sujeito encontra quando assume uma posição autista ou psicótica.

Colocar a mãe como Ding é dar a ela o lugar de Coisa, porém, de coisa a ser perdida para que o Outro não fique como Coisa. A mãe como Coisa é o que cai para que surja o significante:

“Das Ding é o que – no ponto inicial, logicamente e, da mesma feita, cronologicamente, da organização do mundo no psiquismo – se apresenta, e se isola, como o termo de estranho em torno do qual gira todo o movimento da Vorstellung, que Freud nos mostra governado por um princípio regulador, o dito princípio do prazer, vinculado ao funcionamento do aparelho neurônico. É em torno desse das Ding que roda todo esse processo adaptativo, tão particular no homem visto que o processo simbólico mostra-se aí inextricavelmente tramado” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.76)

Afirmar o simbólico como inextricavelmente tramado com das Ding, considerando das Ding como o ponto inicial do mundo das representações, é supor um Outro absoluto, cuja queda produziria uma alucinação, a primeira representação do mundo psíquico:

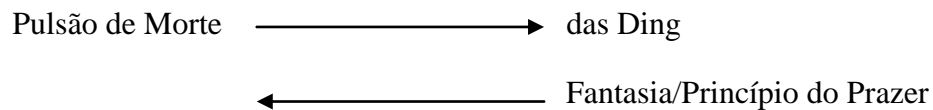
“Quero dizer que tudo o que desenvolve no nível da interpsicologia criança-mãe e que expressamos mal nas categorias ditas de frustração, da gratificação e da dependência não é senão um imenso desenvolvimento da Coisa materna, da mãe na medida em que ela ocupa o lugar dessa Coisa, de das Ding” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.86)

Pensar a subjetividade humana a partir da queda de um objeto, das Ding, é reconhecer a subjetividade como efeito de uma separação, separação da mãe, separação da Coisa. Daí Freud considerar o desejo incestuoso como o desejo essencial no homem, o desejo de reencontrar o objeto perdido, objeto da pulsão de morte:

“Freud designa na interdição do incesto o princípio da lei primordial da qual todos os desenvolvimentos culturais são apenas as conseqüências e as ramificações – e, ao mesmo tempo, ele identifica o incesto como o desejo mais fundamental” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.87)

“O que encontramos na lei do incesto situa-se como tal no nível da relação inconsciente com Das Ding, a Coisa. O desejo pela mãe não poderia ser satisfeito, pois ele é o fim, o término, a abolição do mundo inteiro da demanda, que é o que estrutura mais profundamente o inconsciente do homem” (Lacan, 1988, [1959-1960], p.87)

É a distância entre o sujeito e das Ding que permite o *Fort-Da*, brincadeira simbólica reveladora desta hiância, onde o sujeito cai do lugar do Outro para ter este objeto inscrito no fantasma, que se apresenta articulado ao princípio do prazer fazendo oposição à pulsão de morte.



CAPÍTULO VII – A operação da metáfora paterna e a construção do fantasma.

Este capítulo tem como objetivo circunscrever todo o percurso que tomamos até agora e chegar ao trabalho de construção do fantasma na clínica psicanalítica com crianças. Partimos da ideia de fantasia em Freud, percorrendo alguns dos principais textos deste autor, de 1889 com “Lembranças Encobridoras” até 1924 com “Dissolução do Complexo de Édipo”.

Deixamos Freud com a certeza de haver um conflito - fruto de um desenvolvimento da teoria psicanalítica - no que poderia ser definido por fantasia e em que momento poderíamos situá-la, antes ou depois do complexo de Édipo.

Freud nos dá as respostas. A fantasia é um devaneio, uma atividade imaginativa, que encontra seu nascimento no complexo de Édipo - uma cicatriz, como Freud sugere - e está diretamente relacionada com a formação dos sintomas neuróticos.

A fantasia não é um conceito em Freud. Freud passa bons anos de seus estudos aprofundando sua concepção sobre a fantasia como um fantasiar, mas é em Lacan que ela ganha estatuto de conceito, formulado no seu matema do fantasma.

O matema do fantasma é sustentado por dois elementos que se articulam numa relação de não equivalência: o sujeito barrado e o objeto *a*. Este matema é efeito do recalque originário e da operação de alienação e separação, ambos trabalhados no capítulo anterior. É este fantasma lacaniano que permite o devaneio freudiano, o fantasiar.

A pergunta sobre como é que toda esta engenharia subjetiva se inicia, quais as condições necessárias para tal fenômeno ocorrer, ocupa na minha prática clínica com crianças um enorme espaço e demanda uma enorme dedicação, de maneira que proponho pensar, nesta tese, que a construção do fantasma seja o ponto central do trabalho psicanalítico com crianças, mesmo com aquelas que já passaram pelo Édipo mas ainda não estão com a sua fantasia disponível, e ainda precisam de um algo a mais, em seu processo de estruturação.

Defendemos ainda que para que a fantasia seja instalada na subjetividade humana alguns fatores preponderantes devem operar, possibilitando assim um

descolamento do bebê do lugar de falo imaginário da mãe. Para tanto, a operação da metáfora paterna deve estar operando a pleno vapor, pois é ela o agente deste deslocamento tão fundamental na psique humana.

Sustentamos que a metáfora paterna deve ser encarnada e chamamos de personagens aqueles que executarem esta operação, com o homem ocupando o lugar paterno.

Porém, tomando como ponto de partida para iniciar este capítulo a ideia de que a psicanálise é uma teoria da estruturação do sujeito e uma forma de tratamento desta estrutura, não é absurdo supor que uma psicanálise com crianças teria a finalidade de construir um sujeito desejante e, para tanto, a função da fantasia se faz necessária na construção deste sujeito.

Para iniciar a argumentação teórica deste capítulo, alguns posicionamentos teóricos devem ser tomados, a fim de sustentar a ideia proposta nesta tese. Enumerarei aqueles posicionamentos que considero os mais significativos e argumentarei em sua defesa.

Antes, porém, neste momento em que grande parte da teoria que sustenta a ideia principal da tese já foi apresentada e sustentada na obra de Freud e Lacan, peço licença à academia para colocar algumas ideias próprias, oriundas da minha prática clínica com crianças. Tentarei ao máximo encontrar justificativa para estas ideias no arcabouço teórico psicanalítico, porém, em se tratando de uma tese de doutorado, onde é demandada uma originalidade, penso ser necessária uma contribuição de minha prática clínica e acredito que este seja o capítulo onde ela poderá ocorrer.

Algumas hipóteses que apresentarei neste capítulo já foram levantadas nos capítulos anteriores, como a equivalência entre os conceitos de Édipo e metáfora paterna. Outras apenas foram citadas e serão desenvolvidas neste capítulo, como a possibilidade do sujeito escolher a estrutura à qual pertence. Também iremos trabalhar a noção de estruturas clínicas não-decidas na infância, além de pensar a posição do analista na condução da cura dos sujeitos em risco subjetivo, os casos de autismo e psicose.

7.1 A metáfora paterna é o equivalente ao Édipo em Freud

Partamos da citação de Freud, já apresentada nesta tese, sobre o complexo de Édipo ser considerado o divisor de águas entre o normal e o patológico. Citação tardia em 1924 na “Dissolução do complexo de Édipo”.

Freud apresenta o complexo de Édipo como o processo de humanização do filhote do homem, um momento no desenvolvimento (Freud não falava em estruturação) em que o bebê humano sofreria a operação do recalque dos seus desejos incestuosos e os substituiria por outros que não entrassem em desacordo com o princípio da realidade.

O menino recalcaria o desejo pela mãe e investiria em outro objeto, da mesma forma que a menina em relação ao pai. O Édipo operaria a passagem de amado para amante, de desejado para desejanse. Na minha opinião, o complexo de Édipo de Freud é o que possibilita ao filho vir a ocupar, um dia, o lugar de pai, sustentador da lei de proibição do incesto que organiza toda ordem cultural.

É Lacan, no *O seminário livro cinco As Formações do Inconsciente (1958)*, que vem definir, de maneira simples, porém eficiente, o que seria o complexo de Édipo freudiano, a saber, uma normatização. Normatização porque opera de acordo com os pressupostos freudianos, leva o sujeito a assumir um lugar na cultura, uma posição sexuada, uma identidade. Lacan, brilhantemente, introduz novos elementos para se pensar o Édipo freudiano, como a noção de sujeito, o encontro com a linguagem, a construção do matema da fantasia. A passagem de objeto *a* para sujeito barrado pela linguagem é a travessia do próprio Édipo em sua busca pela verdade.

Porém, o complexo de Édipo é falho em vários aspectos, dentre eles, seu início e seu fim terem sido demarcados. O Édipo freudiano tem data de fabricação e validade, ocorre dos três aos cinco anos aproximadamente e depois sucumbe ao recalque.

O complexo de castração no menino marca o fim do Édipo, enquanto na menina marca seu início. O fim do Édipo na mulher é uma questão deixada em aberto em Freud, o que levará Lacan a propor um gozo Outro em sua teorização sobre o feminino. Tudo isto já foi apresentado nos capítulos anteriores com as devidas citações.

Com a noção de sujeito introduzida por Lacan e seu conceito de metáfora paterna, o Édipo freudiano ganha dimensão, podendo existir sem data de início e fim. O sujeito passa a existir no discurso daqueles que o constituem, bem antes de seu corpo biológico vir a habitar este mundo. Pare exemplificar e justificar esta passagem trago novamente esta passagem já citada nesta tese de um exemplo dado por Ivan Corrêa em seu livro *A Escrita do Sintoma* (1997) quando se refere ao mito de Édipo Rei:

“Os reis vão perguntar o que é que vai acontecer se tiverem um filho. Tirésias vai dizer que se eles tiverem um filho, que é aquele que na literatura nós conhecemos como Édipo, todo mundo chama de Édipo, pés inchados. Esse filho vai matar o pai, casar com a mãe e vai ser a ruína de Tebas. Vai haver pestes, guerras e tudo será arrasado. Vejam aí, o paradoxo que existe em relação à questão do tempo. Esse famoso Édipo não tinha sido nem sequer gerado e se falava dele como já existente” (Corrêa, 1997, p. 24).

E acrescenta:

“É claro que na ordem simbólica, na ordem do significante. Fala-se desse rastro dele no curso do mundo inclusive para o futuro. O que é que ele vai fazer? Toda a história dele vai ser dita. Ele nem foi gerado, mas fala-se dele, fala-se dos desejos dele, das ações dele, quer dizer, toda a história dele, toda a vida dele vai estar ali contada naquele momento, na ordem estritamente do significante, na ordem do discurso, na ordem evidentemente da constituição do sujeito. Esse sujeito, portanto, na ordem da fala, na ordem da linguagem, foi constituído naquele momento a partir simplesmente de falas. Constituição inclusive de desejos e ações. Então é isso que afinal de contas o significante implica ou constrói. É isso que Lacan diz, que é o rastro do sujeito no curso do mundo” (IBIDEM).

Esta noção de sujeito, apresentada por Lacan e ilustrada por Ivan Corrêa nesta passagem do mito de Édipo Rei, serve para enxergar a nova dimensão do Édipo freudiano dada pela metáfora paterna. Primeiramente o sujeito é constituído antes da concepção, antes do nascimento. O sujeito constituído na ordem simbólica revela o que antecede o nascimento, ou seja, a própria ordem simbólica. Ela já está lá, ou deveria estar, no momento em que o organismo passar a existir como um corpo. Tomando o corpo como um real, temos um enlaçamento do simbólico com o real, o momento em que o significante começa a capturar o organismo transformando-o em corpo-linguagem. Esta ideia é apresentada por Vorcaro quando considera o corpo do neonato

equivalente a um corpo real, ausente de funções que só a *posteriori*, com o advento da linguagem, poderá existir:

“Essa matriz simbólica, que se inscreve na alternância de dois estados, inaugura a condição de subjetivação. Nada há, de sujeito, nesse momento mítico: uma matriz simbólica acéfala que permite alternância tensão e apaziguamento, colando o organismo à consistência imaginária que lhe é suposta pela mãe que lhe responde. Podemos, assim, distinguir o organismo como algo de real, a alternância entre os termos (tensão e apaziguamento) como simbólica, e a consistência dos sentidos em que o agente materno interpreta o organismo como imaginária. É o que permite planificar o R,S,I como três linhas vizinhas e maleáveis, que sofrerão deformação contínua” (Vorcaro, 1997, p.16).

O corpo como um real sendo capturado pela linguagem é a própria constituição do nó borromeano, articulação entre real, simbólico e imaginário, apresentado por Lacan em seus seminários tardios, mas que propõe o que está em jogo desde sempre na constituição psíquica, um *a* no ponto central do nó de Borromeu (Lacan, 2007, p. 70).

Na verdade, a ideia de Lacan apresentada em 1960 na “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1998), no grafo do desejo, mostra o momento em que o corpo como um real, puro ser, é capturado pela cadeia significante advinda do Outro (Ver gráfico 1 no capítulo anterior).

Sendo a metáfora paterna a substituição do desejo materno pelo Nome-do-Pai, esta operação já está sendo ofertada desde a construção da teia simbólica. No encontro do desejo da mulher com o homem, que sustenta a função da mãe e a do pai, já se encontra ofertada a divisão como um caminho que o sujeito percorrerá, construindo o fantasma como um anteparo frente ao real da castração.

A metáfora paterna é o normatizador, termo usado por Lacan em 1958, que leva o sujeito a advir, puro objeto ao estatuto de sujeito barrado, desejante. É aqui que dou à metáfora paterna um peso significativo na construção do fantasma, uma vez que ela se inicia no momento em que um sujeito é suposto no discurso e vai até o momento do encontro com o real da castração.

As operações de *alienação* e *separação*, apresentadas no capítulo anterior, acontecem no momento da metáfora paterna. Se a *separação* é o que sela o processo de causação do sujeito, determinando-o como desejo do Outro, então, ela está diretamente

ligada à metáfora paterna, uma vez que é o significante Nome-do-Pai que encontra-se foracluído na psicose. A operação de *separação* não ocorre na psicose, pois é ela que liga sujeito ao objeto constituindo o fantasma.

A fantasia em Freud é uma cicatriz do complexo de Édipo. O fantasma lacanianiano é decorrente da informação que o sujeito recebe do Outro que ele não é o falo da mãe.

Por isso é possível pensar em complexo de Édipo e metáfora paterna como equivalentes, pois ambos introduzem a passagem do ser ao significante, tendo o fantasiar como funcionamento mental típico da neurose.

7.2 A castração é ofertada pelo Outro ou uma escolha do sujeito?

No livro *A criança na clínica Psicanalítica* (1997) de Ângela Vorcaro, a autora propõe seis movimentos para teorizar a constituição psíquica a partir da concepção laciana do real, simbólico e imaginário. Num contraponto em relação às teorias psicológicas do desenvolvimento, a autora generosamente oferta uma visão produtiva, do ponto de vista da operabilidade clínica, sobre as etapas da constituição e delimita um ponto zero, um marco inicial a ser tomado como ponto de partida:

“A consideração de que as manifestações da criança não têm estatuto de ação, mas são atos constitutivos de sua realidade psíquica e, portanto, escrevem o texto cifrado de sua relação à alteridade, conduziu a explicitação da hipótese da constituição do sujeito numa espécie de tecido feito de cruzamentos do Real, do Simbólico e do Imaginário” (Vorcaro, 1997, P.15).

E acrescenta:

“A criança é tomada como um lugar de relações que amarram um organismo irreduzível, uma articulação de significantes e uma consistência ideal; três heterogêneos que se deixam ler como coincidência que os sobrepõe no mesmo ponto. A rota desse ponto mergulhado no espaço, que lhe impõe alteridade radical, é então traçada. Considerou-se uma posição zero, que precede o início do trançamento e que lhe dá condição de possibilidade. Trata-se do lugar em que o real do organismo neo-nato é inserido na realidade psíquica

do agente materno, equivalendo ao termo simbólico que o localizava no campo discursivo antes que ele nascesse e equivalendo ainda à consistência dos sentidos que interpretam suas manifestações, supondo-lhe intencionalidade subjetiva”(Ibidem).

Comentemos estas citações. Tomando os registros da constituição psíquica Real, Simbólico e Imaginário, é possível pensar a estruturação do sujeito ocorrendo ao mesmo tempo que o desenvolvimento, porém apenas na neurose, apresentando um distanciamento significativo em relação a ele quando o Nome-do-Pai estiver foracluído. A estruturação psíquica ocorre mediante condições distintas do desenvolvimento, apesar de influir diretamente sobre ele, sendo a recíproca verdadeira.

Apenas como exemplo desta afirmação tomemos uma criança que venha ao mundo desprovida de uma função vital para a constituição psíquica, a visão. Ela precisará de um esforço a mais, seu e do Outro que a acolhe, para construir sua subjetividade. Ou no caso de uma criança que não tenha problema algum do ponto de vista genético, biológico e nasce de uma mãe completamente insuficiente para tomá-lo como sujeito a advir (Caso Robert, Lacan, 1986, *O Seminário livro 1, os Escritos técnicos de Freud*). Em ambos os casos temos um ponto em que a estrutura interfere no desenvolvimento e o desenvolvimento interfere na estrutura, apesar de manterem relações distintas em sua concepção, porém relacionadas em seu propósito.

O que nos interessa nesta citação é o que é chamado de posição zero e que marca o momento em que o agente materno captura o organismo do neo-nato na equivalência simbólica localizada no campo discursivo anterior ao nascimento. Aqui está ilustrado de maneira bem mais clara o que Lacan representou no grafo 1, grafo do desejo (capítulo anterior), sobre o momento de encontro do sujeito a advir com a linguagem.

É esta posição zero que, penso, pode demonstrar que a castração já está lá, ou não, desde sempre e é ofertada pelo Outro no momento inicial da constituição psíquica. Dizer que a castração está lá ou não está lá significa apontar a posição do Outro antes do momento da captura do organismo pela linguagem. Sendo este Outro corporal, seu desejo não anônimo revelará traços de sua castração, ou então, da forclusão desta.

A esta questão, sobre a subjetividade do agente materno, se soma uma outra, numa relação de causa-efeito, onde mãe neurótica gera filho neurótico e mãe psicótica

gera filho psicótico. Não podendo fazer tal afirmação, pois se trataria de uma falsa afirmação, apenas nos cabe apontar a necessidade de ampliar os horizontes do Outro materno, colocando ao seu lado outros agentes capazes de fazer surgir neste Outro o que Vorcaro denomina como alteridade. É uma questão digna de estudos aprofundados saber se é possível considerar a família como representante deste Outro, ou se estamos falando apenas no desejo não anônimo de uma só pessoa, no caso da mãe.

Talvez se possa concluir que o Outro apenas possui dignidade de Outro, alteridade, quando se posiciona em relação à criança como desejante, castrado. Penso ser este um primeiro passo a ser adotado numa psicanálise com crianças, a saber, verificar o estatuto do Outro em relação à criança. A escolha forçada seria em relação ao tipo de neurose, não ao tipo de estrutura. Diante da impossibilidade de ofertar a castração, oferta-se a sua forclusão.

Caberia neste momento de nossa reflexão por que discurso o neo-nato é capturado pela linguagem? Seria errado supor o discurso do mestre? O discurso do Mestre é construído por Lacan com um dos discursos que produzem um laço como efeito. Também chamado como o discurso do inconsciente (Vegh, 2001, p. 27), apresenta no lugar da dominante, na boca da cena, no canto superior esquerdo, ou no lugar do agente, o S1, que representa um sujeito para um outro significante. O S2, o saber, está no lugar do outro representando o saber e o sujeito barrado está dividido pelo efeito dos significantes S1 e S2. Para descrever a posição do objeto *a* no discurso do mestre cito novamente Vegh, dizendo que a lógica do significante não esgota a descrição da estrutura do sujeito. Ali onde S1 representa o sujeito para o significante S2 cai um resto, o objeto *a*. Objeto cuja função é extraída da função do ser falante (Vegh, 2001, p. 27).

Em todo discurso descrito por Lacan, do mestre, do universitário, da histérica e do analista, os mesmos elementos são encontrados: S1, S2, S barrado e objeto *a*. Porém, o que garante seu conteúdo e sua definição é o lugar que cada elemento ocupa na estrutura, sendo necessária uma certa combinação não variável para se ter um discurso. No caso do discurso do mestre a combinação necessária é a própria definição de sujeito, onde um significante S1 representa um sujeito, no caso a advir S barrado, para outro significante S2. Desta operação produz-se um resto, o objeto *a*.

Por que estamos querendo colocar o discurso do mestre como o discurso

sustentado pela mãe na captura do ser pela linguagem? Isidoro Vegh nos dá a resposta quando diz que considerar o discurso do mestre é questionar o pai na regulação dos gozos que estão em jogo em todo laço social (Vegh, 2001, p. 28). Na leitura de Vegh sobre o discurso do mestre Lacan introduz o pai como regulador do gozo e, portanto, possibilitando laço social. Já teríamos no desejo materno um discurso que introduziria a experiência do Édipo anterior ao nascimento do bebê, o que equivale a dizer que a operação da metáfora paterna já está engatilhada no discurso materno: “No discurso do mestre no lugar da dominante temos o S1 e o que se trata de dominar é a lei. Ao Mestre o que interessa é que a coisa funcione, que as coisas andem, que caminhem” (Vegh, 2001, p. 29-30).

O que funciona neste discurso é que um desejo seja causado, o desejo de ter um filho, decorrente da castração materna, deslocamento do desejo de ter um pênis para ter um bebê, mas também, que neste discurso materno as marcas desta castração compareçam. A feminilidade deve ser tomada como uma das condições para tal evidência de castração, ou seja, a divisão entre mãe e mulher. Vale dizer, como forma de enfatizar o discurso do mestre, que neste discurso os elementos do matema da fantasia estão abaixo da barra, recalcados.

Para aprofundar esta questão, a saber, se a castração é ofertada pelo Outro ou é uma escolha do sujeito, trago à discussão o livro *A voz da sereia* (2004) de Marie-Christine Lasnik, onde a autora apresenta com bastante clareza seus pontos de vista em relação ao autismo.

Já na Introdução a autora apresenta uma ideia sobre a concepção do autismo onde divide o peso desta patologia entre pais e neo-nato. Colocando-se contrária à ideia de que o autismo seria uma patologia causada por alguma falência exclusivamente na função materna, Lasnik defende que “nos casos de autismo encontram-se bebês que não se deixam enganar por nenhum apelo carinhoso, como se percebessem, cedo de mais, a intrínseca ambivalência de todo amor” (Lasnik, 2004, p15).

Continuando sua introdução a autora afirma que acredita cada vez menos numa depressão materna como fator central desencadeante do autismo: “Penso hoje que, no conjunto multifatorial das causas do autismo, a fragilidade de tal ou tal bebê também deva ser levada em conta na desorganização que possa ter suscitado em sua mãe no tempo do pós-parto” (ibidem).

E conclui sua introdução com a seguinte afirmação:

“Se o título deste livro é *A voz da Sereia*, é também para que não nos esqueçamos que o poder encantador da voz já está em ação meses antes do nascimento propriamente dito. Descobri que contrariamente afirmara numa nota, a voz é primeira e comanda o olhar, e não o inverso. Isto aparece com clareza em certos filmes familiares de bebês que se tornaram autistas. Mesmo bebês que recusam habitualmente responder a qualquer apelo e que não olham espontaneamente nenhum adulto, não podem deixar de olhar se ouvirem a invocação de uma voz portadora de uma prosódia particular, que foi descrita pelos linguistas como características do manhês” (Lasnik, 2004, p15).

O que seria o conjunto multifatorial das causas do autismo? A autora não responde diretamente, apenas diz que não posiciona na mãe a responsabilidade de ter produzido um bebê autista e orienta a todos a acabar com a “diabolização das mães dos autistas[...] ela é mãe de autista, ela tem uma personalidade não sei o quê” (Lasnik, 2004, p208).

A autora indica que um dos muitos fatores do autismo pode ser um luto materno ou uma depressão materna, mas afirma que o circuito pulsional com o Outro primordial fora rompido e o seu trabalho é restabelecer este circuito pulsional que enlaça mãe e bebê, permitindo inseri-lo na *alienação* ao Outro como determinante à estruturação neurótica:

“[...]os elementos multifatoriais, pode haver uma depressão subclínica da mãe, isto é, desconhecida dela mesma [...], Não é pela mãe que vamos nos nortear, mas pelos sinais pulsionais do bebê [...], A relação do bebê com o Outro não está se estabelecendo em termos pulsionais [...], Não nos interessa saber a causa do autismo, mas saber que algo produz o rompimento de um certo tipo de relação pulsional [...] A minha questão é a de restabelecer a pulsionalidade” (Lasnik, 2004, p210-211).

Sem se interessar muito pelas causas do autismo, mas sim pelos sinais no bebê que evidenciam um rompimento no circuito pulsional, a autora toma a defesa de que um bebê pode evitar toda a captura que uma mãe no lugar do Outro se esforçaria em fazer. Lasnik fala de fragilidade do bebê, mas não nos diz qual seria esta fragilidade. Seria funcional? Um bebê surdo ou cego com dificuldades em ver e ser visto pela sua mãe? Seria neurológica? Algum transtorno neurológico ou má formação fetal? Seria psicológica? Mas como, já que a estrutura psíquica é construída desde antes do bebê,

mas não sem ele completamente?

Afirmar uma recusa do bebê pela mãe, sem que o contrário esteja em plena atividade, é supor uma recusa completa ao Outro, uma escolha em permanecer fora da *alienação* ao Outro e padecer de uma série de complicações que certamente virão depois disto.

Trazendo a noção do baby blues, um bebê inserido numa certa depressão, Lasnik afirma:

“Não se fala de baby blues no Brasil? Trata-se de uma depressão pós-parto não patológica que é chamada aqui na Europa de um Blues, um Blues ligado ao bebê. É um momento em que a mãe vacila, ela está desarvorada, ou seja, está numa posição de faltante. Agora, ela está numa posição de faltante não basta ao bebê, é preciso, além disso, que a presença dele suscite o gozo da mãe, o prazer dela” (Lasnik, 2004, p197).

Por mais que não se possa culpar a mãe do autista pela patologia do seu filho, algo acontece nela, na mãe, que não torna possível o estabelecimento do circuito pulsional e que seria o enlaçamento simbólico necessário para a construção do fantasma, tendo na *alienação* ao Outro seu primeiro indicativo. O júbilo que o bebê deveria proporcionar a esta mãe parece não ocorrer e, portanto, ela não pode tomá-lo como objeto causa de seu desejo. Assim, a castração não pode ser ofertada e o que temos é uma recusa desta por parte do bebê. Insisto! Estamos no campo da recusa da feminilidade.

7.3 - As estruturas clínicas são não-decididas na infância

Para iniciar esta terceira parte, sobre as condições de operabilidade clínica, temos um pilar a nos apoiar na condução da cura que é tomar cada criança como um sujeito em estruturação e, para tanto, deixar em suspenso o tão esperado diagnóstico definitivo que os pais nos demandam ao fim de algumas sessões com seus filhos.

Tomaremos como texto base o *Seminário I* de Alfredo Jerusalinsky proferido na USP no ano de 2001, onde dedica um capítulo inteiro a este tema. Alfredo

Jerusalinsky é um psicanalista com grande experiência no campo do autismo e das psicoses e, por isso, será bastante usado como sustentáculo das ideias desta tese. Recorreremos a outros autores, como Angela Vorcaro, Renata Petri, Rosine e Robert Lefort, que já vêm sendo bastante utilizados ao longo dos capítulos sobre a clínica psicanalítica, mas alerto o leitor que Alfredo Jerusalinsky terá um peso maior na estrutura deste capítulo sobre a clínica psicanalítica com crianças.

De início o autor nos coloca diante de uma questão importante. Quando afirma que as estruturas na infância são não-decididas ele aponta o caráter provisório destas e que, certamente, virão a se decidir. Porém, o mais importante é a sua afirmação de que o caráter provisório é da decisão:

“Por que podemos pensar que as estruturas clínicas, na infância, são indecidas? Ou seja: provisórias. Prefiro o termo indecido porque ele marca que inevitavelmente virão se decidir. Que a provisoriedade é da decisão. Ou seja, há uma decisão em suspense, que virá acontecer. Depois podemos nos perguntar quem ou o que decide aí. Porque, claro que não se trata de uma decisão que alguém em particular que conscientemente escolhe. Há uma escolha de ordem inconsciente que determina o sujeito numa certa direção” (Jerusalinsky, 2001, p.52).

É importante sublinharmos não apenas o caráter provisório das estruturas clínicas dadas por este autor na infância, mas também, a afirmativa em forma de questionamento de que alguém ou algo decide na provisoriedade das estruturas, levando-as a sua definição. Não se trata de chegar a uma certa etapa do desenvolvimento, a adolescência, por exemplo, para que as estruturas se definam. O autor dá uma ideia de que alguém fará algo que será fundamental para tal definição. Mas neste momento do texto ele deixa velada esta resposta, porém, afirma com todas as letras que há uma escolha de ordem inconsciente que determina o sujeito numa certa direção. Lembremos Lacan ao dizer que “por nossa posição de sujeito sempre somos responsáveis” (1998, p.873). Somos responsáveis pela posição de sujeito, mas isto se refere aos tipos clínicos na neurose. Isto está de acordo com Costa (2010) quando diz:

“Portanto, a partir da vivência edípica, as estruturas clínicas podem ser situadas como modo de respostas ao desejo do Outro. Optamos por um desses lugares (Neurose, psicose ou perversão), mas trata-se de uma escolha forçada, ligada a como o sujeito se coloca em relação à falta e, portanto, ao desejo”(p.69)

Esta citação apoia a segunda afirmação desta tese, neste capítulo, de que a castração é ofertada pelo Outro e não é uma escolha do sujeito, ou seja, um sujeito não escolhe uma estrutura, ele é posicionado nela. Ele não tem saída, ou sofre dos males que a *alienação* e *separação* ofertam, a fantasia, ou sofre dos males de ficar preso como objeto *a* do Outro ou de não ter Outro nenhum. Voltaremos neste ponto mais tarde ainda neste capítulo.

O autor segue seu seminário e nos dá mais um presente. Ele afirma que um ser concreto tem que estar ali na maternagem com o bebê e que este ser concreto ocupa o lugar do Outro primordial, ofertando significantes e supondo um sujeito ali onde ainda não há:

“Nós temos desde os primórdios da constituição de um sujeito, a contarmos desde os primórdios, três grandes momentos. O primeiro que se caracteriza centralmente, pelo fato de que tem que haver ali alguém que suponha na criança, no bebê, um sujeito. Quer dizer que o imperativo deste grande Outro não se opera meramente na ordem da abstração, senão que tem que haver alguém concreto que cumpra esse papel”(Jerusalinsky, 2001, p.52).

Acredito não haver muita surpresa nisto, pois todos concordam que a estruturação psíquica ocorre nos cuidados dispensados ao neo-nato. Porém, estes cuidados por si só não bastam para transformar um organismo num corpo humano, onde o significante se torna motor da ordem funcional do corpo. Há de haver ali mais do que alguém que cumpra este papel, há de haver alguém que deseje este bebê. “O papel da mãe é o desejo da mãe”, nos lembra Lacan no *Seminário, livro 17, O avesso da Psicanálise* (1992, p. 105), quando se refere à mãe como um grande crocodilo com a boca aberta. O desejo materno, tão fundamental para que um sujeito seja capturado pela linguagem, por ser tão fundamental para a constituição psíquica pode também, ser imobilizante, ou até mesmo psicotizante.

O próprio Jerusalinsky apresenta um caso clínico onde ilustra bem este ponto, sobre o desejo materno:

“Nesse dias estávamos supervisionando um caso clínico de um menino que se encontrava na borda da psicose e que, então, podemos dizer com toda propriedade acerca da condição subjetiva dele que está indecisa, ou seja, está numa borda e vai cair para um lado ou para outro, de acordo com uma série de vicissitudes, mas poderíamos dizer que, no caso desse menino, o núcleo patógeno está constituído numa mãe abstrata”(Jerusalinsky, 2001, p.52).

Borda da psicose. Como não há decisão da estrutura na infância o sujeito está na borda e um dia cairá para um lado ou outro, como diz o autor. Pensamos em se tratar de uma disputa entre a estrutura neurótica *versus* a estrutura psicótica, mas não podemos deixar de considerar a estrutura perversa ou, até mesmo, um autismo que não foi considerado por Lacan como pertencendo a uma estrutura especificamente. Deixemos este ponto para quando formos trabalhar a clínica do autismo.

Voltando à nossa questão sobre a mãe abstrata e o pai cansado, como denomina o autor, a vinculação de uma possível estrutura psicótica com a mãe e o pai fica bastante explícita, enodando a encarnação das funções parentais, desejo materno, complexo de Édipo, metáfora paterna e sexualização. Faltou a ele falar do fantasma, mas isto ele deixou para ser escrito por mim neste capítulo ou não teria sentido a escrita desta tese:

“Este menino, esta criança, sofre de mãe abstrata! E, o outro pólo de seu sofrimento, podemos denominá-lo de pai cansado. Entre um pai cansado e uma mãe abstrata, a possibilidade de contar com alguém que realize, no sentido próprio, a inscrição significante é improvável” (Jerusalinsky, 2001, p.52).

Então, nas palavras do autor o significante depende dos personagens edípicos que compõem a constelação significante que determinará que o sujeito siga numa certa direção. Uma mãe abstrata e um pai cansado, ambos presentes, mas completamente ausentes da vida do filho, ausentes em seu desejo, podem não ser capazes de transmitir o Nome-do-Pai para um enlaçamento entre real, simbólico e imaginário, constituindo o fantasma em determinação ao desejo do Outro?

O autor ao longo deste capítulo de seu seminário nos dá indícios de que considera o sujeito determinado pelos significantes que o antecedem e, por isso, o posicionam numa direção estrutural anterior a qualquer tipo de escolha. Nas palavras do autor uma mãe abstrata e um pai cansado não podem ofertar a estrutura neurótica desde sempre. A inscrição significante que o autor refere é a do Nome-do-Pai, marca incontestável da norma fálica. Para exemplificar esta afirmativa Jerusalinsky lembra do ordenamento dos elementos contidos no nome próprio, escolhidos pelos pais ou responsáveis pelo bebê:

“A constelação de significantes, capazes de designar esta posição, provavelmente é tão vasta e infinita como o universo. E aí Lacan usa o termo constelação, no mesmo sentido que o usava na astrologia medieval. Porque é nestes significantes que eu posso ir a indagar o que determina meu destino. É neles que está contido, como cifra, a que imperativo eu estou obedecendo” (Jerusalinsky, 2001, p.55).

Seria ousado supor que o imperativo que o sujeito obedece é o fantasma que se estrutura a partir destes significantes advindos do Outro? O fantasma, relação entre um sujeito barrado e o objeto *a*, obedece a regras impostas pelo Outro que o constitui, o que leva Lacan a defini-lo como um anteparo frente ao real (2008, p.47)

Jerusalinsky avança nesta questão das relações diárias da mãe com o bebê. Sobre este assunto ele nos diz:

“Quer dizer que nessa inocente brincadeira que a mãe faz quando a criança grita e ela diz está me chamando ou quando faz cocô que lindo presentinho que você deu para sua mãe. Ou quando diz Ele está ofendido comigo e se trata de uma criança de uma semana de vida. Ou quando acaba de nascer e, do ponto de vista visual é indiferente do ponto de vista sexual, chega o pai e diz: Oi garotão! E se for uma menina: Olha como ela já pisca os olhos sedutoramente” (Jerusalinsky, 2001, p.55).

Tudo isto apenas para dizer que deve haver uma suposição de um sujeito ali onde não há sujeito algum. Esta fala aparentemente banal, considerada menor em muitas culturas, coisas de mulher ou coisas domésticas sem a menor importância, tem uma consequência da vastidão da constelação significativa:

“Onde se tece, inclusive um enigma. Quer dizer, se tece um imperativo que impõe a esse sujeito uma certa trajetória e uma certa modalização de relação com o real e com o outro. Ou seja, que modula, essa constelação, os modos de gozar. Dito de outra maneira, assenta as bases para qualquer relação com o objeto. É por isso que se chamar Jacques Marie não é o mesmo que se chamar Marie Jacques” (Jerusalinsky, 2001, p.55).

Assentar as bases para qualquer relação com o objeto é dizer que o sujeito vai na direção que os significantes do Outro apontarem o caminho e, neste percurso, estabelecerá suas relações com o objeto *a* formando, então, a possibilidade de escritura da fórmula da fantasia.

Por mais que os significantes sejam os mesmos, sua posição na estrutura não é sem consequências. O exemplo com o nome de Lacan, Jacques Marie Emile Lacan, não seria equivalente, no que diz respeito à sexuação, se estivessem trocados, por exemplo, Marie Jacques Emile Lacan. Com a mudança de um nome ou de uma letra muda-se completamente o sentido ou o sexo e a direção do sujeito ao longo da vida.

Na verdade, o próprio Jerusalinsky trará a resposta da oferta da castração pelo Outro nos parágrafos seguintes. Ele diz:

“Por que devemos nos perguntar quando se opera essa suposição de um sujeito se ele está atrelado a obedecer à verdade apriorística que o fantasma parental lhe propõe. Então cabe se perguntar o que quer dizer ser livre para escolher” (Jerusalinsky, 2001, p.57).

Lembremos Lacan quando posiciona o sintoma da criança ligado ao fantasma do casal parental ou ao fantasma materno. No primeiro caso, atrelado ao fantasma parental, a metáfora paterna já está em andamento, pois já existe o pai no complexo. No segundo, atrelado ao fantasma materno, a metáfora paterna ainda não se iniciou ou não se iniciará, revelando a forclusão do Nome-do-Pai como emblema da estrutura psicótica.

Jerusalinsky traz a ideia sobre a entrada do sujeito na ordem simbólica a partir do fantasma parental, da maneira como o sujeito é tomado pelo Outro e situado em relação ao seu próprio desejo. Na página seguinte o autor coloca de forma bastante clara a relação entre maternidade, paternidade e discurso do Mestre. Colocando os pais no lugar do Outro Primordial o autor nos diz:

“Porque pai e mãe formam isso que se chama grande Outro Primordial, que exige um exercício de uma mestria. Uma determinada posição de mestria, que consiste em correr o risco de marcar uma certa direção, ou seja, de interpor significantes, que endereçam à fala, à entrada no mundo desse sujeito e se fazer responsável pelas consequências de ter colocado em jogo esses significantes” (Jerusalinsky, 2001, p.58).

Nesta citação temos uma questão importante. O autor afirma que pai e mãe ocupam o lugar de Outro Primordial em pleno exercício de uma mestria. Pergunto: este Outro Primordial é barrado ou não? Se tomarmos um não como resposta, então, dizemos que a mãe sabe tudo, que seu saber não é furado, não contendo a marca da

verdade da sua castração. Se tomarmos o sim como resposta, então, o saber da mãe é furado. Ela sabe, mas não tudo.

Penso ser este um dado importante sobre a castração do Outro, uma vez que entendemos por Outro um lugar simbólico encarnado pelos personagens edípicos. Tomando o Outro como a mãe, então, seria prudente marcar o desejo dela como representante de sua castração. Porém, o autor coloca tanto mãe como pai no lugar do Outro Primordial ampliando o campo de intervenções significantes do bebê. Ele não tem apenas uma mãe que o deseja, mas também um pai que a convoca enquanto mulher, livrando o bebê da posição de cristalizar-se como objeto do fantasma materno. Caberia aqui levantar a questão da presença do pai como presença do desejo que faz a mãe mulher.

Jerusalinsky apresenta a sustentabilidade da cadeia significante, cadeia que costurará a teia simbólica necessária à estruturação psíquica pelo advento de entrada no mundo da linguagem pela via de uma mestria, concordando com a ideia de Lacan apresentada no grafo do desejo número 1. Além disso, esta mesma cadeia não apenas introduz o bebê na linguagem, mas também fornece os significantes que apresentam, ao mesmo tempo que o capturam, na matriz edípica:

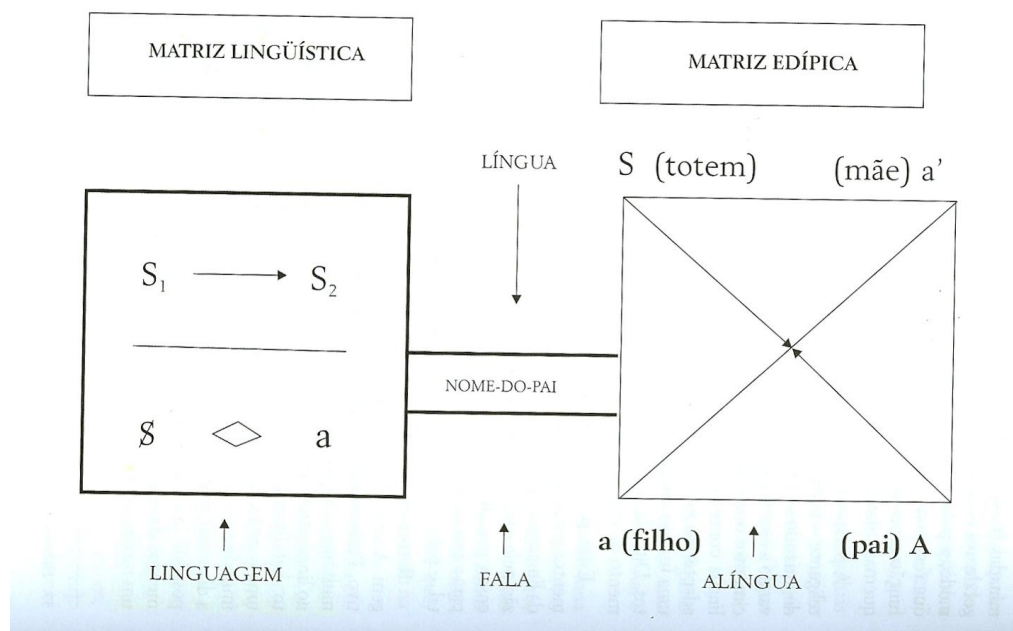


FIG. 12 – Matrizes Linguísticas.(grifo nosso). Jerusalinsky, A. Saber falar. Como se aquire a língua? Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2008:142.

O sujeito pode ter acesso à matriz simbólica e não ter acesso à matriz edípica, ficando preso nas tramas da psicose. É o Nome-do-Pai, transmitido inconscientemente, que permitirá o acesso à matriz edípica, uma vez que informa ao sujeito que ele não é o falo da mãe.

Na aula de 11/06/2001 o autor chega a nomear os dois pontos que considera determinantes para a decisão das estruturas clínicas, a primeira se refere ao ato, a segunda a uma inversão temporária (Jerusalinsky, 2001, p.69). Sobre a dimensão do ato o autor aponta a tomada da palavra da criança como ato, fazendo reincidir as consequências sobre ela mesma:

“A passagem da costura entre o Real e o Imaginário, que prevalece na infância, para a prevalência da costura entre o Simbólico e o Real, que prevalece na vida adulta, é o que faz com que o sujeito, que até ali não era considerado pelo discurso social como responsável pelo que dizia ou fazia, passa a ser considerado como responsável tanto daquilo que diz quanto daquilo que faz [...] Porque há um estatuto da lei que vige durante o período da infântilidade do sujeito, que é uma forma da lei que poderíamos batizar de “Lei da brincadeira” ou “Lei de brincadeira” que, embora tenha todos os mesmo princípios que a lei vige no discurso, ela não opera do mesmo modo” (Jerusalinsky, 2001, p.69).

O autor enfatiza a necessidade do Outro no processo de mudança subjetiva da criança em relação à lei. Não é a criança que ao atingir uma certa idade irá encontrar-se numa posição subjetiva adequada à lei, os adolescentes nos mostram que suas idades cronológicas nem sempre correspondem à idade subjetiva. As próprias crianças que apresentam sintomas na aprendizagem podem estar afirmando a tese de que sua idade cronológica não está adequada à idade subjetiva: “Uma criança que não funciona nos termos do discurso social, desde o ponto de vista de sua estruturação subjetiva, mal pode fazer funcionar matemática do mesmo modo”. (Jerusalinsky, 2001, p.70).

É o Outro que marca um limite diante do ato e da fala da criança, ou melhor, é o Outro que toma a fala da criança como ato e a faz sofrer as consequências. Penso aqui mais um indício de que as funções parentais devam estar encarnadas no que chamo de personagens edípicos: “Por isso se uma criança não tem pais, tem que ter um tutor ou um cuidador, ou alguém habilitado para o exercício da lei” (Jerusalinsky, 2001, p.73).

E não apenas um tutor qualquer, mas um tutor que estabeleça com ela uma relação de filiação, “uma forte transferência com o grande Outro para suportar a entrada

na lei” (Jerusalinsky, 2001, p.74). Citando Françoise Dolto, Jerusalinsky enfatiza esta passagem: “Para a criança aceitar a castração tem que haver uma promessa, na qual ela possa acreditar, de que será devidamente compensada na vida adulta, a respeito daquilo que ela perde com a castração” (Dolto, in Jerusalinsky, 2001, p.69).

A castração, para ser aceita, deve conter a promessa de uma restituição, caso contrário será compreendida como violência, mais do que ela é de fato.

Retomando a pergunta sobre a indefinição das estruturas clínicas na infância, o autor coloca um ponto final ao afirmar:

“A posição significante que marca como ele, esse sujeito, será escutado por outro é o que decide, então o que vai e o que não vai dizer. Porque o que decide o que vamos dizer e o que não vamos dizer é o que sabemos de como seremos escutado pelo outro. E, se não sabemos como vamos ser escutados pelo outro, se ainda não sabemos de nossa posição no discurso, não sabemos o que dizer e muito menos o que fazer”. (Jerusalinsky, 2001, p.78).

Para o autor, este é o mecanismo neurótico da definição das estruturas clínicas, pois na psicose o que ocorre é o contrário:

“O problema no psicótico é esse: ele sabe que vai ser escutado pelo outro, mas não sabe como, porque ele não sabe que posição ele tem no Outro, ou seja, no discurso. O psicótico não sabe que posição tem ele, que o significante que o refere, ele sabe que refere a ele – que ele se chama João. Um psicótico sabe como se chama, mas ele não sabe que nome ele tem no Outro[...] Muito bem, a criança está em vias de constituir seu saber a cerca disto: uma criança não nasce sabendo como ela se chama no Outro. E demora muito a saber. Quanto é que ela demora depende de quanto os pais vacilem em nomeá-la, ou seja, em lhe outorgar, lhe dar, lhe doar a constelação significante que a denomina, ou seja, que a representa” (Jerusalinsky, 2001, p.78-79).

A problemática do psicótico é a de sustentar incessantemente a pergunta: “quem eu sou?”, sem encontrar a pergunta no Outro que lhe configure um contorno significante amarrando Real, Simbólico e Imaginário.

A vacilação dos pais em nomear o que a criança representa para eles possui duas consequências opostas:

“Se, por um lado, ela representa o abandono parental, pois não oferece os significantes edípicos para que o sujeito se constitua, condenando o sujeito à incessante pergunta sobre a origem, por outro

lado, uma certa vacilação se faz necessária, pois abre espaço para que o sujeito construa seu próprio nome” (Jerusalinsky, 2001, p.79).

A construção deste nome, desta história, se dará a partir do que puder ser ofertado a esta criança, aos significantes que forem oferecidos a esta criança, pelos personagens edípicos que configurem a cena familiar desta criança. São os pais, encarnando as devidas funções que poderão significantizar as pulsões, operando a perda de ser necessária à entrada na linguagem, na matriz simbólica e também, conduzi-la à matriz edípica, operando a fantasia como marca insubstituível do desejo do Outro no psiquismo humano:

“...uma criança, qualquer uma, estou falando da criança pequena, de menos de cinco ou seis anos de idade, está perseguida por esta pergunta quase constantemente e somente lhe devolve uma certa tranquilidade que o grande Outro, encarnado nos pais, lhe responda. Quer dizer que sua posição significante no discurso tem que estar sustentada por um outro real. Isto é o que diferencia a posição na estrutura psíquica do adulto e de uma criança” (Jerusalinsky, 2001, p.80).

Importante marcar, nesta citação, a importância que o autor confere à encarnação das funções parentais e sua operabilidade na constituição psíquica. O autor posiciona cronologicamente a angústia da criança, correlativo ao tempo do Édipo proposto por Freud, apontando um momento da estruturação psíquica onde a estrutura ainda está por ser definida, de acordo com a vacilação dos pais em nomear a criança como causa do seu desejo.

Na próxima citação veremos que Jerusalinsky divide as crianças que enlouquecem e as que psicotizam, proporcionando uma leitura a partir do Édipo freudiano que marca um ponto divisor entre o normal e o patológico, ou, dizendo com Lacan, entre a neurose e a psicose:

“Há crianças que precisam de Outro sempre, de outro real, para responder a esta questão de quem sou eu, ou seja, que nome eu tenho no Outro, e qual é a extensão e a variabilidade de meu nome no Outro. As crianças não são naturalmente psicóticas, por estarem confrontadas o tempo todo com essa pergunta. As crianças enlouquecem – vejam a diferença entre psicotização e enlouquecimento – quando esse Outro real não responde, ou responde numa vacilação insuportável, ou responde numa ambiguidade indecifrável” (Jerusalinsky, 2001, p.80).

Freud usava o termo louco para se referir à neurose obsessiva e não para a psicose. No texto “O sentido dos sintomas” (1916-17) ele se refere aos sintomas obsessivos como loucura que possui um sentido, uma lógica: “certamente esta é uma doença louca”. Nessa citação, o autor se refere a este momento da infância anterior à conclusão do Édipo, onde as crianças estão às voltas com as questões da origem, com a pergunta sobre o que elas significam para o Outro, ou seja, enlouquecidas. Se estas perguntas não tiverem respostas, ou se estas respostas demorarem em demasia ou até mesmo se elas forem indecifráveis, então, teremos a psicose:

“É aí que as crianças saem do leito do rio que guia seu andar, que guia as águas do significante que as carregam. Que guiam a correnteza em que ela está, transborda, perde a borda. Quando o rio do significante transborda, a água vai parar em lugares onde não é esperada, ou seja, no meio do living da sala. Do living room da sala, no meio da sala de jantar. E é ali que a criança mija, no meio da sala de jantar. Transborda! Ou faz cocô em qualquer lugar ou sobe em cima da mesa. Enlouquece! Arrastada por esse significante transbordado” (Jerusalinsky, 2001, p.80).

Podemos pensar que o rio do significante transborda quando a metáfora paterna falha, ou, dizendo com Freud, o complexo de Édipo não se instala no psiquismo da criança levando-a a um enlouquecimento que chegará à psicose como funcionamento predominante e irreversível.

A psicanálise pode por um fim a este enlouquecimento? Penso que aqui está o maior desafio da psicanálise que se ocupa da criança, seja de orientação lacaniana, freudiana, kleiniana, winnicottiana, anafreudiana ou qualquer outra que se reconheça como psicanálise. Acredito que qualquer clínica psicanalítica que trate o bebê ou a criança pequena encontre nesta pergunta um marco. Digo isto porque considero diferentes as questões da estrutura das questões relativas ao sintoma, por exemplo.

Se, como diz Lacan, a criança é sintoma do casal ou do fantasma materno, até ela ter seu próprio sintoma terá que encontrar o leito do significante no curso do rio na metáfora paterna, momento decisivo da estruturação subjetiva sem o qual o significante transborda.

O autor que estou explorando neste momento do trabalho pensa da seguinte maneira quando fala sobre o referido assunto:

“-É possível devolver o significante a seu leito, tomando essa metáfora do rio?, pergunta o autor. –Sim. Na infância é possível., responde ele. – Sem que restem vestígios da inundação?, continua seu questionamento. - Ah! Isso é mais difícil. O que estragou, meu filho, isso estragou bem., responde novamente a sua própria pergunta.” (Jerusalinsky, 2001, p.80).

Antes de seguir adiante na minha tese gostaria de pontuar que esta citação foi um dos motivos pelo qual resolvi tomar como questão a construção da fantasia na clínica com crianças. Além de ter tido o contato com este texto, tive a oportunidade de fazer minha especialização em Diagnóstico e Tratamento dos Transtornos da Infância e Adolescência com a equipe do Centro Lydia Coriat de Porto Alegre, na mesma época em que defendia meu Mestrado na UNB (2003) com uma dissertação sobre a metáfora paterna: O pai. Quem? (Pio da Costa, 2003, inédito).

Tive a oportunidade de conduzir um grupo de estudos sobre autismo e psicose na infância onde fazíamos supervisões com Alfredo Jerusalinsky. Na verdade, estávamos lendo seu livro sobre a clínica do autismo e tínhamos algumas aulas com o próprio autor, o que contribuiu em muito para minha clínica e, como já disse, para a escolha do tema desta tese que escrevo agora.

Na época, fiquei bastante entusiasmado com a ideia de que o tratamento analítico direcionado às crianças seria capaz de produzir um efeito simbólico ao ponto de retirá-las do risco subjetivo de uma formação autística ou psicótica. Mesmo que os vestígios da inundação significante produzam marcas no sujeito, a oferta de um tratamento com uma possibilidade como esta já é algo bastante significativo.

Encontrei, enfim, um autor que conseguiu colocar a psicanálise freudiana e, principalmente, a lacaniana, numa aplicabilidade clínica tamanha, que os conceitos psicanalíticos não apenas faziam sentido, mas eram aplicáveis, ou seja, era possível manuseá-los na clínica. A partir do texto de Alfredo Jerusalinsky pude ter uma clareza maior do que poderia realmente tratar na clínica com crianças e, após doze anos de prática clínica com crianças, pude chegar a esta questão que tento trabalhar nesta tese.

A ideia de uma neuroplasticidade articulada com a configuração fantasmática, evidenciando que a maturação não é autônoma da linguagem, faz das ideias de Freud e Lacan uma das mais possíveis argumentações teóricas e clínicas já produzidas pelo

homem até então. A noção de estrutura psíquica capaz de capturar o organismo, tendo todo o desenvolvimento associado à estruturação, desconstrói a ideia de que um estado orgânico deve acontecer inicialmente para que seja possível uma formação subjetiva.

A psicanálise mostra exatamente isto. Para que seja possível o que se chama de desenvolvimento das funções cognitivas, motoras, de linguagem, é fundamental a operação do que Freud chamou de Recalque Originário. Nas palavras de Jerusalinsky:

“Vejam só então porque, com todo o fundamento, dizemos que as estruturas psíquicas são provisórias na infância. Desde a amálgama entre o orgânico e o psíquico inseparáveis, hoje em dia, que devemos denominar o originário, essa amálgama que se constitui como o que vai cair sob a *Urverdrangung*, ou seja, sob o recalque originário. É o que vai constituir a massa disso que sempre foi inconsciente e sempre o será, irreduzível a qualquer operação de conscientização, que isso originário, é ali nessa amálgama que reside o que vai se articulando como estrutura psíquica da infância e que depende da modalidade da *Urverdrangung*, ou seja, do recalque originário.” (Jerusalinsky, 2001, p.82).

Penso que aqui encontramos um primeiro ponto a ser procurado na clínica com bebês: o recalque originário. Em que ele consiste? É possível observá-lo ou, pelo menos, seus efeitos? Até então, como verificamos no capítulo sobre o fantasma, o recalque originário é ponto inicial para que o fantasma possa ser inscrito no psiquismo. Sem o recalque não temos fantasma, temos psicose.

Por uma questão lógica, a psicanálise que se ocupa da criança tem como principal tarefa ou a produção do recalque originário ou a operabilidade a partir dele. Para que isso ocorra, uma série de fatores deve ser levada em consideração, desde a idade em que a criança ou bebê chegue ao tratamento até o quadro sintomatológico do mesmo.

Penso que o trabalho psicanalítico com crianças deve procurar indícios de que tanto o recalque originário ocorreu quanto ocorreram as operações de causação do sujeito, *alienação e separação*. Esses três marcos são indispensáveis na construção do fantasma e levam o analista a buscar a operabilidade do Nome-do-Pai como significante que une real, simbólico e imaginário na topologia lacaniana, colocando o sujeito do inconsciente determinado ao desejo do Outro.

O momento cronológico e não apenas lógico do sujeito é um ponto a ser levado

em conta quando se trabalha com crianças pequenas. Um bebê de seis meses não funciona da mesma maneira que uma criança de cinco anos e, por isso, a escuta do analista deve direcionar-se para alguns aspectos fundantes do psiquismo, como o recalque originário, por exemplo:

“Dito de outra maneira: depende como a criança venha a se separar, no seu processo de produção subjetiva, desta amálgama que constitui seu corpo que, como vemos, não é puro corpo, não é pura libra de carne, não é puro bife...a criança não é um bife sináptico, senão que é essa amálgama e que vai depender de como se articula esse recalque originário, como a criança virá a lidar com os objetos que lhe antecipam, aquilo em nome do qual ela suporta ou não a castração”. (Jerusalinsky, 2001, p.82).

Esta citação merece um comentário. A ideia de que a criança não é puro bife sináptico, não é pura libra de carne, está de acordo com a suposição de um sujeito, ali, onde não há um de fato. A ideia de que a criança venha a se separar desta amálgama que constitui seu corpo no seu processo de produção subjetiva, também está de pleno acordo com a primeira ideia que posiciona a criança como sujeito a advir, mas não afirma que ela é capaz de produzir seu próprio recalque originário, por exemplo.

Dizer que a criança não é puro bife sináptico, assim como afirmar que ela constitui seu próprio corpo no seu processo de constituição psíquica não é o mesmo que dizer que ela escolhe a estrutura que virá marcar seu funcionamento mental. Se parece que o autor nesta citação abre espaço para concordar com a ideia de que o bebê escolhe a estrutura psíquica, logo ele vai afirmar “que a criança terá que lidar com esse recalque originário, com os objetos que lhe antecipam, aquilo em nome do qual ela suporta ou não a castração”. (Jerusalinsky, 2001, p.82).

Aqui cabe uma pergunta: o que faz com que a criança suporte a castração? Depois de ter escrito esta tese só encontro uma resposta: o fantasma. É o fantasma que torna possível a articulação entre real, simbólico e imaginário. É o fantasma que torna possível o brincar, considerado por Freud como o próprio fantasiar. É o fantasma que permite ao psiquismo funcionar pela via desejante, tendo este como impulso lógico do sujeito, uma vez que ele é puro desejo. É o fantasma que posiciona o sujeito no campo fálico, sempre numa relação com o objeto *a*.

Penso que suportar a castração depende deste anterior ao sujeito, desta lida

com os objetos que lhe foram ofertados pelo outro no lugar de grande Outro. O complexo de Édipo freudiano não é outra coisa senão o romance familiar que antecipará estes objetos para que o fantasma seja constituído. A metáfora paterna de Lacan é, a meu ver, a operabilidade da substituição deste amálgama, citado pelo autor acima, pelos objetos (significantes) que poderão estar em relação com este sujeito.

7.4 O lugar do analista: Outro ou *a*.

Esta parte da tese pretende discutir a questão do lugar do analista na clínica com crianças. Para tanto se faz necessário um posicionamento sobre o momento da estruturação de cada criança, assim como seu momento cronológico de chegada ao tratamento.

Renata Petri, em seu livro *Psicanálise e infância (2008)* aborda este ponto a partir da castração, que ela chama de núcleo organizador de toda experiência subjetiva (Petri, 2008, p.64). E inicia este assunto dizendo que

“as crianças que chegam para tratamento na clínica psicanalítica encontram-se em momentos distintos com relação a este centro organizador (castração), demandando, portanto, condições também distintas para a realização do trabalho analítico” (Petri, 2008, p.65).

De maneira bastante perspicaz a autora consegue diferenciar três tempos na clínica com crianças em relação à castração, para depois pensar a posição do analista na condução desta análise. Diz a autora:

“Nesse sentido, enquanto analisante, tem-se (i) a criança pequena, caracterizada pelo jogo do engodo e das frustrações que vive com a mãe como Outro primordial; (ii) a criança edípica, já inserida na dialética da castração como encruzilhada estrutural do sujeito; e (iii) a criança na latência, ocupada em compreender e assimilar a castração a que foi submetida” (Petri, 2008, p.65).

Tendo, em cada um dos tempos da experiência humana, relações particulares com os elementos que compõem a estrutura, fazem-se necessárias, também, clínicas diferenciadas. A proposta da autora é de se considerar três tempos referenciados pela

castração:

“um tempo preparatório, anterior ao Édipo; o atravessamento edípico propriamente dito, implicando a operação de castração; e um pós-Édipo, tomado pela tentativa do sujeito de compreender o que já passou [...], antes da castração, a criança está às voltas com o gozo do Outro; a partir de sua incidência, alcança o gozo fálico possibilitado pela linguagem; e na latência tem-se como alternativa o gozo do sentido”. (Petri, 2008, p.65).

É muito importante tomar de maneira direta o que a autora propõe. Tomando a castração como núcleo organizador da subjetividade, se faz necessário pensar a posição do analista na direção da cura de acordo com os três tempos propostos por Petri, em lugar de considerar apenas a idade cronológica em que chegam as crianças ao tratamento analítico. Se a cronologia é importante na psicanálise com crianças, pois dá uma certa ideia de que momento da estruturação a criança está, além de informar ao analista o tempo que resta para a inscrição de certas marcas simbólicas, mais importante ainda é encontrar indícios do momento psíquico em que a criança se encontra, antes, durante ou depois da castração, partindo da premissa de que a castração está operando.

No autismo e na psicose na infância estes indícios podem revelar um tempo de intervenção que passou. Não tendo a castração como este organizador central da subjetividade que se estrutura, mas seu contrário, a forclusão dela, o rompimento do laço entre mãe bebê se apresenta a partir da constatação do fracasso do circuito pulsional, quando o bebê não é tomado como objeto do gozo materno.

É ponto pacífico entre muitos psicanalistas a tomada da mãe no lugar de Outro primordial e isto não poderia ser diferente em Petri ao dizer que “no momento inaugural, temos a mãe, Outro primordial, e o bebê sujeito à necessidade. Ao nascer, realiza para mãe a presença do objeto a na fantasia, saturando sua falta” (Petri, 2008, p.66).

O lugar de Outro primordial é encarnado pela mãe apresentando-se como uma matriz simbólica, lugar de presença/ ausência para o neo-nato e logo passará a operar, também, como real. Operando a primeira experiência de satisfação a mãe falhará na tentativa de sustentar uma completude, o que tornará viável o encontro com a castração da mãe e, em seguida, a do próprio bebê:

“A mãe oferece-se como uma matriz simbólica para a criança, alternando-se entre ausência e presença. A criança vive uma primeira experiência de satisfação nesse momento mítico do encontro com o leite/seio materno, numa relação ilusoriamente homeostática com sua mãe. Tem assim a experiência da possibilidade da relação sexual, do fazer-se um com a mãe, como se o encontro com o Outro pudesse ser bem sucedido, no sentido de uma plenitude” (Petri, 2008, p.66).

Considerando uma estruturação neurótica a caminho, o rompimento desta plenitude é muito bem vindo:

“A mãe passa de uma matriz simbólica para uma matriz real, a mãe aparece então munida de grande potência à qual a criança se submete, numa dependência aterrorizante. Essa onipotência da mãe tende a se traduzir numa voracidade de seu desejo, situação periclitante à qual Lacan se refere pela figura da mãe insaciável” (Petri, 2008, p.65).

Neste momento da constituição psíquica, onde o que importa é a constituição do grande Outro, como alteridade a que a criança está submetida, penso se tratar da possibilidade, caso o grande Outro não se instaure, riscos do autismo. Desta forma o autismo seria uma patologia onde o vínculo com o grande Outro estaria nulo ou em alto risco de não se estabelecer jamais.

Qual a posição do analista neste momento do tratamento? Poderíamos falar em diferentes momentos da posição do analista de acordo com o momento em relação à castração? Ou a posição é a mesma, independentemente do momento do sujeito na estruturação subjetiva?

Defendemos a ideia de uma posição do analista uniforme na psicanálise, tanto com crianças quanto com adultos, ou seja, a posição é a mesma, semblante de objeto a. Porém, a encarnação do Outro talvez seja necessária para que este lugar seja inscrito enquanto alteridade, como afirma Vorcaro. A intervenção se diferenciaria quanto à posição da criança em relação à castração e poderia ter como norte o reposicionamento dos pais no lugar do Outro:

“Como visto no capítulo cinco, o analista intervém a partir de um duplo lugar: semblante de objeto a e Outro. Na transferência, o analista é chamado a encarnar o Outro, entrando com seu corpo, sua história, seu desejo, cabendo-lhe suportar tal lugar sem contudo deixar-se tomar por ele, possibilidade que se apresenta condicionada ao operador desejo de analista” (Petri 2008, p. 158).

Este ponto é bastante importante uma vez que considera a psicanálise como uma só, independentemente do objeto criança ser psicologicamente diferente do adulto; mas, é importante acima de tudo, por “abordar a clínica com crianças não como uma técnica mas como uma ética como mandamento técnico localizado no (a) do fantasma” (Petri, 2008, p. 149). Apenas teremos um trabalho analítico se tomarmos a posição do analista, operada pelo desejo do analista, como semblante de objeto *a*.

Mas, e o lugar encarnado do grande Outro? Petri pergunta:

“Como pode então o analista, sustentado em seu fazer pela ética da psicanálise, acolher essa nova recorrente demanda contemporânea por uma mal concebida felicidade ostensiva? Mais além, o que pode fazer quando o aspirante a tal conquista é uma criança que sofre a carga do discurso social implícito na demanda parental?” (Petri 2008, p. 150).

Pergunto: Como fica a constituição do grande Outro quando estamos lidando com crianças institucionalizadas, sem mãe nem pai para encarnar esta função?

O trabalho com os pais, a partir da posição de semblante do objeto *a*, pode reintroduzir a pergunta fundamental da constituição psíquica para a criança: o que o Outro quer de mim? Bernadino (2004), afirma que o vazio introduzido pelo operador desejo do analista proporciona uma experiência inédita à criança, fazendo-a recolocar o enigma “O que o Outro quer de mim”. (Bernadino, 2004, p. 73).

Porém, quando não há outro que encarne o Outro, em que posição está o analista? Delicada esta situação, pois se afirmamos que o analista encarna o Grande Outro, então, estamos supondo uma certa adoção por parte deste. Seria isto uma saída da posição ética do analista, ou estaríamos diante de uma outra questão ética: deixar ou não aquela criança padecer frente à não constituição do Outro? Na conclusão desta tese iremos trazer Nadia, paciente institucionalizada que fora atendida por Rosine Lefort encarnando este lugar de Outro para ela, da mesma forma que a de semblante de objeto *a*. O Outro e o semblante do objeto *a* possuem momentos distintos na constituição psíquica, ou seja,

‘...ocupar o lugar de objeto causa do desejo requer que a criança já seja um sujeito de desejo, ou, pelo menos, esteja a caminho de sê-lo, não se encontrando impedida por permanecer encravada no lugar de objeto da fantasia materna, situação que requereria do analista manobras clínicas anteriores” (Petri, 2008, p. 156).

Sem dúvida alguma estamos no momento edípico da constituição psíquica, com um Outro já constituído minimamente para termos um sujeito em via de sustentar a barra em que a linguagem o introduz. O que Petri chama de manobras clínicas anteriores penso tratar-se de abrir o espaço necessário entre o S1 e o S2 para que o sujeito seja representado de um significante a outro, ou seja, arrancar a criança da posição de falo imaginário da mãe informando-a que ela não o é.

Dito de outra maneira, as manobras clínicas anteriores estariam sustentando a instalação dos alicerces do fantasma, o grande Outro em que seriam operadas as duas combinatórias para a determinação do sujeito como desejo do Outro, *alienação* e *separação* e o Nome-do-Pai, significante da metáfora paterna que arranca o sujeito do lugar de falo.

Sobre as manobras clínicas anteriores a própria Petri responde. Comentando uma citação de Lacan:

“esse objeto insensato, que especifiquei de “a”. É isso o que se agarra a à fixação do simbólico, do imaginário e do Real como nó. É ao justo agarrar que vocês podem responder àquilo que é função de vocês: oferecê-lo como causa de seu desejo a seus analisantes. É isso que se trata de obter. Mas se vocês aí prendem a pata não é tão terrível. O importante é que isso se passe sem os seus encargos” (Lacan, 1974, p. 20),

Petri diz:

“Se o que se transmite numa análise a partir do analista no lugar de suporte do objeto *a* é o vazio necessário à realização da falta inscrita no Outro e, como já mencionado, o bem maior que os pais podem transmitir a seus filhos é essa mesma falta, qual seria então a diferença entre esses dois modos de transmissão?” (Petri, 2008, p. 159).

A autora propõe que se mantenha aberta, sem tentativas de preenchimento, a falta que a posição fantasmática dos pais tenta encobrir e afirma que o trabalho do analista, as manobras clínicas anteriores, seria a própria transmissão desta falta, não sendo considerada um defeito:

“Os pais transmitem a falta a partir da sua própria posição fantasmática [...] Nesses casos (onde a falta não é transmitida ou é considerada um defeito) o trabalho do analista junto aos pais inclui manobras necessárias a (re)autorizá-los a operar a partir desta falta fundamental” (Petri, 2008, p. 159).

Desta forma, a posição do analista numa psicanálise com crianças, semelhante de objeto *a*, seria sustentada numa ética como técnica, a ética do desejo inconsciente, onde o operador desejo do analista recolocaria o enigma fundamental da constituição do fantasma, o que o Outro quer de mim?:

“A possibilidade de sustentar o desejo de analista diante da criança remete à capacidade do analista de ocupar um lugar de abnegação subjetiva que lhe permita operar com o desejo liberto de sua fantasia, posição nada fácil diante da criança, uma vez que o risco de tomá-la como objeto de gozo é especialmente tentador, sobretudo para aqueles com a escuta obstruída com as próprias fantasias” (Petri, 2008, p. 156).

CAPÍTULO VIII - Autismo e Psicose à luz da constituição subjetiva segundo os Lefort – Nascimento do Outro

Antes de iniciar este capítulo sobre autismo e psicose na clínica com criança, relacionando-o ao livro dos Lefort, *Nascimento do Outro*, (1983), gostaria de fazer um breve comentário sobre o conteúdo do livro e esta tese de doutorado.

Quando consegui, finalmente, elaborar a questão principal da tese, sobre a construção do fantasma na psicanálise com crianças, estava, até então, com a ingênua sensação de não haver encontrado nenhum autor que tivesse afirmado esta premissa antes.

Ao iniciar minhas leituras me dei conta de que estava completamente enganado, pois quando me deparei com o *Nascimento do Outro*, percebi que não apenas esta questão já havia sido formulada muitos anos antes, mas também, e principalmente, a condução da cura de um tratamento psicanalítico com duas crianças institucionalizadas já estava relatada, passo a passo, nas páginas deste maravilhoso livro que trago para sustentar minha tese.

Na minha concepção, este livro não trata apenas da questão do Nascimento do grande Outro no tratamento psicanalítico com crianças, mas sim, sobretudo, trata de todos os passos que uma psicanálise com crianças deve ter para ser considerada analítica, a partir da ética como técnica, até a constituição do fantasma como axioma que emoldura a angústia, como Lacan propõe, sustentador de toda a trama subjetiva neurótica.

Os Lefort nos ensinam, a partir destes casos clínicos, que uma verdadeira psicanálise com crianças visa a construção do fantasma ou a disponibilização deste quando do encontro inevitável com o real. Mostram, também, a posição do analista ao longo desta cura oferecendo-se como Outro primordial ao longo do tratamento, o que retoma a discussão sobre a posição do analista como Outro primordial e/ou semblante de objeto *a*.

No prefácio da edição brasileira Dulce Campos Dantas comenta o trabalho dos Lefort sobre a posição do analista afirmando que: “O trabalho posiciona o analista, suporte da transferência, nas suas funções de provocar o surgimento do inconsciente,

oferecendo-se como o Outro e situando-se no lugar da falta, da castração” (Dulce Campos Dantas in Lefort ,1983).

Este comentário é importante, pois marca bem o que é fundamental num atendimento de crianças pequenas. Vale lembrar que estamos no terreno das instituições públicas, onde os pais não mais estão ali sustentando a estruturação psíquica com seu desejo. Na verdade, nunca estiveram. Nadia fora separada de sua mãe logo que nasceu e Marie-Françoise fora separada de sua mãe aos dois meses de vida e apenas aos 30 meses é que vai para a mesma creche onde estava Nadia e assim passou a ser atendida por Rosine Lefort.

Não vou fazer um comentário vasto destes dois casos clínicos, pois não acredito que faria melhor do que os autores. O que pretendo com este texto é pinçar um exemplo clínico, já publicado, de uma psicanálise com crianças, onde a construção do fantasma é o norte seguido pela analista que conduz o tratamento.

8.1 A posição de analista e a construção do fantasma no caso Nádía

Nos primeiros capítulos do livro, intitulado de : 1) O pequeno outro – A inveja – 2) O grande Outro – objeto separável, 3) A pulsão escópica – Mostrar-se, 4) A primeira identificação – a relação transvistista ao Outro e 5) A fantasia fundamental – o recalque originário, a autora define seu lugar na relação com Nádía como uma relação completamente diferente de uma relação de maternagem (Lefort, 1983, p.10), justificada por manter-se afastada em relação às manipulações do corpo [...] não alimentá-la [...] estabelecer com Nádía uma relação somente a nível do olho e da voz (Lefort, 1983 , p.10).

Por que não pegá-la em seus braços? Seria operatório este ato ou estaria a serviço do gozo da analista em questão? A autora responde da seguinte maneira:

Elas mesma diz o que ela recusa quando acreditei dever tomá-la em meus braços porque ela se inclinava em minha direção: seu rosto se fecha e ela se vira; é pois Nádía que coloca os limites da relação entre ela e mim: o Real puro do corpo torna toda relação impossível; ora, é o que ela conheceu até então: ser manipulada sem ser falada (Lefort, 1983, p.10).

Importante estabelecer a voz e o olhar, objetos da pulsão, como os objetos do circuito pulsional entre Nádia e sua analista. Sem cair nos vícios de uma relação materna a autora nos mostra como é possível operar uma análise, em direção à castração, desde um lugar estrutural para o sujeito, o lugar de Outro:

“O que existe de Real para ela é o que falta ser simbolizado na sua relação comigo, ou antes, com meu corpo. É neste sentido que o Real, como registro, toma todo seu lugar de impossível [...] O simbólico funda-se sobre o acesso ao significante: e a articulação do Real está, bem aí, na espera de ser transmutado em significante pela palavra do Outro, articulação essencial, como veremos. É este Outro que, apesar dela o ter conhecido em sua multiplicidade de existência, deixou de dar a Nádia seu estatuto de sujeito pela palavra: estatuto que ela vai encontrar no tratamento, onde eu me encontro neste lugar de Outro [...] Se eu tenho um saber no que concerne a articulação da demanda e do corpo, é um saber que se pode qualificar de inconsciente” (Lefort, 1983, p.10-11).

Comentemos. Se fora constatado pela analista que Nádia ainda não havia constituído o Outro em seu processo de estruturação subjetiva, não foi à toa que este fora o primeiro passo tomado pela analista. Colocou-se neste lugar, tendo o olhar e a voz como operadores clínicos diferenciados dos cuidados maternos disponibilizados pelas enfermeiras, e, dando ênfase ao olhar, marca a cena em que Nádia vê outra criança sendo alimentada: “ver um adulto se ocupar de uma criança” (Lefort, 1983, p.11).

Seria, aqui, a própria cena primária a que Freud se refere na análise do Homem dos Lobos? Seria a própria gramática do Uma criança é espancada, uma criança é alimentada? - Estão alimentando uma criança que não sou eu?

A inveja trazida pela autora, destacada em Agostinho, da criança pendurada ao seio de sua mãe, aqui, no caso, a criança sendo alimentada, funda o pequeno outro e introduz o desejo na relação com o objeto que não lhe pertence:

“Se desejo está nesta relação particular a um objeto que só excita sua cobiça se ele é objeto da outra criança, e que em nenhum caso, pode satisfazê-la. Este objeto em relação com o outro e que ela deve manter à distância não é já o objeto a de Lacan?” (Lefort, 1983, p.12).

Acredito que, a partir do que fora escrito nessa tese, sobre a constituição psíquica, que esta cena, marcada pelo olhar de Nádia, só fora possível devido à instalação da analista no lugar de Outro. Com esta posição operando, o Grande Outro, a

analista pode nomear aquilo que até então não era possível:

“Ela não mostra aí que o objeto pelo qual ela está, apesar de tudo, atraída, permanece para ela completamente inadequado a uma satisfação: disto que ela não conheceu jamais senão a dimensão da necessidade, isto é, do Real, da coisa, das Ding, que falta ser inscrita numa relação ao Outro inexistente para ela, para que aí encontre uma satisfação?” (Lefort, 1983, p.13).

A introdução do Outro, encarnado pela analista, torna possível supor Nádía como sujeito a advir, dando a ela um lugar no Outro até então inexistente; Nádía está na linguagem. O objeto *a* está fundado como causa de desejo e o desejo do analista operando a direção da cura rumo à constituição do fantasma fundamental: “É pois a outra criança que a conduz até o adulto que eu sou; é o pequeno outro que a leva ao grande Outro: na medida em que, o objeto deste grande Outro, o pequeno outro pode sempre vir tomá-lo – em mim, em meu corpo” (Lefort, 1983, p.13).

Depois de fazer operar a pulsão escópica, “o ver-se sendo vista, no meu olhar” (Lefort, 1983, p.24) e também fazer operar a primeira identificação:

“Preenche-me para preencher-se, eis aí um transitivismo em ação que funda a forma mais arcaica de identificação, na qual não se trata somente de consumir o objeto para ser preenchido, mas também de que o Outro não sofra e nada perca aí: recusa de que o Outro seja barrado” (Lefort, 1983, p.36).

A analista oferece todos os indícios da constituição do fantasma fundamental no psiquismo de Nádía:

“Tudo, nesse período, vai em direção de um único alvo: reencontrar uma imagem, a de sua fantasia fundamental, unidade do A e do a, causa de seu desejo (Lefort, 1983, p.38).

E conclui com a ideia de que o fantasma fundamental é efeito de sua relação com o Outro, encarnado pela analista, implicando numa perda decorrente da dimensão significativa:

Tal era a exigência de seu trajeto analítico no quadro da transferência, combinando dois movimentos, como em toda análise: de um lado, na relação ao Outro, a instituição sobre o corpo do Outro do objeto de desejo, isto é, da dimensão significativa que implica uma perda; de outro lado, a manutenção do transitivismo, isto é, a inclusão por acoplamento escópico do grande Outro nela, uma manutenção que se depura até o ponto nodal de sua fantasia fundamental no campo escópico” (Lefort, p, 1983, p.39).

Fica claro que a autora vem operando a análise desta criança à medida em que transmite um saber sobre a direção da cura, fundando as bases do psiquismo desta criança que, considero, sustenta-se no fantasma fundamental.

No capítulo cinco, “A fantasia fundamental – o recalque originário”, a autora inicia a questão do fantasma com a afirmação de que a sensibilidade que “ela demonstra aí é sinal de que ela não está irremediavelmente fechada no que a fascina, mesmo se lhe custa renunciar a cena. Este sorriso endereçado a mim mostra que Nadia não é psicótica” (Lefort, 1983, p.43).

É muito importante esta afirmação surgir no capítulo da constituição do fantasma fundamental, onde esta afirmação, de que Nádia não é psicótica, só se torna possível a partir dos indícios da constituição do fantasma e da operatória do recalque originário.

Sobre o recalque originário, a autora afirma ser possível sua operatória na análise, sobre transferência, a partir da separação de $A + a$. A analista se oferece como Outro iniciando o processo de *alienação* e encontra na separação o ponto final do processo de causação do sujeito, “o olhar fascinado é o próprio sujeito” (Lacan in Lefort, 1983, p.41), determinado ao desejo do Outro, tendo no fantasma o devido anteparo ao real:

“Eu tiro-a da fascinação, afetando-a com seu nome: com um significante. Precisamente neste ponto, ela afasta de si a imagem e não a reencontrará jamais. Minha nomeação tem valor de intimação que o Outro faz ao sujeito pelo seu discurso e de uma intimação que implica para Nádia, numa perda que destrói a certeza da imagem; como se eu lhe dissesse que o Outro não está aí – onde ela quer vê-lo, nesta imagem, mas lá onde eu falo; e, por aí, eu digo-lhe meu desejo. Eu não sou nem por isso o agente da perda. O agente é o significante de seu nome, por minha voz; e eu sou, do meu lugar de analista, apenas a testemunha da perda. Quando eu lanço o significante Nádia, eu me dirijo a ela enquanto sujeito, e reconheço-a como tal ao nível do significante que a representa. Eu faço desaparecer a imagem, anulo-a e faço com ela a recalque” (Lefort, 1983, p.44).

Com esta nomeação a autora cita A. Didier-Weill afirmando que o processo de separação entre A e a , faz a criança emergir enquanto sujeito desejante, já inserida numa

posição frente à castração introduzida pelo Outro:

“É neste sentido que A. Didier Weill vê numa ordem, como meu chamado nominal a Nádia, o surgimento de um super-eu-arcaico cujo efeito corresponderia aqui a um “Tú és Nádia, tú és somente Nádia e tú não és a imagem que te fascina e que me incluiria fazendo a soma de A+a”. [...] Meu chamado introduz então pela minha voz a castração que Nádia evitava pela imagem, e ao mesmo tempo o recalque desta [...] Trata-se aí de uma charneira na relação do sujeito ao Outro, articulação que pode realizar em todo sujeito um momento fecundo, da entrada na psicose, por pouco que o sujeito fique fascinado por uma imagem que faça com que para ele não exista o Outro [...] esta dimensão só funda a significância em função do recalque de um significante primordial originário que inaugura o inconsciente e faz este último participar ao mesmo tempo da significância, por todos os recalques ulteriores, e da dimensão do Real do Outro em seu corpo” (Lefort, 1983, p.45).

Fica evidente que a analista faz operar os vários significantes que compõem o processo de estruturação subjetiva de Nádia, desde a encarnação do Outro até o recalque originário, passando pelos processos de *alienação* e *separação* como determinantes ao desejo do Outro e encontrando, no final da análise, o próprio enquadramento da angústia pelo fantasma: “A 20 de maio ela dá a imagem mais poética de si mesma: pela janela, vejo-a no jardim, brincando com sua sombra e aplaudindo com alegria as mudanças de fora desta sombra. A morte está lá e ela não sabe, a vida é que ela aplaude” (Lefort, 1983, p.172).

A visão de Nádia através da janela permite à analista concluir que “não temos mais nada para fazermos juntas” (Lefort, 1983, p.174), pois ela está brincando, tendo escapado da psicose. A analista cai do lugar de Outro não barrado para suportar o resto deixado por Nádia em sua ascensão como sujeito:

“Ela sabe de minha falta de duas maneiras; pelo significante de sua demanda, que retorna de forma invertida e pelo símbolo que ela pode me dar, numa conta, como objeto de meu desejo, ou mais verdadeiramente causa de meu desejo. Com esta conta ela funda, ela me dá, ela funda a certeza do desejo do Outro” (Lefort, 1983 , p.172).

8.2 Sobre o Autismo, Psicose e Psicossomática numa relação com a Holófrase.

Penso que autismo e a psicose, são os maiores desafios da psicanálise que cuida das crianças, não apenas pela dificuldade do diagnóstico precoce como, também, pela dificuldade da possibilidade de introduzir marcas simbólicas sustentadoras e operadoras no psiquismo humano.

Fazer emergir um sujeito, lá onde ainda não é nem suposto pelo Outro, ou lá onde é o objeto que satura a falta deste, e introduzi-lo na linguagem e na dialética do desejo enquanto desejo do Outro é um grande desafio para a psicanálise e para o psicanalista.

Para a psicanálise, uma vez que necessita dar provas de que possui teoria e clínica para manejar os alicerces da constituição psíquica, apresentando seus resultados com as crianças que sofrem desta patologia. Como a psicanálise não é uma filosofia, mas um tratamento do psiquismo humano, os resultados da clínica psicanalítica devem estar disponíveis para confrontar outros saberes e tratamentos dispensados às enfermidades mais graves como o autismo e a psicose. Lembremos Françoise Dolto quando conclui “as análises das crianças afirmando que ocorreu um desaparecimento duradouro dos sintomas e uma sensação de viver interiormente em paz”(Dolto in Petri, 2008, p.30).

É claro que estamos num outro campo que não o dos sintomas neuróticos. Falar em autismo e psicose é abordar a estrutura que constitui o sujeito e penso ser este o maior desafio da clínica psicanalítica. Acrescento ainda a clínica com crianças como um desafio à psicanálise, como diz Vorcaro: “Não é sem motivo que a criança mobilize com tanto vigor a resistência à psicanálise e mesmo a resistência da psicanálise. No tratamento de crianças, portanto, o desejo do analista também não é anônimo” (Vorcaro, 1999, p.15)

Para o psicanalista, citando novamente Angela Vorcaro:

“Analisar uma criança concreta, que nos parece um fluxo contínuo e indistinto RSI, implica o reencontro do real do gozo irreduzível do sujeito: o infantil imperecível que repete seu traço no fantasma, como objeto ao saber. A criança, portanto, captura imediatamente o que há de mais singular no analista, porque ela convoca o seu fantasma” (Vorcaro, 1999, p.15)

Uma criança captura imediatamente o fantasma do analista, uma vez que mostra a ele a fragilidade da constituição humana;

“ela captura o fantasma do analista porque é ele, o fantasma, que defende o analista do real que o próprio fantasma encobre. A criança autista se apresenta ao analista como puro ser vivo ou pura máquina significante. Suas aquisições são reflexas, na medida em que, na maquinação significante em que se faz ventríloca, nada diz respeito ao funcionamento do corpo tomado pelo significante e, em suas funções orgânicas, nada diz respeito ao funcionamento significante. Há um funcionamento paralelo e exclusivo do ser e do significante, demonstrado por uma exclusão ativa.” (Vorcaro, 1999, p.34).

Desta forma, poderíamos posicionar a criança autista no momento da entrada na linguagem? Poderíamos dizer que ela está fora da linguagem ou que possui uma relação específica com a linguagem? Seria possível encontrar vida humana fora da linguagem? Vorcaro posiciona o autismo dentro da linguagem, mas não no mesmo lugar da psicose: “Acrescentamos o Autismo a essa série (Psicose, Debilidade, Fenômenos psicossomáticos), considerando que no Autismo há entrada do sujeito na linguagem, como suas manifestações holófrásicas atestam” (Vorcaro, 1999, p.28).

A holófrase, descrita por Lacan para se compreender o princípio mínimo da estrutura da linguagem, em que um sujeito é representado de um significante para outro significante, indica que sua existência, da holófrase, implica a inexistência do sujeito dividido pelo significante, pois a holófrase é o nome que Lacan dá à ausência da dimensão metafórica:

“A solidificação do primeiro casal de significante impede que um significante possa vir no lugar de outro, já que eles ocupam o mesmo lugar. O primeiro casal de significantes é aquele que determina a divisão e é também aquele do momento da alienação (em que, se o sujeito aparece com sentido, ele se manifesta como desaparecimento.” (Vorcaro, 1999, p.33).

A relação entre autismo e *alienação*, descrita por Lacan como o primeiro processo, seguido da *separação*, como processos de causação do sujeito, articulam sentido e afânise, desaparecimento. A solidificação holófrásica concerne ao processo de *alienação*:

“o sujeito só pode aparecer no campo do Outro representado por um significante, que faz surgir sua significação, reduzindo-o a não ser senão um significante representado para outro significante, ou seja, afanizado. Se o casal de significantes é holófraseado, então a relação da significação do sujeito à sua afânise se encontra modificada: o sujeito não aparece como falta, mas como monólito cuja significação se iguala à mensagem enunciada, o sujeito já é dado na mensagem.” (Vorcaro, 1999, p.33).

A ideia, neste momento da tese, é posicionar a causa do autismo como uma falha no momento de entrada da linguagem. Falha na instalação do circuito pulsional a partir da relação do sujeito com o Outro. O que se passa no autismo, segundo Vorcaro, é “uma suposição que a criança entra na alienação significativa para, a seguir, destacar-se, sem entretanto efetuar uma interpenetração entre os campos do ser e do Outro.” (Vorcaro, 1999, p.34).

O que Vorcaro quer dizer com “entrada na alienação significativa”? Será que ela propõe posicionar o autismo na operação de alienação? A autora fala de uma entrada na alienação significativa e, em seguida, de um destacar-se sem efetuar uma interpenetração entre os campos do eu e do Outro. Ela entra na *alienação* e, em seguida, sai dela, não efetivando a *alienação* propriamente dita, não ocorrendo, completamente, a captura do ser pela linguagem.

Sendo assim, no autismo, o que fracassa é a operação de *alienação*, deixando o sujeito existindo enquanto ser, cujo grito, sem ex-sistir, puro real entre significantes, é anunciado pela holófrase:

“Na holófrase, o sujeito não se conta porque está solidificado e identificado no significante holofráscico. Ele constitui, com esse significante, um monólito: o sujeito se reduz ao emissor gritando. A pura articulação da frase é suficiente para constituir esse sujeito elementar, porque ele já está incluído nessa articulação e é, dela, indissociável. O sujeito não se enuncia, é a holófrase que o enuncia suficientemente.” (Vorcaro, 1999, p.32).

Lacan, em “Conferência em Genebra sobre o sintoma” (1975), refere-se ao autismo como um *ser*, com predisposição à linguagem, cuja fala se manifesta num grito. Algo acontece que não permite ao autista emergir enquanto sujeito entre significantes, o que emerge é a zoada, o barulho autístico. Diferente dos casos psicossomáticos, que assemelham-se mais a um hieróglifo do que a grito:

“Trata-se de saber por que há algo no autista ou no chamado esquizofrênico, que se congela, poderíamos dizer. Mas o senhor não pode dizer que não fala [...] O caso dos surdos-mudos é demonstrativo do fato de que há uma predisposição à linguagem, inclusive naqueles que estão afetados por dita enfermidade. A linguagem dos dedos não se concebe sem uma predisposição a adquirir o significante, qualquer que seja a enfermidade corporal [...] Um doente psicossomático é muito complicado e isso se assemelha mais a um hieróglifo do que a um grito.” (Lacan, 1975, Conferência de Genebra sobre o sintoma).

Tomando o ser como predisposto à linguagem, Lacan aponta um congelamento no autista e no esquizofrênico que exige dos analistas que os escutam encontrar onde foi que eles, os autistas e esquizofrênicos, escutaram o que articulam. Partindo dos significantes parentais, significantes que constituem o sujeito, Lacan afirma que a escuta do analista deve se direcionar para estes significantes que aparecem holofraseados nos sons que os autistas pronunciam. Em debate com o Dr. Cramer, que o indaga sobre a receptividade da ordem simbólica por parte da criança, Lacan define o ser como falante, ou seja, predisposto à linguagem: “O ser que chamei humano é essencialmente um ser falante.” (Lacan, 1975, Conferência de Genebra sobre o sintoma).

Porém, mais interessante aqui é marcar a contextualização que Lacan oferta sobre este momento anterior à constituição do sujeito, ou melhor, sobre o momento em que estes significantes, que aparecerão escondidos em um grito, numa holófrase ou num hieróglifo, evidenciando a clínica do autismo, da psicose, do débil ou da neurose (psicossomática) com crianças, virão fazer causa deste modo de funcionamento do infâns:

“É absolutamente certo que é pelo modo como a língua foi falada e também ouvida por tal ou qual em sua particularidade, que alguma coisa em seguida reaparecerá nos sonhos, em todo tipo de tropeços, em toda espécie de modo de dizer [...] O fato de uma criança dizer talvez, ainda não, antes mesmo de ser capaz de construir verdadeiramente uma frase, prova que há algo nela, uma peneira que se atravessa, através da qual a água da linguagem chega a deixar algo para trás, alguns detritos com os quais brincar, com os quais necessariamente ela terá que desembaraçar-se. É isso o que lhe deixa toda essa atividade não reflexiva – os restos aos quais mais tarde – porque ele é um prematuro – se agregarão os problemas do que vai lhe assustar” (Lacan, 1975, Conferência de Genebra sobre o sintoma).

Encontramos aqui o Complexo de Édipo? Seriam estes significantes, estes restos, os da metáfora paterna? Brincando, porém falando sério, tanto quanto as

crianças em suas atividades imaginativas, em suas fantasias, afirmo que o que vai assustar a criança, no futuro, é o seu próprio fantasma, desde que o analista que cuidar dela tenha, na construção do fantasma, seu rumo analítico.

Responderemos a esta pergunta um pouco mais adiante, quando trabalharemos a questão da metáfora do filho segundo propõe Miller. Por agora, entraremos um pouco na questão da psicose e do débil, relacionando *alienação* e *separação* frente a estes dois grandes obstáculos da clínica psicanalítica em crianças.

Além desta explanação sobre estas patologias na infância, a saber, autismo, psicose, debilidade e psicossomática, terminaremos este capítulo com a posição do analista frente a elas e apresentaremos a ideia da metáfora paterna como o trabalho do analista na clínica com crianças.

Segundo Vorcaro (1999),

“na psicose a estrutura de superfície mantém o Outro absoluto, pois a criança é feita imanente à cadeia significante. A criança fica colada ao mandato em que ela é o que falta no Outro. Encarnada esta falta, ela preenche o intervalo entre significantes, na mesma função de qualquer significante. [...] Catapultada à alterização absoluta do campo da linguagem, a criança está fora da função da fala, pois a insuficiência da inscrição do sujeito no significante não permite separar o sujeito do significante da substância do objeto *a*”(Vorcaro, 1999, p. 36).

Na debilidade, diferente da psicose, a criança não encarnaria a falta do grande Outro. Ela não teria nada a preencher, pois a ele nada falta. Citando Lacan quando afirma que o débil não está solidamente inserido num discurso (1971-72, Seminário XIX, Ou pior, inédito), Vorcaro afirma:

“A debilidade também implicaria a ausência de um intervalo que permita a incidência do furo no Outro (Holófrase – grifo nosso) e, portanto, não haveria interrogação sobre o saber do Outro. Mas, diferentemente do psicótico, a criança não encarna a falta do grande Outro, porque a ele nada faltaria. Na debilidade, o objeto *a* permanece incluído no Outro não barrado” (Vorcaro, 1999, p. 36).

Enquanto o psicótico se depara com a fenda no Outro e se oferece como um *a* para preenchê-lo, dando corpo ao Outro, o débil não completaria o Outro, mas, sobretudo, para Vorcaro, não se depararia com sua falta.

Tanto no autismo como na psicose e na debilidade, a holófrase está presente, juntando S1 e S2 de maneira que o espaço entre os significantes esteja impedindo a emergência do sujeito. O sujeito é representado pela própria holófrase em suas particularidades autísticas, psicóticas ou débeis.

Longe de ter a pretensão de fazer uma tese sobre o autismo, a psicose ou a debilidade, trago este tema a fim de posicionar o limite onde cada patologia estaria situada no processo de constituição psíquica e a posição do analista frente a elas.

Eliane Schermann em seu texto “Uma gramática que não se escreveu (1999), citando Lacan em sua “ Conferência sobre o sintoma” (1975), diz tratar-se o autismo de uma psicose e que o mesmo encontra-se numa posição específica na linguagem:

“O autismo nos conduz ao limite da palavra na experiência psicanalítica. Nele, o mutismo é o exemplo mais radical da voz em coalescência com o aspecto mortificador do significante primordial do Outro. Se nessa psicose precocemente desencadeada a linguagem permanece sob o domínio de algo fechado em si mesmo, a partir de Lacan, não podemos dizer que o autista não ouve ou não pode falar, mas sim que sua localização na linguagem é específica” (Schermann, 1999, p.259).

Na “Conferência sobre o sintoma” (1975), Lacan aproxima o autismo da esquizofrenia, afirmando que os autistas escutam a si mesmo [...] trata-se de saber por que há algo no autista ou no chamado esquizofrênico, que se congela (Lacan, Conferência sobre o sintoma, 1975). Sendo a esquizofrenia uma psicose, então, há algo nessas patologias em comum, a saber, o congelamento deste *algo* como chama Lacan.

Partindo da ideia de que os autistas escutam a eles mesmos, então, o que fracassa no autismo é a instalação do grande Outro como tesouro dos significantes, marcando a ausência da operação de *alienação*. Seria possível dizer que autismo é uma estrutura ou que faz parte de uma estrutura? Como diz Lacan na continuação da citação acima, o mais importante é saber onde escutaram o que articulam (Lacan, Conferência sobre o sintoma, 1975). Eles só podem ter escutado os significantes parentais.

Seria errado supor a posição do analista, nos atendimentos de pacientes autistas, fazendo nascer o grande Outro da linguagem? No atendimento de Nádia, Rosine Lefort encarna este lugar e opera todo o seu tratamento a partir daí. Teria ela encarnado o grande Outro para Nádia pelo fato de que esta era uma paciente

institucionalizada?

Saber onde os autistas escutaram o que articulam implica em ouvir os pais, pois são eles que teriam esta função primordial da constituição psíquica. No entanto, existem sujeitos que não contam com esta possibilidade e precisam de um analista para encarnar esta função. Desta forma, teríamos ou a encarnação do grande Outro como posição do analista, devido à ausência dos responsáveis para fazê-lo, ou a condução dos pais a este lugar, estando o analista no lugar de semblante de objeto *a*:

“O adulto, independentemente da função exercida, ocupa inevitavelmente a função de Outro para a criança, pela assimetria própria a essa relação, por habitar a linguagem de modo mais estável, por dispor de uma fantasia mais consistente, enfim, pelo fato mesmo de ser um adulto, e o analista, enquanto tal, acaba sendo também convocado a essa posição, precisando responder diferentemente. A situação do adulto frente à criança implica poderes, ou ainda, deveres, sobretudo quanto à transmissão do legado cultural necessário à constituição subjetiva, mas, se não cabe ao analista corresponder à demanda social, não lhe cabe tampouco assumir a função dos pais” (Petri, 2008, 155).

Ocupar o lugar de semblante de objeto *a* só é possível diante de um sujeito já constituído, como diz Soler:

A condição para que o desejo do analista possa operar é a existência de um desejo constituído no analisante, efeito da subtração de gozo que engendra o sujeito. Nesse sentido, ocupar o lugar de objeto causa de desejo requer que a criança já seja um sujeito de desejo, ou pelo menos esteja a caminho de sê-lo, não se encontrando impedida por permanecer encravada no lugar de objeto da fantasia materna, situação que requereria do analista manobras clínicas anteriores (Soler, 1994)

Refiro-me a esta citação para dizer que a posição do analista na psicanálise com crianças varia de acordo com o momento da constituição do sujeito e deve levar em conta os marcos da própria constituição do fantasma, do Outro ao *a*.

De qualquer maneira, sendo o autismo uma psicose ou não, a posição do analista, com a criança, está mais para a encarnação do grande Outro do que para semblante de objeto causa de desejo. Porém, grande Outro barrado, uma vez que o desejo do analista não pode comparecer de forma absoluta, tomando a criança como objeto de gozo. E com os pais? Poderíamos falar de duas posições do analista, uma com a criança e outra com os pais? Esta pergunta possui um certo sentido, mas teríamos que

tomar cada caso em particular, pois não podemos generalizar uma posição, ou uma dupla posição, em todos os casos clínicos de psicose e autismo.

Schermann nos diz que “a fala do autista tornaria o Outro morto” e acrescenta “embora o autista tenha uma relação com a linguagem, ele não se defende do real por meio dela, já que não houve desejo que o tornasse uma criança ideal para o Outro materno. O elemento faltante é o ideal do eu” (Schermann, 1999, p.262). Citação de suma importância pois posiciona a problemática do autismo no campo da relação ao desejo materno, ou seja, ao grande Outro, mostrando o fracasso da operação de *alienação* ao Outro materno.

Esta citação está de acordo com Soler (1999) em “Autismo e Paranóia”, quando posiciona o autismo em relação à *alienação* e a psicose em relação à *separação*. Partindo da tese de Lacan: “o psicótico não está fora da linguagem, ele está fora do discurso” (1999 [1972]), a autora toma a neurose como a estrutura que entra no discurso e a psicose como a que não entra no discurso. Em conformidade com os processos de causação do sujeito, *alienação* e *separação*, Soler relaciona estes processos com o discurso/fora do discurso proposto por Lacan:

“À questão de saber como situar esta segunda distinção, *alienação/separação*, em relação à distinção no discurso/fora discurso, é possível responder imediatamente: a inscrição a um discurso supõe a operação de *separação*. Se a inscrição em um discurso é condicionada por essa operação de *separação*, ela própria condicionada pela operação do Nome-do-Pai, é preciso dizer que o fora do discurso da psicose é sua instalação no campo da *alienação*. Portanto a questão é aquela do autismo. Esclareço inicialmente que não creio em um autismo puro: Margareth Mahler está de acordo a esse: há sempre misturas a esse respeito; o autismo é um polo. Feita esta restrição, pode-se situar o autismo num aquém da *alienação*, numa recusa de entrar, um permanecer na borda” (Soler, 1999, p. 219).

Se, no autismo, temos o puro ser do sujeito ou pura máquina significante e o Outro morto, aquém da *alienação*, seria lógico supor que, no tratamento dos autistas, a restituição do grande Outro operando a captura do organismo pela linguagem, ou seja, a *alienação*, é fundamental. Da mesma forma, se na psicose a criança é o que falta ao Outro, objeto *a* na fantasmática materna, temos a operação de *separação* como grande meta a alcançar, com a posição do analista como semblante do objeto causa de desejo apenas se for possível introduzir a pergunta à mãe do psicótico sobre o desejo dela enquanto mulher.

Penso, no tratamento de crianças psicóticas, uma posição do analista que possibilite a operação de *separação*, que varia da encarnação do grande Outro da linguagem ao semblante de objeto *a*. A operação de *separação* é, segundo Lacan, como já fora apresentado no capítulo sobre o fantasma, a operação que confirma o sujeito determinado ao desejo do Outro. A *separação* é o que viabiliza a *alienação*, tornando possível a pergunta estruturante do fantasma: o que o Outro quer de mim?

Informar à criança que ela não é o falo imaginário da mãe é a tarefa do analista quando diante das psicoses infantis, tarefa atribuída ao Nome-do-Pai enquanto significante operatório da metáfora paterna. Fazer operar o Nome-do-Pai é o que se espera de uma psicanálise com crianças, pois o fantasma depende deste significante: “A subjetivação implica que a criança possa destacar-se deste lugar de alienação, encontrando uma posição que não coincide com aquela que lhe é atribuída” (Vorcaro, 1999, p. 67-8).

Caligaris, atribuindo valor de metáfora paterna à psicanálise com crianças, ao afirmar que “qualquer sujeito se estrutura numa defesa, qualquer tipo de estruturação do sujeito é uma estruturação de defesa” (Calligaris, 1986), seguindo esta ideia Vorcaro nomeia os passos da operação de *separação* como um certo tipo de metáfora que implica que: 1) A significação do sujeito prevaleça sobre o organismo; 2) Que uma significação possa substituir a condição de ser um objeto para um outro. Para esta estruturação, enfim, é preciso, diz Vorcaro: “Que algo prevaleça sobre o querer do Outro do qual é objeto e que algo permita reter um saber sobre o que seria este saber do Outro (Vorcaro, 1999, p. 68).

Este saber retido sobre o Outro não seria a ficção construída pelo sujeito diante da impossível resposta para a pergunta o que o Outro quer de mim? Em outras palavras, não seria o próprio fantasma?

Miller (1997), falando sobre a metáfora do filho, diz que a criança divide mãe e mulher. Ao dividir o agente materno em mãe e mulher, a criança preenche a mãe mas não a mulher, não podendo saturar o desejo de falo dela. Quando isto ocorre, esta saturação, a constituição subjetiva da criança está ameaçada, sobrando, apenas, a possibilidade de sobreviver.

O corte que a criança induz, divisão em mãe e mulher, implica no acesso à

significação fálica, onde o pai é convocado a dizer algo sobre o gozo daquela mulher, sua *père version* o amor materno só se sustenta na referencia à lei do desejo, se uma mulher, enquanto mãe, permanecer para um homem, a causa de seu desejo” (Lacan In Miller 1997).

A incidência da função paterna sobre o desejo materno determina a condição de possibilidade de condição do sujeito, onde a metáfora paterna, com o Nome-do-pai, constringiria o desejo materno à lei, desde que a mulher não esteja dissuadida de encontrar o significante de seu desejo no corpo de um homem a quem sua demanda de amor é endereçada.

Finalizando, cito Vorcaro quando diz:

“O saber com o qual a criança se defende implica que a mulher permita à criança supor que ao menos um sabe lidar com a sua demanda materna. A criança vai então defender-se, como diz Calligaris, jogando com o saber daquele que é suposto capaz de enfrentar o querer caprichoso do Outro. A criança se constituirá sujeito neurótico nessa relação com alguém que sabe enfrentar e solucionar o perigo desse abismo de tornar-se presa do Outro. Portanto, o sujeito neurótico, que pode confiar num agente desta função paterna, está referido a um saber. É o que lhe permite habitar um mundo orientado, organizado ao redor de um ponto central ao qual todas as significações se devem e pelo qual todas as significações se medem. A referência a esse ponto central decide o valor de qualquer coisa no mundo. O sujeito então se estrutura a partir de um saber suposto ao pai, que substitui o que foi constituído na operação anterior de alienação ao Outro primordial” (Vorcaro, 1999, p. 70).

Sendo o fantasma o que o sujeito é, enquanto o sintoma é o modo como o sujeito se defende do que ele é, pode-se distinguir o fantasma da mãe e o fantasma da criança. A criança sintoma é objeto que satura a falta fálica da mulher, enquanto o sintoma da criança é o que defende a criança do fantasma materno:

“Essa posição no fantasma materno impede a constituição do fantasma da criança. Seus sintomas localizáveis nos autismos e nas debilidades, estariam, portanto, sob a incidência do fantasma materno e não de um fantasma que lhe seja próprio” (Vorcaro, 1999, p. 71).

Desta forma, podemos considerar que “o caráter inerte e apartado do fantasma, em relação ao campo significante, estaria implicado na fenda aberta num lugar de impossibilidade do exercício da função paterna, relativo ao limite do saber atribuído ao pai” (Vorcaro, 1999, p. 71).

É aqui, neste ponto, que considero fundamental colocar uma barra no Outro encarnado pelo analista na condução da cura dos sujeitos supostos em estruturação, aqueles que ainda não estão constituídos, como os psicóticos e os autistas, e, para isso, tomo o exemplo singular de um caso clínico, o de Emi, num dado momento do atendimento.

Num dia de atendimento como outro qualquer uma cena insere uma mudança radical, cena esta que contribui para se pensar a barra no Outro encarnado pelo analista:

“Um dia, para minha surpresa ela me sorri e me olha. Parecia-me que um grande avanço já havia ocorrido. Mas foi em outro contexto que ocorreu a verdadeira mudança. Durante uma sessão em que a atendia, fui insistentemente requisitada pela campainha que tocava a minha porta. Ao atendê-la, deparo-me com meu filho, nesta época uma criança de três anos, que, tendo se machucado na escola, tinha sido trazido pela atendente, pois chorava muito e pedia minha presença. Entro na sala onde Emi permanecia como se eu de lá não tivesse ainda saído, e, com meu filho no colo, peço – não sem antes confirmar um próximo encontro – que interrompamos a sessão pois o levaria ao médico. À noite recebo um telefonema de Emi que pela primeira vez fala comigo com uma voz cavernosa, muito comum aos surdos, perguntando-me sobre meu filho. Indaguei-me se frente ao meu desespero e minha angústia, deparando-se com o Outro em sua divisão, teria podido minimamente dele se desprender, deixando-se cair do lugar de objeto por ele sacrificado. Ao emitir sua fala, deixa-se cair do lado mortífero do Outro ao qual ela se aprisionava, exibindo um corpo cujos movimentos bruscos denunciavam a precária amarração pulsional”(Schermann, 1999, p.265)

Esta cena, recortada de um atendimento psicanalítico cotidiano, apresenta o nascimento do sujeito quando se depara com a angústia da analista frente a uma situação de sua vida pessoal. Ao invés de tomarmos o referido fato como algo que não deveria acontecer, tomemos este como uma irrupção de real, e, por isso, do ponto de vista do inconsciente, bem sucedido.

Emi se depara com uma outra criança no colo da sua analista e uma outra criança que dividia a analista, apresentando-a como, também, mulher. Arriscando-me a uma interpretação, sem querer ferir as conclusões clínicas de nenhum analista e sabendo que posso incorrer em erros, ao ler este texto pensei que a partir desta visão da divisão do Outro, na cena em que uma criança é cuidada, Emi pode deixar a analista com seu respectivo objeto *a*, e telefonar para ela de um outro lugar que não mais o do seu objeto.

Como produzir tamanho ato analítico na sessão de uma criança sem contar com

um ato como este apresentado pela autora, uma vez que este ato aconteceu fora de seu campo de intervenção? A analista, ao interromper a sessão e escolher pelo tratamento de seu filho, posiciona Emi num lugar possível de falar sobre aquilo que se perdeu, a saber, o lugar dela no Outro, agora barrado, encarnado pela analista.

Conclusão

Penso, concluindo a tese, que o trabalho analítico com crianças implica na operatória da metáfora paterna, tanto nos casos em que a estrutura está em risco, ou melhor, quando a montagem pulsional pode vir a não se constituir; quanto nos casos em que o fantasma dá sinais de existência, mas com certas dificuldades, como nas fobias. O trabalho analítico com crianças seria o esforço, atribuído ao analista, para operar a instalação do fantasma, com o analista encarnando o Outro barrado, quando este não se constituir - sem, no entanto, substituir os pais da criança - ou como semblante de objeto causa de desejo, quando diante de um sujeito já constituído - a criança edípica.

Dizer que a psicanálise com crianças deve direcionar-se rumo ao fantasma, num esforço do analista para operar a instalação do fantasma, não significa dizer que o fantasma será instalado definitivamente e a criança passará a gozar falicamente ao longo da sua vida. Por mais que a direção do tratamento seja em direção a construção do fantasma, em muitos casos ele poderá não se constituir como ponto nodal no psiquismo do sujeito.

Uma série de elementos devem ser considerados no percurso de uma análise de uma criança com problemas na constituição do fantasma, que vão desde a idade que esta criança chega ao tratamento, passando pelo lugar que ela ocupa no desejo e no fantasma parental, até tocar no fantasma do analista que conduz o tratamento e não o paciente, como nos lembra Lacan.

A posição do analista, dita por Lacan como semblante do objeto causa de desejo, na condução de análises de crianças, é de suma importância, pois é o que legitima uma psicanálise com crianças sem ferir a ética da psicanálise. Porém, a psicanálise que se ocupa do sujeito em estruturação, na dinâmica de sua infância, convoca um Outro lugar possível na operatória da condução da cura, encarnando o Outro, não absoluto, mas que possa ofertar ao sujeito, um espaço entre significantes para que ele não apareça holofraseado, representado pela holófrase.

Disponibilizar o Nome-do-Pai implica, inicialmente, em fornecer um desejo para que este sujeito seja capturado pela língua e passe a operar sob as leis do

significante, e implica, sobretudo, que este sujeito seja arrancado do lugar de falo imaginário da mãe, objeto que satura o desejo da mulher, lembrando a ela seu gozo enquanto mulher.

Os significantes com os quais o sujeito se embarçará na construção de seu fantasma serão ofertados pela relação, anterior a sua chegada ao mundo, dos significantes da constelação edípica vivida por seus pais.

O analista, na posição de Outro barrado, contando com o desejo dos pais da criança na direção da cura, cava a fenda necessária à emergência do sujeito, apresentando a criança como objeto causa de desejo para este Outro, este, agora, passando a operar como uma alteridade para o sujeito.

Quando não conta com os pais da criança, nos casos de crianças institucionalizadas, o desejo do analista talvez seja o único motor que a criança possa contar e a metáfora a ser operada deva ser direcionada para um representante do Nome-do-Pai socialmente disponível.

Os efeitos desta constituição, não sabemos de antemão. Não acho possível afirmar, sem levar em conta a particularidade de cada caso, que este ou aquele modelo de constituição psíquica levará ou não a uma neurose. E, além disso, não sabemos como o sujeito se encontrará nesta neurose e quais elementos psíquicos estarão disponíveis ante contato ao real.

A psicanálise oferece uma estrutura de constituição psíquica, uma estrutura que leva um organismo vivo ao pulsional ou ao estatuto de um sujeito desejante, tendo a linguagem como sua maior aliada. Porém, cada sujeito vive esta estruturação de forma singular, única, caracterizando-se por ser o resto daquilo que se deu, aquilo que o Nome-do-Pai não metaforizou de todo desejo materno.

Bibliografia

- AMIGO, Silvia. (2008). *A Clínica dos fracassos da fantasia*. Rio de Janeiro, Cia de Freud Editora.
- BERNARDINO, L.M.F. (1997). Sim, Toma! In: *Neurose infantil versus neurose da criança*. Coleção psicanálise da criança, Álgama, Salvador.
- BRAUNSTEIN, N.A. (1999). *Goce*. Siglo veintiuno Editores, México.
- CALLIGARIS, Contardo. (1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Artes médicas, Porto Alegre.
- CIRINO, Oscar. (2001). *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura?* Belo Horizonte, Ed. Autêntica.
- CORRÊA, Ivan. (1997). *A escrita do sintoma*. Recife, CEF.
- COSTA, Teresinha. (2007). *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2010). *Édipo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DOR, Joel. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- DOLTO, F. (1971). *Pediatria e psicanálise*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- FREUD, A. (1926). *O tratamento psicanalítico de crianças*. Imago, Rio de Janeiro, 1971.
- FREUD, Sigmund. (1988) [1895]. Vol. I. “Lembranças encobridoras”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1907]. Vol. XI. “Escritores criativos e devaneios”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1909]. Vol. XI. “Romances familiares”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.

- _____. (1988) [1911]. Vol. XII. “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico sobre um caso de paranoia”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1913]. Vol. XII. “Fantasias histerias e sua relação com a bissexualidade”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1914]. Vol. XIV. “Sobre o narcisismo: uma introdução”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1917]. Vol. XVI. “O sentido dos sintomas”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1919]. Vol. XVII. “Uma criança é espancada”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1920]. Vol. XVIII. “Além do princípio do prazer”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1924]. Vol. XIX. “A dissolução do complexo de Édipo”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1925]. Vol. XIX. “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- _____. (1988) [1931]. Vol. XXI. “Sexualidade feminina”. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Ed. Imago.
- JERUSALINSKY, Alfredo. (1999). “Desenvolvimento e Psicanálise”. In: *Psicanálise e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre, Artes e Ofícios Editor.
- _____. (2001). *Seminários I*. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Lugar de Vida.
- _____. (2002). *Seminários II*. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Lugar de Vida.
- _____. (2003). *Seminários III*. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Lugar de Vida.

- _____. (2004). *Seminários IV*. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Lugar de Vida.
- _____. (2008). *Saber Falar. Como se adquire a língua?* Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- JORGE, M. A. C. (2003). A pulsão de morte. In: *Estudos de psicanálise n 26 – Publicação anual do círculo Brasileiro de psicanálise – Belo Horizonte*.
- _____. (2010). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Vol 2 A clínica da fantasia*. Rio de Janeiro Zahar, editor.
- KLEIN, M. (1927). Simpósio sobre análise infantil. In: *Contribuições à psicanálise*. Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1981.
- LACAN, Jacques. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (1998) [1936]. “O estágio do espelho como formador da função do eu”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (1998) [1959]. “A significação do falo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (1998) [1960]. “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (2003) [1938]. “Os complexos familiares na formação do indivíduo”. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (2003) [1969]. “Notas sobre a criança”. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. 1986 [1953/54]. *O Seminário: Livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. 1999 [1957/58]. *O Seminário: Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. 1997 [1959/60]. *O Seminário: Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de

Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. 2005 [1962/63]. *O Seminário: Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. 2008 [1964]. *O Seminário: Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. inédito [1968]. *O Seminário: Livro 14: a lógica da fantasia*.

_____. inédito [1967/68]. *O Seminário: Livro 15: O ato psicanalítico*.

_____. 2008 [1968/69]. *O Seminário: Livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. 1985 [1972/73]. *O Seminário: Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. 2007 [1975/76]. *O Seminário: Livro 23: O sintoma*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. inédito [1975]. *Conferência de Genebra sobre o sintoma..*

LAZNIK, Marie-Christine. (2004). *A voz da sereia. O autismo e os impasses na constituição do sujeito*. Ágalma, Salvador.

LEFORT, Rosine em colaboração com Robert Lefort. (1983). *Nascimento do Outro*. Editora Fator, Bahia.

MILLER, Jacques – Alain. 1998 [1996]. “A criança entre a mulher e a mãe”. In: *Opção Lacaniana*, Vol. XXI, São Paulo : Ed. Eólia.

NÁSIO, J.D. (2007). *A fantasia*. Rio de Janeiro, Zahar.

PETRI, Renata. (2008). *Psicanálise e infância*. Cia de Freud, Rio de Janeiro.

RABINOVICH, Diana S. (2000). *O desejo do psicanalista: liberdade e determinação*. Companhia de Freud Editora, Rio de Janeiro.

SCHERMANN, Eliane. Uma gramática que não se escreveu. In: Alberti, S. (org.). *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. Rio de Janeiro, Marca d'água Livraria e Editora, 1999.

SOLER, Colette. (1994). L'enfant et le desir de l'analyste. In: *L'enfant et le desir de l'analyste*. Séries de La Découverte Freudienne, Vol. 17, Toulouse, França.

_____. Autismo e paranoia. In: Alberti, S. (org.). *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. Rio de Janeiro, Marca d'água Livraria e Editora, 1999.

SPITZ, René. (1966). El primer ano del nino.

VEGH, Isidoro. (2001). *Os discursos e a cura*. Companhia de Freud, Rio de Janeiro.

VORCARO, A.M.R. (1999). *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud Editora.